

Vila Nova Esperança

as margens e a construção do enraizamento

estudo de corpo, território, entorno e intersecções



Vila Nova Esperança

as margens e a construção do enraizamento

estudo de corpo, território, entorno e intersecções

Aline Priscila da Silva

Orientação: Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Silva, Aline Priscila
Vila Nova Esperança, as margens e a construção do
enraizamento: Estudo de corpo, território, entorno e
intersecções / Aline Priscila Silva; orientadora Maria
Camila Loffredo D'ottaviano. - São Paulo, 2022.
163p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura
e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo.

1. Periferia. 2. Raça. 3. Corpo. 4. Interseccionalidade.
I. D'ottaviano, Maria Camila Loffredo, orient. II. Título.

Agradecimentos

A contrução dos meus caminhos vêm de muito átras, agradeço primeiramente a vocês, Mãe e Pai, Ana e Merck, que sempre me fizeram interessada em aprender e a buscar formas de olhar para o mundo de maneira empenhada e gentil. Agradeço á minha avó, do signo de áries como eu, que me mostra a sensibilidade, leveza e força. Ás minhas tias Tatá e Salviana pelas nossas trocas e parcerias. Á Helena, Carol e Hellyan, que partilhemos muitos outros momento importantes juntas. Á Lígia, companheira de FAU e de perrengues. Agradeço ao Davi, por ser meu companheiro, parceiro, confidente, e por fazer de você sempre um ponto de calma e de possibilidades ao sol e a lua. Á minha irmã Mari, por estar aqui. A ela também por ser essa amiga, confidente e companheira tão importante para mim. Agradeço também aos moradores de Vila Nova Esperaça. A minha orientadora Camila D’Ottavianopor todo esse percurso e principalmente pela parceira que é.

Resumo

As localizações às bordas da metrópole paulistana compõem territórios múltiplos que abrangem boa parte da população. Tratam-se de regiões periféricas em relação a um centro referência construído. O estudo se debruça sobre a leitura do território de Vila Nova Esperança, Zonas Oeste de São Paulo, a partir de uma análise em relação ao contexto urbano, bem como as lógicas internas, desdobramentos das visitas de campo e conversas de Maria de Lourdes, Lia Esperança, líder comunitária da Associação de Moradores.

Observado o bairro em relação ao seu contexto, o meio ambiente desponta como um fator central nos discursos da líder da associação de moradores e do poder público. Dessa forma, é avaliado o território tensões externas e dinâmicas do contexto urbano que Vila Nova Esperança está inserido, obtendo-se um panorama real do histórico e implicações do assentamento informal, bem como as dinâmicas que de fato impactam o meio ambiente.

Os sujeitos atuantes no cotidiano são o principal foco da segunda parte, na qual, aplicando a interseccionalidade sobre o território e seus moradores, são explicitadas as dinâmicas de opressão e potencialidades a partir do feminismo negro. É tecida uma abordagem que busca delinear como o território é construído a partir do enraizamento e das dinâmicas cotidianas.

Sabe-se que por muito tempo o sujeito para quem se projeta seria um sujeito neutro, no entanto, um projeto sem um sujeito torna-se espelho das hierarquizações sociais. Logo, para que uma cidade, ou um bairro, seja construído para todos, experimenta-se aqui realizar uma análise a partir de uma mulher negra líder em sua comunidade. Com a sujeita focalizada, é delineada a interseccionalidade no espaço buscando uma epistemologia que abranja as dimensões do corpo perpassado pelos marcadores sociais da diferença.

Abstrast

Locations on the edges of the São Paulo metropolis are multiple territories which contains a large part of the population. These are peripheral regions in relation to a reference center. The study focuses on Vila Nova Esperança, a territory of West Zone of São Paulo. It focus in an analysis of the urban context of the metropolis, as well as the internal logics of Vila Nova Esperança. It is carried out from field visits and conversations with Maria de Lourdes, Lia Esperança, community leader of the Residents' Association.

Observing the neighborhood in relation to its context, the environment emerges as a central factor in the speeches of the leader of the residents' association as it also does in the government speeches. Therefor, the territory, the outsides tensions and the dynamics of the urban context in which Vila Nova Esperança is inserted, is evaluated, obtaining a real overview of the

history and implications of the informal settlement, as well as the dynamics that are actually impacting the environment.

The subjects acting in everyday life are the main focus of the second part, in which, applying intersectionality to the territory and its residents, therefor the dynamics of oppression and potentialities of black feminism are made explicit. An approach is woven that seeks to delineate how the territory is constructed from rooting and daily dynamics.

It is known that for a long time the subject for whom it is projected would be a neutral subject, however, a project without a subject becomes a mirror of social hierarchies. Therefore, in order for a city, or a neighborhood, to be built for everyone, here an analysis based on a black woman leader in her community. With the subject in focus, intersectionality in space is outlined, seeking an epistemology that encompasses the dimensions of the body permeated by social markers of difference.

Sumário

	Introdução	08
1.	Relações de poder: construções de sujeitos e do fazer conhecimento	10
2.	As margens no espaço urbano	22
2.1.	Periferias, segregação socioespacial racial e Região Metropolitana de São Paulo	23
2.1.1.	População Negra e o desenho das periferias	29
2.1.2.	Outros critérios para margens: consequências da segregação socioespacial	34
2.1.3.	Causas Estruturantes da segregação sócioespacial e racial	38
2.2.	Breves considerações	48
3.	A Interseccionalidade e as margens	50
3.1.	Interseccionalidade	52
3.2.	O corpo pelo território, o corpo na vida	55
3.2.1.	A construção do lugar ocupado pelas mulheres negras no mercado de trabalho	56
3.2.2.	A opressão sob corpos periféricos	58
3.2.3.	Relações de poder e o desenho dos espaços da vida	61
3.3.	O encontro do corpo com o território	64

4.	O Entorno e a Vila	68
4.1.	A questão ambiental e o parque Jequitibá	79
4.1.1.	Dinâmicas podem vir a intervir nessas áreas	85
4.1.2.	Caracterização dessas áreas verdes e potencial ecológico	89
4.1.3.	Dinâmicas pressionando as áreas verdes e que podem ocasionar perda da cobertura vegetal	97
4.2.	Meio ambiente como instrumento de remoção	108
5.	A Vila e o enraizamento	114
5.1.	Moradores, horta e o Meio Ambiente	122
5.2.	Do corpo para o espaço	126
5.3.	A autodefinição e autoavaliação na valoração de ações cotidianas	131
5.4.	As visitas externas e a panorama atual	138
5.5.	Breves considerações	141
6.	Considerações finais	143
	Referência bibliográficas	144
	Anexos	146

Introdução

As margens, como as margens de um rio, são lugares que já não estão no ponto de referência, são possibilidades e também ausências. Partindo, no prólogo, do pensar a escrita e todos os sujeitos envolvidos é possível refletir sobre um saber mais democrático, para então adentrar nas margens urbanas e também nas margens sociais. Entender a conjuntura estrutural é necessário para então aprofundar no território de Vila Nova Esperança de uma maneira embasada.

Para tal, são tratadas as temáticas que delineiam os contextos de opressão e que levam grande parte da população brasileira (MARICATO, 2003) a uma situação de vulnerabilidade ligada à moradia, raça e classe, associadas a uma necropolítica (ADÃO, 2017). As periferias são delineadas a partir das questões que compõem a segregação socioespacial na cidade de São Paulo de maneira a contextualizar as situações estruturais que levaram as conformações na metrópole e também de Vila Nova Esperança, objeto deste estudo.

Partindo também de um ponto de vista em que as opressões que incidem sobre os sujeitos, a partir dos marcadores sociais da diferença (SIMÕES, JÚLIO ASSIS; ALMEIDA, H. B. ; MOUTINHO, L. ; SCHWARCZ, 2018) e da interseccionalidade de um ou mais desses, delineiam construções de subjetividades que permeiam a construção dos territórios.

As tensões específicas ligadas ao entorno de Vila Nova Esperança, ao Parque Jequitibá e outros fragmentos de vegetação, também ajudam a entender a importância das ações da Associação de Moradores de Vila Nova Esperança. Investigar essas tensões e a história do bairro são fatores relevantes na construção de um cenário completo em um panorama que não deixa de ser relacionado com as questões estruturais.

Ao adentrar no território, é importante ter os sujeitos em perspectiva e das margens é possível obter um panorama mais completo e pode-se delinear melhor os diversos pontos de vista (HOOKS, 2020). Assim, é buscado democratizar o saber apoiando em literaturas sobre e de mulheres negras pois auxiliam na busca de uma reflexão sobre o espaço e sobre o planejamento do mesmo que considere as intersecções de opressão (mas que não se detenha somente sobre elas).

Isto também é relevante pelo fato de que a maioria numérica em movimentos de moradia é de mulheres negras, assim

como acontece em Vila Nova Esperança. A líder da Associação de Moradores é Maria de Lourdes Andrade de Souza, que pode ser lida como não-branca, parda ou negra.

Desta forma, o espaço como produto das relações sociais é então perpassado pelas identidades dos sujeitos (ALVES, 2017). Deste ponto de vista, é contado sobre as vivências de Maria de Lourdes. Assim, obtém-se uma análise a partir das perspectivas que levaram ao contexto das novas práticas e espaços na construção cotidiana de um enraizamento.

Relações de poder: Construções de sujeitos e do fazer conhecimento

O espaço da vida é marcado por aquilo que construímos sobre nós e também pelo que é estruturado no nosso entorno. Do corpo ao mundo, há em comum forças e estruturas que atravessam as relações e as pessoas. E ao contar sobre o território, escrever considerando as diferenças sociais entre os sujeitos nos chama a investigar as relações de poder que perpassam o espaço através das pessoas que por ele passam e se enraízam.

Assim, apoiado em reflexões epistemológicas, são destrinchadas as relações de poder, pois estas são um fator relevante para a construção das margens neste estudo. O que se busca é democratizar ainda mais os produtos da ciência social aplicada ao reconhecer esses pontos e escolher as sujeitas do estudo, bem como onde me localizo nessa produção do conhecimento.

Aqui escolho utilizar o termo “sujeitas” no lugar de sujeitos, pois o foco deste

estudo são mulheres negras, grupo no qual também me reconheço. Sobre esta produção, começo evidenciando o ponto de partida, uma prática de análise do território urbano em uma escala que parte do bairro, a partir do olhar de arquiteto-urbanista, num estudo no âmbito da ciência social aplicada.

Assim, do cotidiano no espaço, desenhado a partir das visitas de campo, desvelam-se os conhecimentos-atos¹ que são abordados neste estudo. Faz-se relevante mostrar como o trabalho de campo e a participação dos sujeitos, embora um ponto cada vez mais valorizado por acadêmicos no campo da arquitetura e urbanismo, nem sempre foi visto como um conhecimento válido. Ainda hoje, em algumas esferas, são encontrados empecilhos para ser visto como tal.

A estruturação do conhecimento científico relaciona-se com isto. Muitas vezes os sujeitos cujo cotidiano é estudado são considerados meros objetos de estudo ou a parte do cotidiano construída pelos menos favorecidos nas relações de poder não é considerada como uma esfera para se obter dados válidos sobre a organização do espaço. Dessa forma, a invisibilização continua como uma realidade.

Um dos motivos pelo qual o saber a partir dessas esferas muitas vezes não é considerado objeto de estudo seria a falta embasamento científico em métodos imparciais. As lógicas de intermediação e de construção são, historicamente, estruturadas pelos sujeitos a partir de resultados já obtidos

anteriormente, ou mesmo quando entram em um campo totalmente novo, devem dar indícios para novas aberturas de campos de investigação baseadas em dados e análises para obtenção de resultados. Mas é importante destacar que mesmo as formas de construir conhecimento mais exatas denotam escolhas, lógicas de intermediação e de construção, nem sempre tão imparciais assim:

Não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos. (HARAWAY, 2009, p.22).

No entanto, por muito tempo o ato de construir o conhecimento científico positivista e neopositivista esteve restrito a um grupo específico, homens brancos² e do norte geográfico³. Ainda hoje, grande parte do conhecimento produzido provém dos mesmos grandes polos e dos mesmos grupos que se encontram nas posições mais favorecidas nas relações de poder, ou seja, os locais onde esse conhecimento é produzido quase não foram modificados ao longo do tempo. Assim, essa produção acaba por representar, mesmo que não deliberadamente, o grupo que o faz ou a visão que este tem sobre outros.

1. Segundo José Costa em análise de Paulo Freire (2015) o conhecimento é um ato a partir das interações que temos com o mundo e com os que fazem parte deste, é um conhecimento-ação construído. É uma materialização da reflexão, conhecimento-ação.

2. Um exemplo é a produção para a Wikipédia, que embora não um meio acadêmico, constitui uma importante fonte de dados da atualidade. Segundo a Wikidata Community Survey 2021, 75% dos editores se declaram homens.

3. A produção do conhecimento é geograficamente localizada, a maioria dessa produção feita nos países do norte, principalmente Europa Ocidental e América do Norte. Segundo a Wikidata Community Survey 2021, 76% dos editores da Wikipédia, por exemplo, declararam estar no Norte Global.

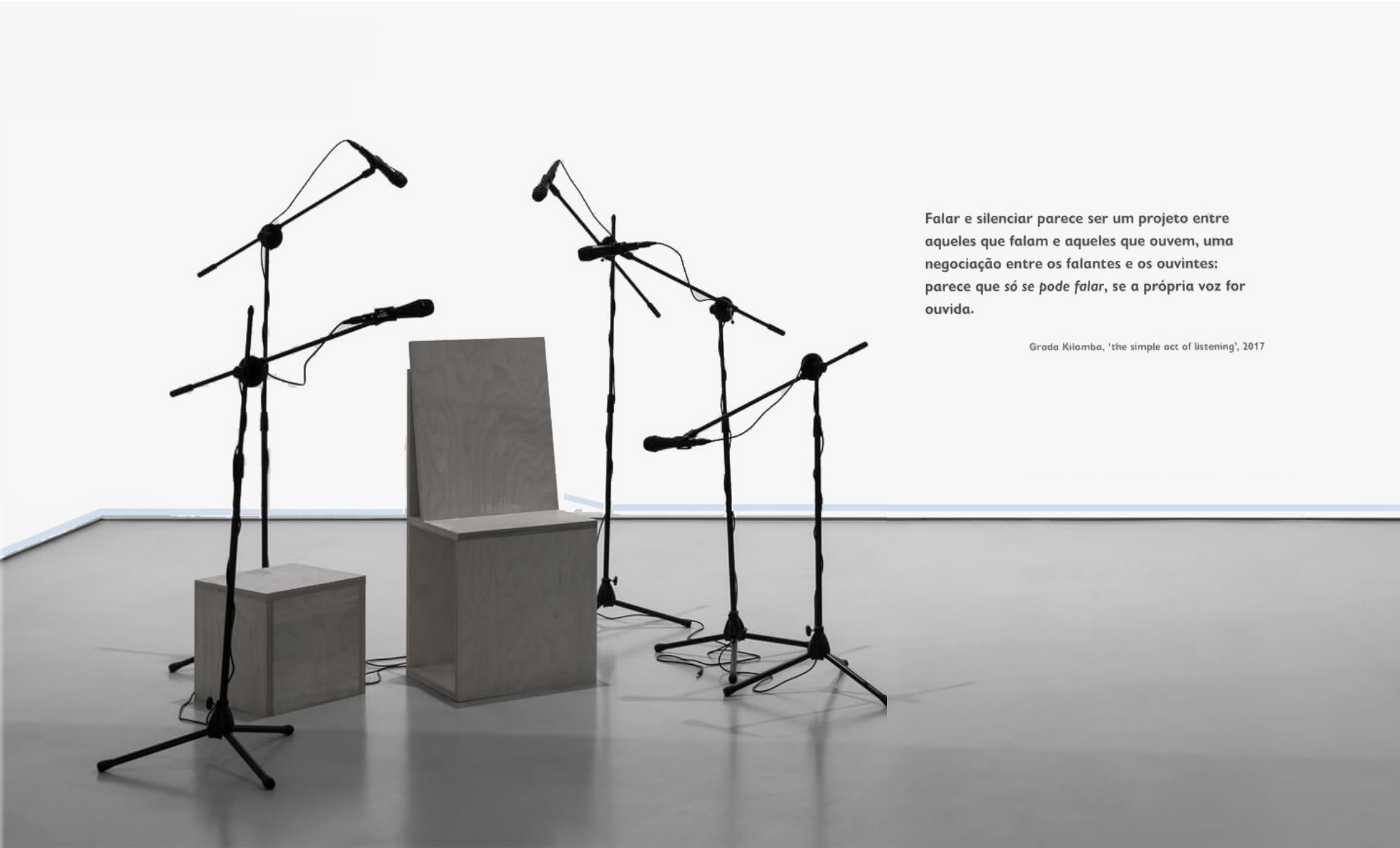


Figura 01
Base:
Instalação The Most
Beautiful Language
de Grada Kilomba¹

1. Plantation Memories [Plantação de memórias]; 2015; 5'; Instalação vídeo em dois canais de leitura cênica. © Bruno Lopes. Disponível em < <https://galeriasmunicipais.pt/exposicoes/the-most-beautiful-language/> >

O atual modelo epistêmico hegemônico no ocidente é temporalmente, espacialmente e socialmente localizado, ou seja, ele foi construído em uma determinada época, refletindo o contexto social-histórico da mesma e do grupo que o produziu (Sondra FARGANIS, 1997 apud in GÓES, 2019, p.2)

Apesar disso, esse conhecimento segue preceitos de neutralidade e objetividade e, assim, coloca-se em um lugar

diferente dos objetos de estudo. É tomado para si a imparcialidade e os autores não são postos como sujeitos cujos preceitos influem na escrita.

Ao se somar esses parâmetros e principalmente o que seria a busca dessa produção, as "*leis que explicam o funcionamento do mundo*" (HARDING, 1993; Sharlene HESSEBIBER, 2013 apud in HARAWAY, 2009), é explicitada a busca de se chegar a uma suposta "verdade universal".

Assim, o conhecimento "digno" seria aquele "capaz de transcender as particularidades e se colocar de maneira universal" (CODE, 1993, p. 18, tradução minha). Por fim, a lógica do modelo (neo)positivista é exclusiva, ou seja, ela se coloca como a única correta e capaz de levar a algum tipo de conhecimento "real" do mundo, de forma que toda atividade intelectual que não segue seu método é invalidada (Maria MIES, 1998; HESSE-BIBER, 2013 apud in GÓES, 2019, p.2).

Essa epistemologia levanta uma questão que atinge principalmente o conhecimento construído por e sobre pessoas de corpos marcados, ou seja, que aparentam ter marcadores sociais da diferença, como raça, gênero, classe, entre outros, diferentes do referencial do grupo dominante. Kilomba (2016) afirma que quem não localiza o seu saber é porque o seu conhecimento já está localizado dentro dos grupos favorecidos nas relações de poder, assim não é figura outra, mas uma aceita e familiar às características comuns dentro da produção positivista e neopositivista. Por isso, o conhecimento é lido então como produzido no centro, na norma, e as motivações raramente são questionadas ou acusadas de subjetividade ou não-universalidade (KILOMBA; 2016).

O resultado é que pode ofuscar posições de sujeitos menos favorecidos

das hierarquias de poder estabelecendo um posicionamento de visão que ao invés de demonstrar o círculo completo, desfoca as bordas, favorece a ideologia dos dominantes. As nuances do conhecimento que se perdem são justamente aquelas que se relacionam com os ocupados por grupos sociais menos favorecidos nas hierarquizações de poder. Essas hierarquizações perpassam muitos marcadores, categorias e localizações, mas quanto mais distante do centro de referência, ao qual se incute quando se fala de neutralidade, ou seja, o homem branco de países centrais no capitalismo, mais se tem esse desfoque.

No entanto, não basta construir o conhecimento de um ponto de vista a partir dos dominados. Haraway (2009) afirma que todos os conhecimentos são construídos a partir de dentro das hierarquias de poder e, assim, trazem consigo questões que reverberam em como se dá a construção do saber e suas escolhas. Logo, mesmo que não se faça parte dos grupos favorecidos, ainda assim o conhecimento reflete as lógicas que trazemos conosco e isto invariavelmente acaba por influenciar em como se dá sua construção.

A história é uma estória que os entusiastas da cultura ocidental contam uns aos outros; a ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma, A forma

4. É importante mencionar que não há sentido na negação de toda a produção ou então uma relativização total do conhecimento construído no modelo positivista e neopositivista. Haraway alerta que o relativismo seria uma maneira de “não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que está igualmente em toda parte” (2009, p.24). Assim, não seria possível uma avaliação crítica da produção e por isso quem produziu o conhecimento estaria se desresponsabilizando. Além disso, a negação do modelo de ciência como um todo não faz sentido, ainda mais, este texto está localizado no Brasil, sendo redigido em Setembro de 2021. Mais do que um alerta, um grande destaque, é que aqui se conversa com a ciência a partir de vários autores e principalmente autoras que discutem avanços para a epistemologia, de maneira a levantar críticas e construir uma dialética de forma a democratizar o saber. Pensando a partir de como pode fazer-se o conhecimento-ação nesta ciência social aplicada.

na ciência é retórica artefactual-social de fabricar o mundo através de objetivos efetivos. (HARAWAY, 2009, p. 11)

Para destrinchar um pouco mais o argumento de Haraway (2009), algumas colocações sobre as relações de poder descritas por Foucault em análise de Paulo Santos (2016) se fazem relevantes.

As hierarquias de poder que permeiam a produção do saber são as mesmas que permeiam o cotidiano. Elas aparecem nas relações e afetam a todos como um campo de força capaz de perpassar até mesmo as construções de subjetividades, afetando tanto os discursos dos sujeitos dominados os quanto dos em localizações mais favorecidas nessas estruturas. Logo, “o poder produz a verdade antes de mascará-la em ideologia; o poder produz a realidade antes de forçar seu enquadramento...” (SANTOS, 2016, p.267). E isto se reproduz na construção do conhecimento, como descrito por Haraway (2009).

Já na produção da ideologia, quando se foca no saber, o poder aparece também em outras dimensões da vida e o usa como um meio de dominação (FOUCAULT apud in SANTOS, 2016). Na dimensão institucional do poder, por exemplo, algumas relações para a dominação são: “educar, punir, tratar, etc..”. A produção do conhecimento aparece no “educar”, no qual o saber é

um instrumento do poder para produzir a ideologia e a controlar. A produção do conhecimento perpassa todas as categorias da vida e é capaz de criar lógicas que são repetidas de maneira a fortalecer estruturas e hierarquias pré-existentes ou questioná-las.

Por que Foucault passa do saber ao poder? [...]Foucault parte de uma concepção original que ele se faz do saber, para inventar uma nova concepção de poder. (DELEUZE, 2008 p. 115 in SANTOS, 2016, p.264)
O poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas de saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. (DELEUZE, 2008 p. 112 in SANTOS, 2016, p.264)

Um outro ponto a se reforçar é que não há como produzir conhecimento por fora das relações de poder, estas sempre estarão presentes⁴:

O que faz o poder se manter, que seja aceito, é simplesmente que não pesa somente como uma força que diz não, mas que, de fato, circula, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso; é preciso considerá-lo mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância negativa que tem como função reprimir.” (FOUCAULT, 1971, p.48 in SANTOS, 2016, p.267)

Dessa forma, se aqui se busca discutir como produzir o saber para fazê-lo mais democrático, algo a ser destacado é que apenas produzir do ponto de vista dos menos favorecidos nas relações de poder, apesar de ser um fator de inclusão, ainda não é o suficiente. Cabe então permear outros dois fatores: como e por que se dão as construções das relações como sujeito da pesquisa e como se pretende que o saber seja colocado de maneira a contribuir se responsabilizando pelas lógicas que carrega, mesmo antes do ato da escrita, em decorrência de estar inserido nas relações de poder.

Deste ponto de vista, a ciência – o jogo real, aquele que devemos jogar – é retórica, é a convicção de atores sociais relevante de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo. (HARAWAY, 2009, p.10)

Ao tratar sobre o primeiro fator é importante ponderar que o conhecimento, não é algo que se constrói em um ato solitário, há outros sujeitos envolvidos⁵. Os outros sujeitos foram e são, muitas vezes, invisibilizados no processo de construção do conhecimento. O que acontece é que o objeto do conhecimento deve ser visto como ator e agente, como o deveria ser segundo Haraway (2009).

Isto refere-se não só aos outros sujeitos estudados em pesquisas das ciências sociais, mas também a concepção do mundo como sujeito, como atuante na produção do conhecimento e na produção de outros agentes. Trata-se, assim, do reconhecimento do mundo como algo em movimento, do ambiente como algo em mudança e não meramente passivo. Esse ponto é relevante, pois possibilita o reconhecimento da natureza como um sujeito de direitos.

Essas percepções têm sido cada vez mais desenvolvidas. No campo, as experiências de planejamento participativo têm se multiplicado, mostrando uma democratização do saber e a valorização de conhecimentos externos à academia como uma forma de enriquecer a produção do conhecimento. No entanto, a construção destes sujeitos ainda caminha para o reconhecimento das estruturas de opressão e de marcadores sociais da diferença⁶, de modo a reconhecer os sujeitos corporificados, corpos marcados. A importância está em reconhecer que do lado dos sujeitos escritores, estudiosos, do conhecimento bem como do dos sujeitos que vivenciam as dinâmicas estudadas são trazidos consigo postulados de mundo espelhos das hierarquizações sociais e relações de poder que permeiam o cotidiano de todos nós.

5. O conhecimento é sempre validado por outros cientistas e, mesmo quando se refere ao mundo empírico das lógicas da natureza ou às pessoas e sociedades, sempre há o envolvimento de mais pessoas na produção das lógicas que o delineiam. Os outros sujeitos sejam eles outros acadêmicos ou mesmo a comunidade a qual se pesquisa ou até o mundo ao qual se estuda foram tratados pela epistemologia positivista e neopositivista como objetos de estudo. O conhecimento, não deixa de ser um ato conjunto que expressa as interações com o mundo e com outras pessoas. (COSTA, 2015).

6. Irei aprofundar no Item 3 deste estudo.

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de futuro. (HARAWAY, 2009,p.16)

Precisa-se mostrar de onde se fala e para qual referencial se olha, a localização do saber dentro das hierarquias de poder oferece uma translucides a respeito das questões tratadas, explicitando escolhas epistemológicas e suas razões. (HARAWAY, 2009, p.18)

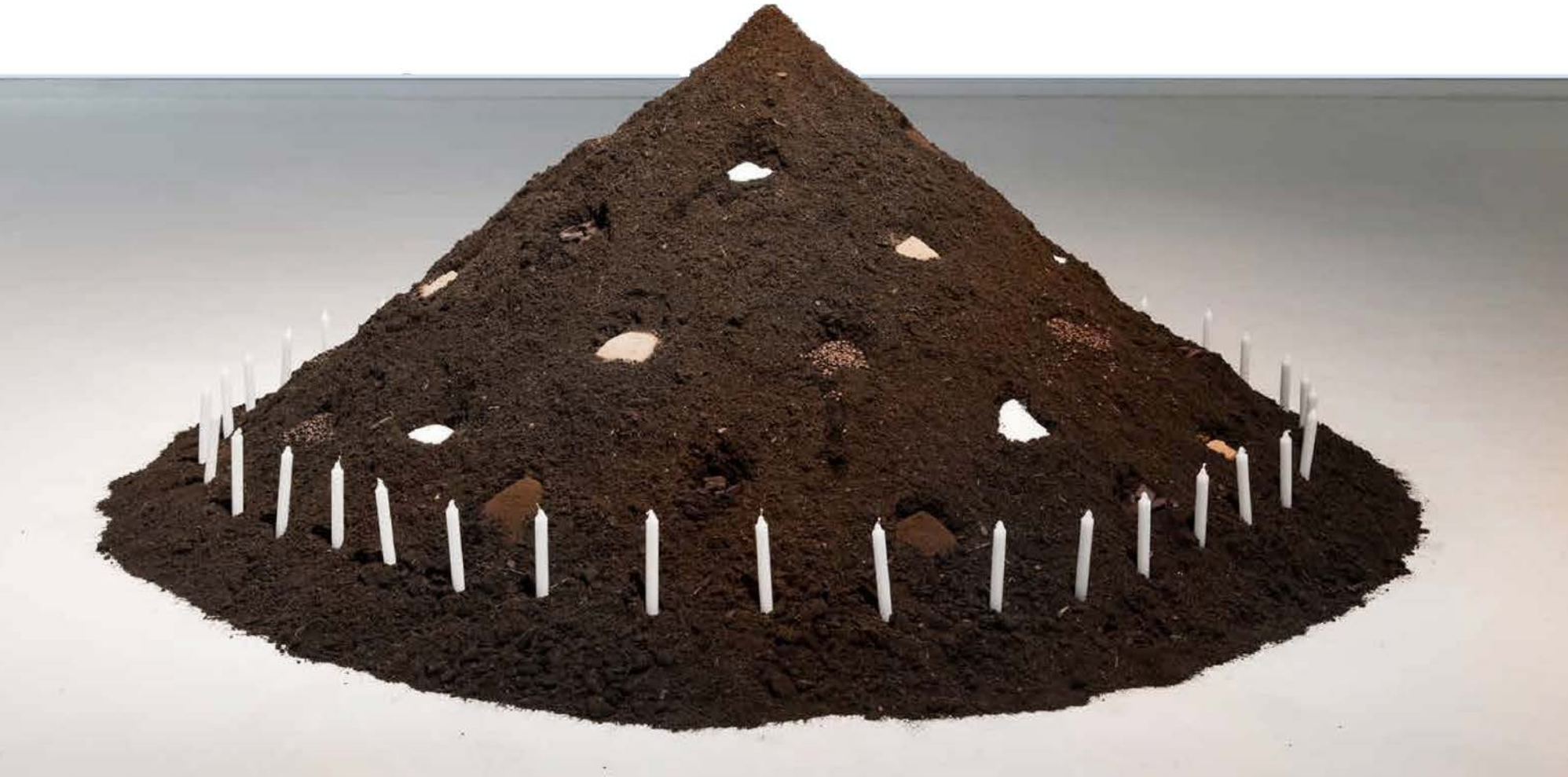
Sobre o segundo fator, o que Haraway propõe é localizar o conhecimento, o que significa dizer quem fala e de onde se fala e assim explicitando o sujeito autor do conhecimento e, portanto, deixando claro o referencial. Além disso, reconhecer os sujeitos de estudo como corporificados também localizados nas relações de poder e a partir disso, destrinchar como se espelha na prática do método de análise. Desta maneira, é possibilitado que a produção do saber esteja localizada nas hierarquias de poder, podendo até mesmo ter um tipo de responsabilização por isso, uma *accountability* (HARAWAY, 2009), como um extrato não só pelo conhecimento produzido em si, mas por tudo que permeia a construção do mesmo. Ou seja, o que é defendido é o conhecimento localizado, com responsabilidade, *accountability*, que a

partir da objetividade, método e resultados, para destrinchar pontos obliterados e democratizar o conhecimento.

Haraway propõe uma visão corporificada, que produz um conhecimento corporificado e, como tal, localizado e parcial. A corporificação do conhecimento implica em se posicionar, ou seja, compreender que o saber é produzido por corpos e reconhecer a localização social e política que estes ocupam na estrutura. A objetividade é, então, um conhecimento localizado.” (GÓES, 2019, p.4)

Ao reconhecer os sujeitos localizados há reverberações na lógica do “*pensamento liberal de práticas coloniais*” (GÓES, 2019, p. 4). A “*genialidade individual*” típica de um pensamento meritocrático perde força quando considerados todos os lugares, sujeitos e localizações na estrutura de poder. Tem-se uma quebra com essa lógica que apresenta também um caráter decolonial de valorizar saberes outros.

Todo conhecimento é nódulo condensado num campo de poder agnóstico. (HARAWAY, 2009, p.10).



Desta forma, sendo viável a localização do saber e com a *accountability*, é possível produzir também a partir das posições mais desfavorecidas nas relações de poder e até ser agente da produção do conhecimento e ao mesmo tempo localizar-se no mesmo lugar nas relações de poder que os sujeitos a serem estudados. Anzaldúa (2000) também contribuí com o argumento de Haraway sobre conhecimento localizado ao dizer sobre a importância da experiência pessoal de pessoas de cor, mulheres e do

terceiro mundo que produzem uma visão outra de conhecimento e trazem consigo justamente as reverberações a partir do ser e escrever sendo um sujeito em um contexto histórico específico. Assim, não só seria uma localização válida, mas também uma favorável.

O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa

Figura 02
Base:
Instalação Table
of goodsde Grada
Kilomba¹

1. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/artevera/grada-kilomba-feridas-do-colonialismo-e-desobediencias-poeticas/>>

economia e nossa visão. [...] O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico. (ANZALDÚA, 2000, p.233)

7. Além disso, Góes também coloca que Marx nos diz sobre a noção de privilégio marginal, mas alerta que “a marginalização, sozinha não é uma condição necessária e suficiente para o privilégio epistêmico, pois ele também considera a centralidade no sistema”. Os desempregados, por exemplo, eram marginalizados, mas não ocupavam um papel central na produção” (2009, p.6). Neste contexto, os desempregados não estariam circulando e não teriam conhecimento sobre a produção ou meios de dominação. Ou seja, nem a localização mais à margem seria talvez a melhor posição para a construção do saber que interessa destrinchar, não haveria privilégio epistêmico neste caso.

As perspectivas que enfocam nos sujeitos desprivilegiados nas estruturas e relações de poder oferecem uma visão mais abrangente do todo. Segundo Hooks (2020), o conhecimento produzido às margens têm o potencial de trazer à superfície questões que do centro não seriam possíveis de reconhecer, ao mesmo tempo em que, por se deslocarem pelo território dos que detêm o poder, conhecem tanto um lado quanto o outro. Sabem assim o que é estar na posição de dominação e tem a experiência de vida do grupo dominado e muitas vezes ainda as perspectivas das resistências, oferecendo “uma perspectiva mais ampla da sociedade do que o grupo dominado, e, portanto, um privilégio epistêmico” (Nancy HARTSOCK, 2003; HARDING, 1993 apud in GÓES, 2019, p.3). Ao buscar sujeitos que se encontram fora das estruturas centrais de poder obtêm-se um ponto de vista que foca nas margens, minimizando obliterações e democratizando os resultados.

Estar à margem significa pertencer ao todo. (HOOKS, 2020)

No entanto, hooks (2020) também nos alerta como, ao contrário do centro, as posições e categorias são múltiplas, bem como existem inúmeras situações e contextos que margeiam mais ou menos diferentes sujeitos marcados. Não há, portanto, como alcançar a posição exata do que seria o ponto de vista que se posicionasse na margem mais erma. Existem diferentes posições e perspectivas que fazem sentido em tipos de análise, ou seja, existe um conhecimento situado que democratiza o tipo de análise e com perspectiva passível de obliterar menos alguns outros. Não existe, no entanto, o sujeito perfeito menos favorecido e mais privilegiado do ponto de vista de onde se percebe análise e a busca por um sujeito ideal pode cair em outro erro, a fetichização. Mas existem situações e intersecções de opressões que colocam grupos em certos momentos em situações de vulnerabilidade⁷.

Desse ponto de Hooks, novamente a importância de localizar o saber e fazê-lo conforme grupos à margem: “espera-se que o novo modelo epistêmico reflita, ao invés dos interesses dos grupos dominantes, as perspectivas dos grupos dominados” (HARDING, 1993; Diana GONZÁLEZ e Nelson RENGIFO, 2009; Breny MENDOZA, 2014 apud in GÓES, 2019, p.02)

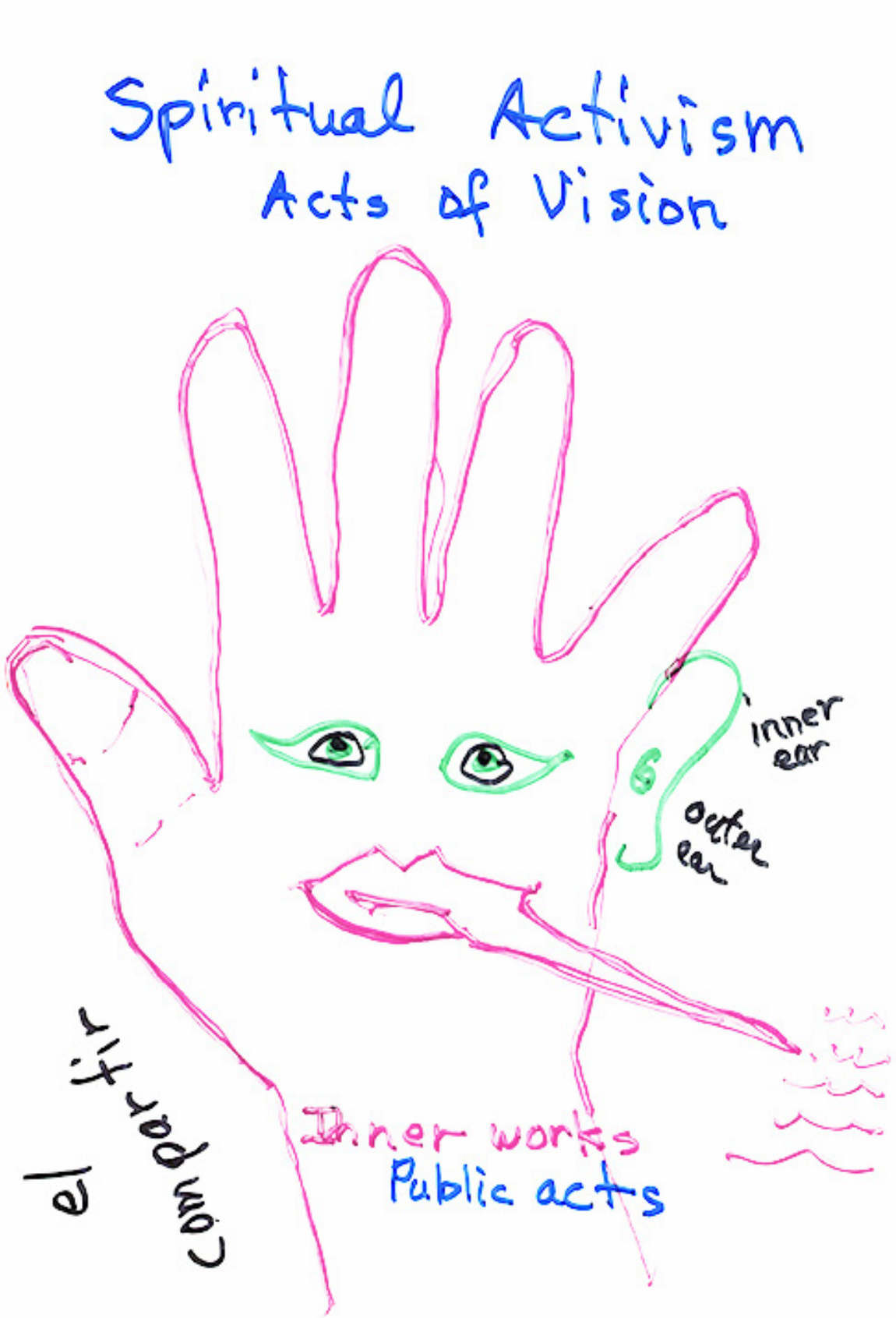


Figura 03
“Spiritual Activism: Acts of Vision” de Gloria Anzaldúa. Fonte: “The Gloria Anzaldúa reader”¹

1. Página 225 do livro.

O sofrimento não é necessariamente uma experiência estática e universal que possa ser medida por uma única régua: está associado ao contexto, às necessidades e às ambições. Mas têm de existir parâmetros históricos e políticos para a utilização do termo para que as prioridades políticas possam ser estabelecidas e as diferentes formas e graus de sofrimento possam receber mais ou menos atenção. (Benjamin Barber apud in HOOKS, 2020, p.04)

Assim, neste estudo, o enfoque será em mulheres negras, de um país na periferia do capitalismo - grupos estes nos quais me encontro também- e que atuam em suas comunidades periféricas na maior metrópole do Brasil.A escolha por focar nesse grupo se dá a partir de dois pontos principais na busca de uma reflexão sobre o espaço e sobre o planejamento do mesmo que considere: 1. As intersecções de opressão (mas que não se detenha somente sobre elas) e assim, as estruturas e relações de poder da sociedade atual. 2. Por uma questão de método escolhida pelo fato de que a maioria numérica representa as mulheres negras nos movimentos de moradia e aparecem em muitos dos lares periféricos como chefes de domicílio (IBGE) e, portanto, ações para este grupo repercutem para além de si e muitas vezes resultam em agenciamentos não solitárias de resistência.

As mulheres seriam empurradas à margem da sociedade, e teriam de aprender tanto a lógica do grupo dominado, por estar neste espaço, quanto do dominante, por ter de sobreviver a ele. Assim, elas teriam uma perspectiva da sociedade mais completa, e o estudo a partir desta perspectiva seria o que se encontraria de mais radical para o fim das opressões (HARTSOCK, 2003; HARAWAY, 2009; HARDING, 1993; NARAYAN, 1997; COLLINS, 1998; COLLINS, 2002; ANDERSON, 2000; SARDENBERG, 2007; SILVA, et al 2005; GONZÁLEZ e RENGIFO, 2009 apud in GÓES, 2009, p. 6)

Durante o texto fui transcorrendo por informações a partir das quais este texto se estrutura e mencionando carâteres que ajudam a compor as lógicas que me levaram à sua construção e, mais que isto, que busco que guiem a produção daqui em diante, oferecendo como eu penso em me responsabilizar pelo ato da construção deste conhecimento e construir uma análise no campo das ciências sociais aplicadas. Também são explicitados conceitos vinculados às relações de poder, permitindo assim a construção de contexto relevante para a dominação e para os pontos que são descritos em margens.

As margens no espaço urbano

Para se referir sobre uma margem é preciso saber em relação a quê. Margem diz respeito aos limites de algo, situa-se nas bordas que delineiam um novo começo, afinal, depois de uma margem há sempre um espaço novo. Mas também se refere ao que não está incluso no centro ou até mesmo no próprio objeto, como se esse espaço novo ultrapassasse limites como as margens de um rio. E quando o objeto refere-se ao todo, como ainda pode haver margem?

Foi visto a partir da discussão dos modos de fazer conhecimento que uma análise ou estudo, principalmente os que enfocam nas explicações das dinâmicas da sociedade que não situam o conhecimento, acabam por reproduzir as estruturas e relações de poder. Dessa forma, colocam-se como produzindo o universal e o distanciado, mas ainda dentro da estrutura capitalista e localizada nos países do norte, centrada no patriarcado, que produz, reproduz e se apoia em machismos e racismos. As

margens são, então, uma grande e variada parte, os ditos outros, mas são a maioria da população. Vimos que, a partir de pontos não localizados no centro das estruturas de poder, pode-se ter uma visão mais clara e epistemologicamente privilegiada do todo. Isso acontece pois é possível ver tanto sobre a vida na borda quanto a no centro - por onde essas pessoas também circulam e podem oferecer um outro ponto de vista. (HOOKS, 2020)

Ao situar esta análise como produzida por uma mulher de cor do terceiro mundo, emprestando as palavras de Anzaldúa (2000), é importante destacar que também que foca-se em mulheres negras. As marginalizações construídas ao redor delas e na sociedade como um todo é relevante pois tecem situações, localizações e subjetividades importantes para o desenho das formas de resistência e outros modos de viver. Em Vila Nova Esperança as ações da Associação de Moradores e da líder, Lia Esperança, serão estudadas levando se em conta as margens aqui definidas.

Assim, nesta parte será tratado de mais de um tipo de margem: serão delineados os contextos estruturais que levam a mais de um tipo de opressão e situações de vulnerabilidade e marginalização. Partindo da segregação socioespacial (MARICATO, 2003; VILLAÇA, 2000) e dos aspectos que levaram a distribuição desigual da população negra, será considerado o corpo racializado e marcado por arquétipos e

construções que o acompanham pelo espaço. O que se busca é destrinchar como essas construções refletem-se no território a partir dos discursos e ações dos sujeitos.

2.1 Periferias, segregação socioespacial e racial na Região Metropolitana de São Paulo

As margens que irei tratar aqui são as margens delineadas no espaço. Elas não são uma margem literal, muito menos algo com um limite bem definido ou, pelo menos, não na maioria das vezes. Aqui entende-se como margem do espaço urbano construído tudo aquilo que não é considerado como central ou referência, ou seja, as margens são territórios múltiplos. Esse contraste central acontece, pois, os espaços urbanos das metrópoles brasileiras são marcados pela desigualdade social e isso se reflete no espaço construído com a disparidade de situações, localizações e acessos, explicitando a conformação do espaço construído a partir de uma lógica de segregação espacial (VILLAÇA, 2000). Por outro lado, estando fora do espaço referência abre-se possibilidade para que outras lógicas do viver o espaço sejam construídas.

Então, o que consideramos margem aqui neste estudo inclui o território que abriga a maior parte da população (MARICATO, 2003). Essas localizações, que geralmente são mais concentradas nas bordas da mancha urbana - com exceção de favelas (ou aglomerados subnormais) que ainda resistem em localizações centrais -, configuram áreas majoritariamente de autoconstrução, regularizadas ou não, onde vivem pessoas que não foram incluídas no mercado formal de habitação e também algumas que foram contempladas por programas habitacionais, mas onde o direito à cidade (LEFEBVRE, 2011) ainda é cerceado. Trataremos aqui, em especial, das periferias, que mesmo não sendo o todo, são grande parte do que estamos chamando de margens espaciais principalmente quando considerado em extensão territorial.

A descrição centro versus periferia não permite, por exemplo, que se articule a segregação com as estruturas urbana e social. Essa descrição não explica, por exemplo, por que o centro tradicional de nossas cidades cresce mais numa determinada direção do que em outras (ou isso nada tem a ver com a segregação urbana?). [...] Não explica ainda a articulação da segregação com as esferas econômicas, que se dá por meio da atividade econômica que maior interesse tem no espaço urbano: a atividade imobiliária. Não

toca sequer nas articulações entre, de um lado, a segregação e, de outro, o poder político e a ideologia. Como tantas análises da segregação, ela enfatiza – explícita ou implicitamente – a desigualdade como injustiça, não deixando clara se ela é ou não devida à maldade dos homens. (VILLAÇA, 2011, p. 40)

O trecho de Villaça (2011) conta sobre as escalas da segregação e também explicita que o espaço é resultado de uma construção. Para obter o contexto completo, com as nuances e contrastes e mesmo com o enfoque nas periferias, é importante descrever como se a dicotomia em relação às áreas centrais. Um primeiro ponto a destacar é que, embora a sugestão do nome, as regiões periféricas não estão em dicotomia em relação a um centro localizado no ponto focal do círculo que seria a mancha urbana, mas sim a territórios tidos como centrais ou de referência. Por isso, cabe investigar brevemente quais seriam esses territórios-referência onde moram as classes mais altas para depois descrever as regiões periféricas que aqui são entendidas como margens.

Algumas características que demarcam essas regiões referência são fornecidas por Villaça (2011), esses parâmetros sobre qual seria esse centro de referência são dados em uma sequência original de 8 figuras. Destas, destaco cinco

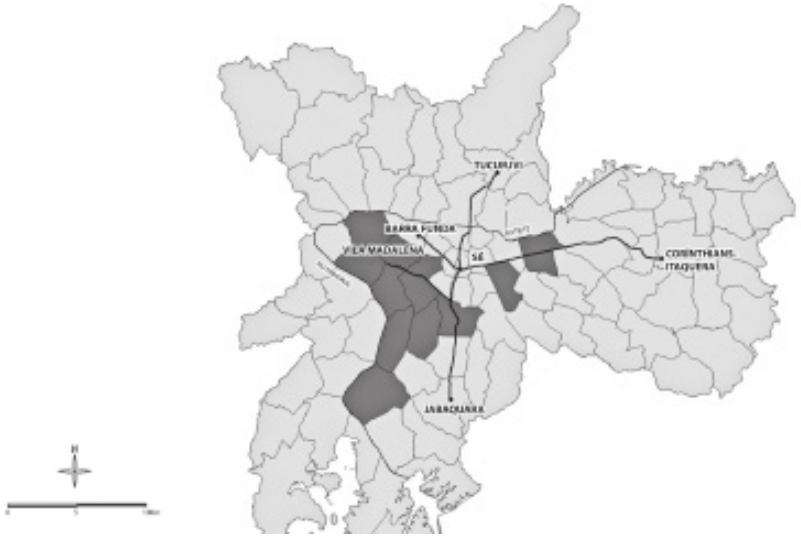


Figura 04
“Melhores locais para jovens”,
Fonte: VILLAÇA, 2011

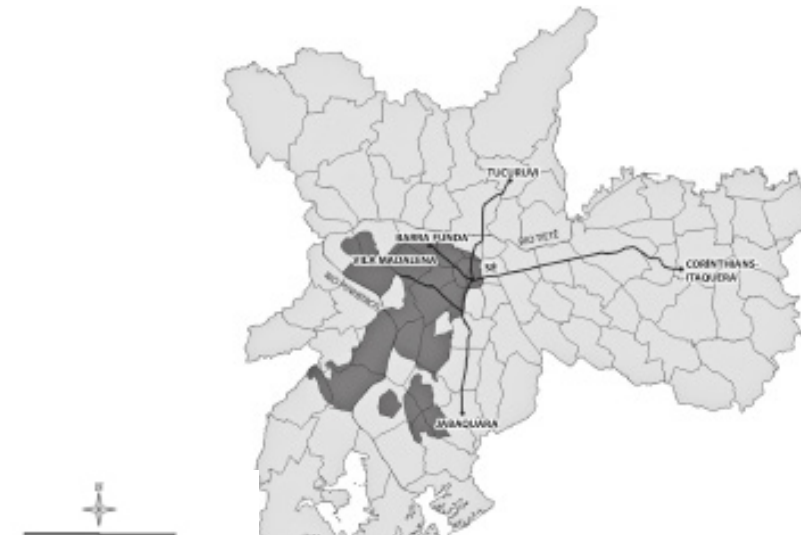


Figura 05
“Clima :
Temperatura no
Município”, Fonte:
VILLAÇA, 2011¹

1. Mapa mostra bairros com clima mais ameno, onde a temperatura é menor pois o fenômeno de ilhas de calor impacta menos.

(figuras de 4 a 8) sobre os temas: raça, clima, melhores lugares para jovens, zoneamento e número de óbitos por 100 mil habitantes. O Setor Sudoeste - descrito por Villaça como setor tido como de moradia das classes dominantes e considerado referência - se destaca sempre, embora com algumas variações nas áreas hachuradas. Apresenta: baixas porcentagens de pessoas negras,

climas mais amenos, melhores lugares para jovens, áreas exclusivamente residenciais e baixo número de óbitos.

De forma a não adentrar muito nesses territórios, destaco que os critérios adotados pelo autor para delinear esse local referência denotam impactos em questões sociais e climáticas territorializadas. O autor destaca esses mapas não só para

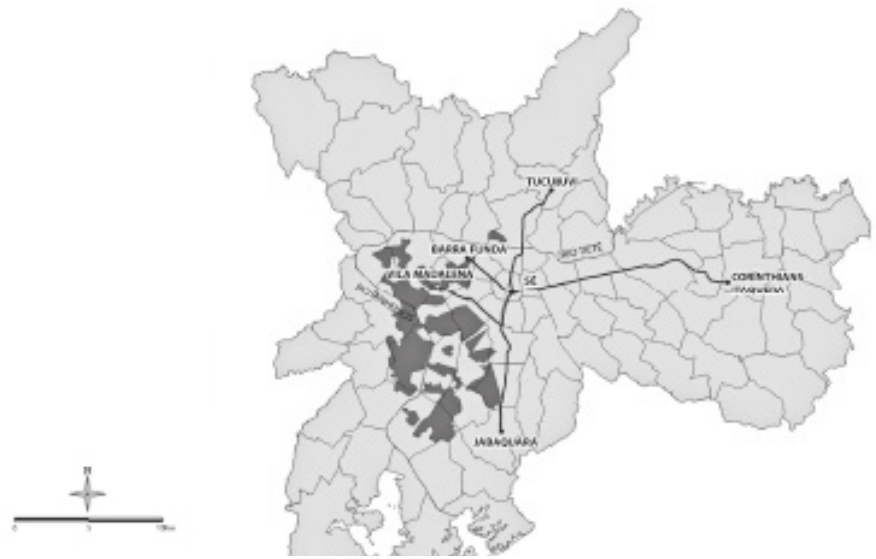


Figura 06
“Zonas exclusivamente residenciais unifamiliares”, Fonte: VILLAÇA, 2011¹

1. Bairros demarcados como Z-1 no Zoneamento 1972-2004.

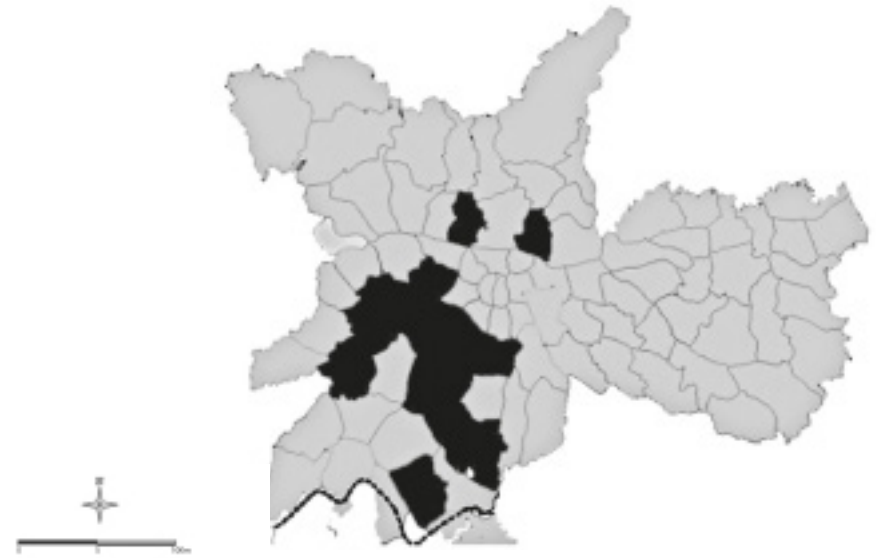


Figura 07
“Número de óbitos por homicídio por 100 mil habitantes”, Fonte: VILLAÇA, 2011¹

1. Demarcados bairros cuja taxa é menor

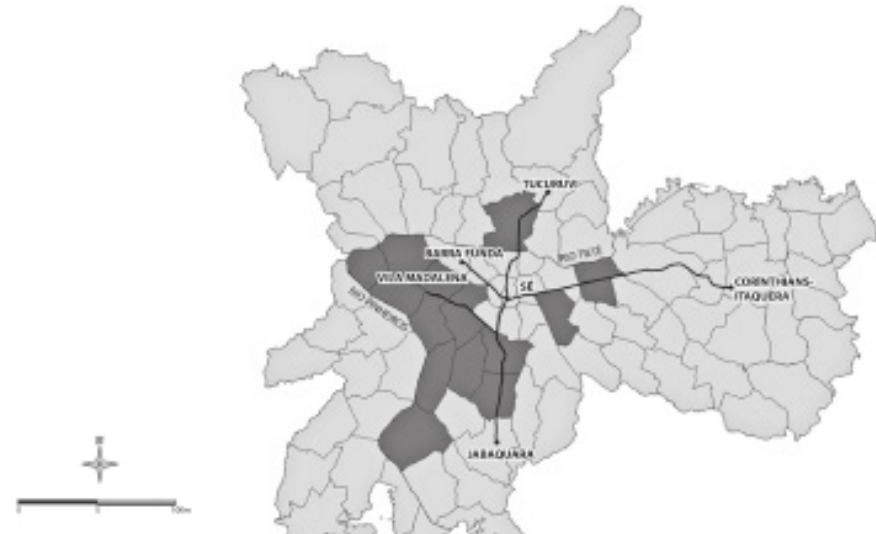


Figura 08
“Distritos com no máximo 10% de negros”, Fonte: VILLAÇA, 2011

evidenciar a segregação-sócio espacial, seu objetivo é, sobretudo, destacar sua principal consequência e, de certo modo, causa: a dominação.

É a partir dessa configuração espacial que se tem o poder de restringir e controlar questões que por mais que pareçam arbitrárias, como o clima, na verdade reverberam relações de poder intrínsecas ao espaço. Como um exemplo disto, é observado nos mapas que o clima é mais ameno no setor sudoeste o que é consequência do ordenamento territorial. No setor sudoeste, há mais arborização pública, as ocupações são menos densas e há uma maior concentração de áreas verdes em área urbana, como parques públicos e praças.

Assim, “a classe dominante produz e difunde ideias que visam esconder os processos reais de produção do espaço urbano desigual” (Villaça, 2011; p.48). Desta forma, mantenho que também as margens delimitadas neste estudo são aquelas menos favorecidas nas relações de poder mesmo quando se avalia para o espaço.

A ideologia domina o pensamento da maioria que o adota como verdadeiro. Trata-se de entender quem produz esse pensamento e com que finalidade. (Villaça, 2011; p.48)

Ao aprofundar a análise a partir das relações raciais, outros parâmetros também aparecem como relevantes. É o caso da distribuição da alta e muito alta vulnerabilidade social (IPVS- Índice Paulista de Vulnerabilidade Social), das localizações de ZEIS-1⁸ e um panorama da distribuição dos equipamentos de saúde assim como de transporte público, localização dos empregos e áreas verdes, comparados com a distribuição da população negra (figuras 9,12 a 16) . Estes foram alguns dos mapas explorados por mim em Iniciação Científica (SILVA, 2020).

O Setor Sudoeste da cidade de São Paulo novamente se destaca, mas é possível notar também que há centralidades dos outros municípios da RMSP nas quais essas características também se repetem, porém em uma escala menor e a depender da dinâmica que a cidade herda da cidade polo⁹. Entendendo que no momento presente as dinâmicas entre cidades são muito inter-relacionadas por toda a mancha urbana é importante delinear as dinâmicas provindas da cidade de São Paulo, mas que reverberam pela Região Metropolitana de São Paulo.

Assim, por contribuírem para o resultado da distribuição da população negra na RMSP, são as dinâmicas provinda sde São Paulo, auxiliam a desenhar as margens neste estudo.

Ao tratar da RMSP é possível então excluir o setor sudoeste da cidade central,

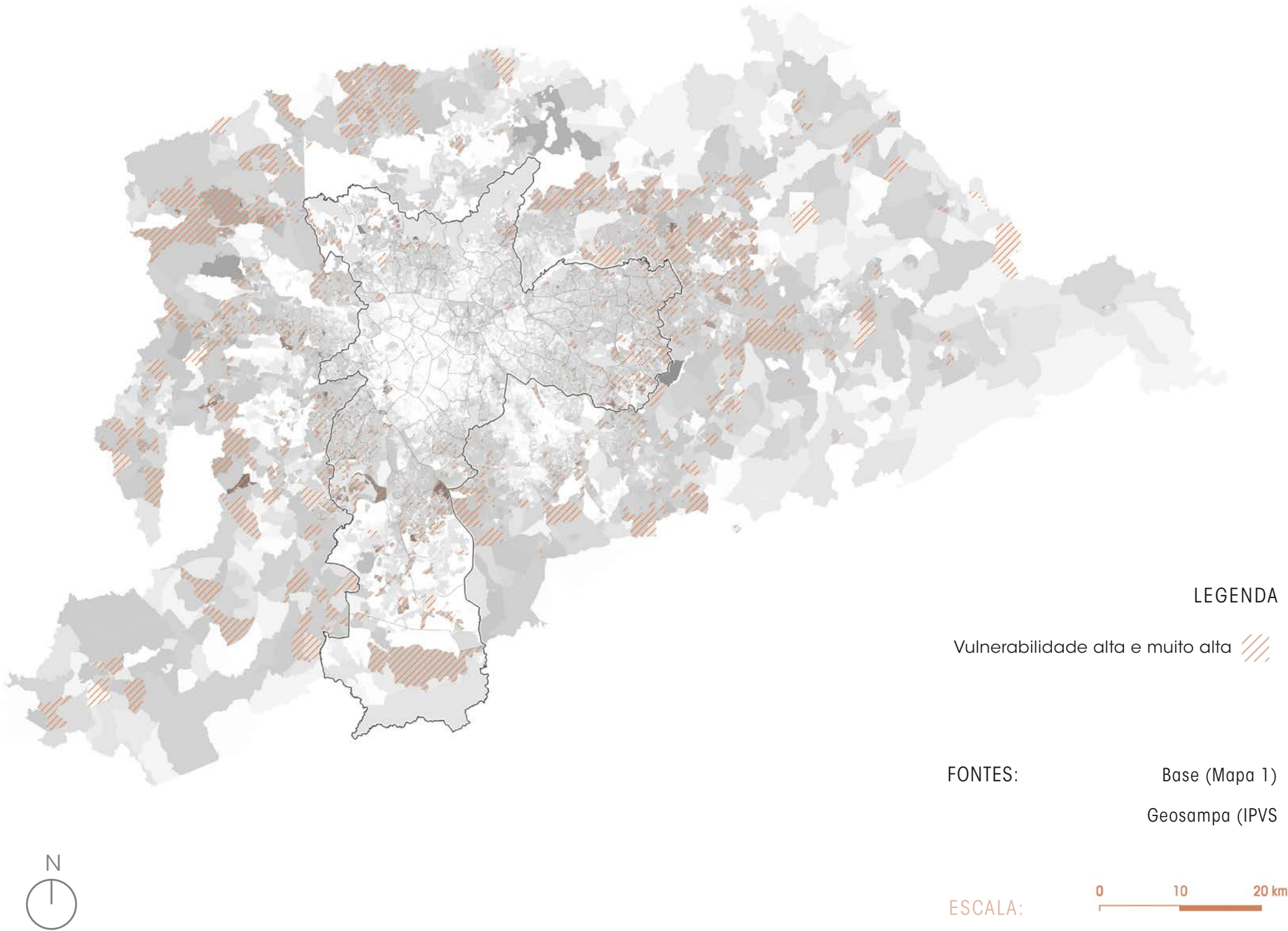
8. Segundo o PDE 16.050/2014 as Zonas Especiais de Interesse Social 1 são áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social;

9. Cidade principal da conurbação urbana (Villça, 2000)

Figura 09
Fonte: Base Silva, 2020

1. Mapa base é o Anexo 1. Teve como fonte os dados do Censo 2010. Produzidos no software aberto e georrreferenciado QGIS. Foram automaticamente dividiadas em classes pelo programa a partir da escolha do “Método de Quebras Naturais (Jenks)”, dentre as opções fornecidas pelo programa. A população negra está classificada em 25 classes geradas automaticamente e uma classe criada: população negra 0 ou 1. Cada setor demarcado é um Setor Censitário utilizado como base polo IBGE para o Censo 2010.

População negra x Áreas de muito alta e alta vulnerabilidade segundo IPVS¹



assim como alguns bairros de classe alta periféricos que, apesar de serem exceções para os espaços interurbanos brasileiros, ainda existem como subúrbios ou extensões dos setores de grande acúmulo de capital. Além disso, excluiu-se das margens áreas de centralidades locais ocupadas pelas classes médias. Ao longo desta primeira parte irei descrever algumas características principais que dizem não só sobre Vila Nova Esperança, mas dizem sobre as margens neste estudo, ou seja, as regiões periféricas.

2.1.1. População Negra e o desenho das periferias

A formação dessas margens espaciais, mas que não estão somente distribuídas nas periferias, mas principalmente nelas, se relaciona com o delineio das áreas destinadas às populações mais pobres na cidade de São Paulo. A figura 9, ilustra a vunerabilidade alta e muito alta e denota também a concentração da população negra nessas localizações, explicitando a importancia do marcador raça nos estudos sobre periferia. É importante assim, entender como se deu o delineios desses espaços.

Segundo Teresa Caldeira (2000), no início do século XIX, a cidade de São Paulo

se restringia a uma ocupação densa, com 80% dos lares sendo de aluguel, onde a elite ocupava áreas mais elevadas e as classes mais baixas ocupavam as áreas próximas aos rios e, a princípio, mais insalubres. Ambas viviam relativamente próximas entre si, em um território recortado por bairros com diferentes tipos de ocupações.

Quando se inclui o marcador racial e se avaliando somente os bairros das classes mais baixas há a divisão entre bairros proletários, ocupados pelos imigrantes brancos trabalhadores da indústria, e os bairros negros¹⁰. A população branca recém chegada era logo empregada nas fábricas, pois era o tipo de mão de obra preferido devido a estereótipos que acompanhavam a população negra, como o de preguiçosos e bestiais (NASCIMENTO, 2019). Os bairros negros eram locais cuja ocupação se relacionava com resquícios de quilombos urbanos e com a disponibilidade de empregos nas funções que os brancos imigrantes não faziam, mais subalternas (ROLNIK, 2007).

No final do século XIX, houve uma mudança na distribuição espacial na cidade. O crescimento das preocupações com doenças e a associação de pandemias a moradores pobres de cortiços e habitações coletivas fez com que a elite comesse a se mudar para bairros afastados, distanciando-se das classes mais pobres. Em paralelo, são realizadas obras buscando um modo de viver espelhado nas reorganizações espaciais

realizadas na Europa, baseadas numa lógica sanitaria, com a construção de boulevards e parques, que poderiam, segundo o que se acreditava na época, tornar o ar da cidade mais limpo e afastar doenças. Não por acaso, essas vias foram também pensadas como rotas para os deslocamentos das elites dos bairros exclusivamente residenciais, seu novo lugar de moradia, até o centro, onde na época se encontravam a concentração de serviços (CALDEIRA, 2000).

No entanto, essa nova estrutura urbana, cuja justificativa seria “*organizar, limpar e abrir o centro da cidade*” (CALDEIRA, 2000, p.215) na prática expulsa moradores pobres das várzeas centrais e a população negra é particularmente atingida. Como foi visto na diferenciação entre os locais de moradias das classes mais baixas, havia uma separação entre negros e brancos e as várzeas eram principalmente ocupadas pela população negra. Assim, muitos dos espaços de convívio coletivo¹¹, os mercados onde essa população vendia seus produtos e frequentava, e lugares de moradia coletivas são demolidos. Raquel Rolnik fala sobre como os lugares de convivência e moradia da população negra eram considerados espaços marginais.

A imagem de marginalidade é também identificada como própria da habitação coletiva: a intensidade de uma vida não familiar e a densidade

dos contatos no dia-a-dia do cortiço contrastam com a organização da casa da família burguesa [...] Finalmente, a marginalidade é associada a um conjunto de gestos, um jeito do corpo. Se para a comunidade negra a linguagem do corpo é elemento de ligação e sustentação de um código coletivo que institui a comunidade, para a classe dominante branca e cristã, a frequência da dança, umbiga, requebra e abraça publicamente desafia os padrões morais. A presença de terreiros e práticas religiosas africanas completa o estigma... (ROLNIK, 2007, p. 81)

Assim, a autora demonstra a ideia de marginalidade que culminou no desmonte dos lugares ocupados pela população negra é perpassada por uma associada aos jeitos do corpo, e, dessa forma, como veremos mais adiante, a toda uma construção que acompanha os corpos racialmente marcados pelo território.

Além disso, é importante contextualizar que essas remodelações aconteceram no mandato do Prefeito Antonio Prado (1899-1911), cujo modelo de cidade e de intervenções foi analisado por Débora Nascimento (2019). A autora, em sua pesquisa de iniciação científica, demonstra como havia um viés racista intrínseco que guiava a escolha das áreas de intervenção: “*Prado queria trazer a cidade moderna e, sobretudo, caracterizá-la como branca*”

(p.55). Isso, no entanto, não denota uma opinião particular do prefeito. Este, que até fora abolicionista no período final da escravidão, expressava, segundo a autora, os ideais da sociedade na época. Assim se comprova que o viés racial guiava as áreas que seriam objeto de expropriação e remodelação. Também é denotado que para o projeto de modernidade pretendido no país e na cidade no período das políticas de embranquecimento era fundamental não ter as pessoas negras à vista.

Outra mudança chave na organização espacial foi a postura de 1886: o estabelecimento de um perímetro urbano central. A legislação passa a demarcar o limite urbano que continha as áreas centrais e as moradias da elite, deixando de fora áreas rurais e a área suburbana - onde as classes mais baixas viviam. Assim, as regiões além do perímetro urbano não poderiam receber infraestrutura, dando início ao contraste entre os bairros dos mais ricos e as regiões de moradia dos mais pobres.

Outros fatores também contribuíram no desenho do que hoje são as periferias impactaram diretamente o cotidiano de seus moradores, um exemplo disto, foi a substituição dos bondes por ônibus possibilitando uma enorme expansão periférica. A mudança na dinâmica foi fomentada pela alteração na forma como a prefeitura estruturava a política pública para a mobilidade. Soma-se a isso o desejo pela

10. Alguns exemplos são os bairros como Bexiga, Barra Funda, Lavapés e Brás. Alguns exemplos dos comportamentos praticados e hábitos são citados por Rolnik: “suas [população negra] habitações coletivas moravam as tias negras e seus clãs, que praticavam jongo, macumba ou samba de roda como extensões da própria vida familiar; pouco a pouco esses batuques foram se transformando em cordões de carnaval.” (ROLNIK, 2007, p. 80).

11. Até mesmo a localização da igreja do Rosário dos Pretos é alterada, sendo retirada do triângulo central para o largo Paissandú, fora do então centro da cidade.

casa própria incentivado pelos sindicatos e por industriais como uma forma de baratear ainda mais a mão de obra, e até mesmo o incentivo do governo federal para que a classe média conseguisse casa própria, especialmente depois da revolução de 1930. Ao mesmo tempo, a população negra havia sido removida das localizações mais centrais colaborando para que buscasse regiões mais afastadas da cidade para viver.

Também, não podemos deixar de destacar que a existência e crescimento das periferias também se deve a uma construção de uma visão do território periférico como efêmero. No imaginário de muitos e também das ações do próprio poder público ao não agir para consolidar esses locais, os novos bairros eram tratados como de moradia temporária. Como resultado, além da falta de investimento, o que se viu foram muitas remoções forçadas e uma falta de regulamentação. Essa urbanização fica então caracterizada por ter sido feita, e ainda ser feita em sua grande maioria, por agentes privados, com quase nenhuma fiscalização. Ainda assim, esta característica da espacialização periférica não é uma causa, mas muito mais um sintoma de estruturas mais potentes que fomentam a segregação espacial e racial, questão aprofundada mais adiante.

No que tange a caracterização do espaço, o padrão de urbanização no começo da ocupação periférica era bem mais disperso que o encontrado nas áreas

centrais da cidade. Mas esse padrão vem mudando e está se caracterizando por uma densidade cada vez mais elevada. Outras características marcantes residem também consolidam duas principais mudanças que vinham sendo delineadas nas lógicas que definiam a cidade: a primeira é a nova separação entre classes sociais, vivendo em espaços distantes umas das outras resultando no que seria a dicotomia centro-periferia; já a segunda reside no tipo de ocupação, pois a lógica dominante é a da casa própria. (CALDEIRA, 2000)

Os lotes vendidos com ruas não asfaltadas muitas vezes eram grilados ou menores que as dimensões permitidas por lei, como resultado os compradores não conseguiram registrá-los (CALDEIRA, 2000). E se, por via conseguirem há outro entrave. Muitas vezes, sem dinheiro suficiente, não fazem a aprovação prévia da planta na prefeitura, após as casas construídas, não o conseguem devido a desconformidades com o Código de Obras da cidade.

No que tange as características, as casas eram e ainda são geralmente autoconstruídas por longo período, pois aproveitam feriados e finais de semana para se dedicar a esta tarefa. Outro aspecto marcante é que muitas vezes não conseguem ou demoram anos para arcar com os custos dos revestimentos, daí a aparência marcante em tijolos aparentes.

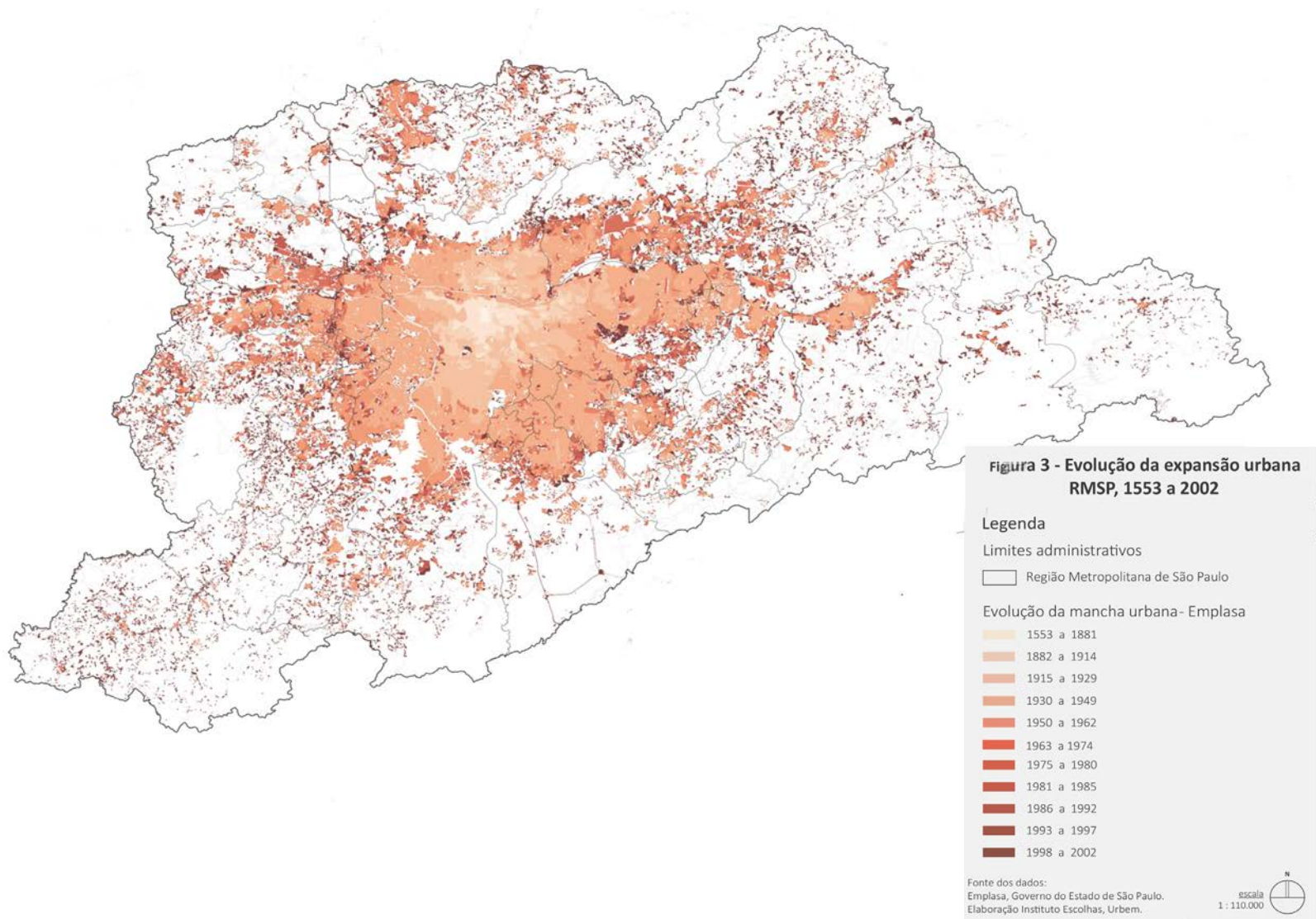
Assim, a alocação da população mais pobre em regiões periféricas apresenta um

Figura 10
Acabamento de casas.
Acervo próprio



Figura 11
Crescimento da
mancha urbana¹.
Fonte:
Instituto Escolhas,
Urbem, 2020.

1. Mapa 3. Evolução de 1553 a 2002. Disponível em < <https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/11/Anexo-1-Cartografias.pdf> >



12. Nessa mesma época, meus avós paternos moravam em uma ocupação de mais de 60 anos de existência até hoje não regularizada em Guarulhos, a nordeste de São Paulo.

crescimento marcante a partir do contínuo movimento de pressão em diversas dimensões para que pessoas de classes menos favorecidas e, principalmente, negras, não ocupassem os mesmos espaços da população mais rica. Ao mesmo tempo, o poder público continua a não reconhecer esses territórios e o grande fluxo migratório que a cidade recebeu nos anos 70 e 80

expande ainda mais as regiões periféricas¹². Segundo Teresa Caldeira (2000), nesse período, *"65% de toda a população da cidade mora em residências afetadas por pelo menos uma forma de irregularidade"* (p.220).

2.1.2. Outros critérios para margens: consequências da segregação socioespacial

Uma vez descrito o caminho para a espacialização das periferias, cabe agora ir aos outros critérios que hoje caracterizam as regiões periféricas. Os loteamentos irregulares, favelas e cortiços são os territórios que neste trabalho final são tratados como as margens. Elas localizam-se majoritariamente nas regiões periféricas e representam a maior parte do espaço construído da cidade de São Paulo, constituindo territórios múltiplos com diferentes possibilidades de acesso a equipamentos públicos e infraestrutura urbana, bem como compostos por pessoas com múltiplas expressões culturais. No entanto, em comparação com as regiões centrais, dispõem de menos recursos decorrentes do investimento público. Nessas regiões, o Estado se faz ausente ao não prover a totalidade dos serviços essenciais, delineando a disparidade do acúmulo de trabalho, capital e recursos (MARICATO, 2003; TORRES et al., 2003; VILLAÇA, 2000) ou, em contraste, se faz presente ao atuar de maneira repressiva (remoções, operações em favelas). Assim, outros critérios que configuraram o que

seriam as margens espaciais neste estudo partem também do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, concentração de equipamentos públicos, presença de aglomerados subnormais e favelas, além de um outro ponto central levantado por Villaça (2000), o tempo de deslocamento.

O que chamo aqui de tempo de deslocamento poderia ter outros nomes. Chico Buarque e Rincon Sapiência cantam como o cotidiano passa depressa demais. O tempo para a vida é pouco. O trabalho longe e que às vezes se soma ao deslocamento para estudar, faz com que o tempo no transporte ocupe muito mais horas no dia de quem mora em regiões periféricas em comparação a quem mora no Setor Sudoeste. Segundo Villaça (2000), a partir do ponto que o espaço é produzido - cujos processos para tal explicitamos em sequência -, numa lógica de racionalizar e otimizar deslocamentos e, no entanto, ainda assim existem muitos deslocamentos que são longos e morosos na rotina cotidiana. Isso implica que o espaço é produzido para que alguns deslocamentos de algumas pessoas sejam otimizados: *"A classe dominante manipula a produção desse espaço priorizando a otimização dos seus [grifo original] tempos de deslocamento."*(Villaça,2011,,p.53). Por isso, para os mais pobres o deslocamento leva mais tempo trazendo consequências sobre a economia familiar e a saúde de seus membros. Os deslocamentos destes

são escolhidos com cuidado. Lazer e deslocamentos motivados pelo destino de crianças são mais raros e os deslocamentos para trabalho são a grande maioria.

Não podendo atuar diretamente sobre o tempo, os homens atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo. (VILLAÇA, 2011, p. 56)

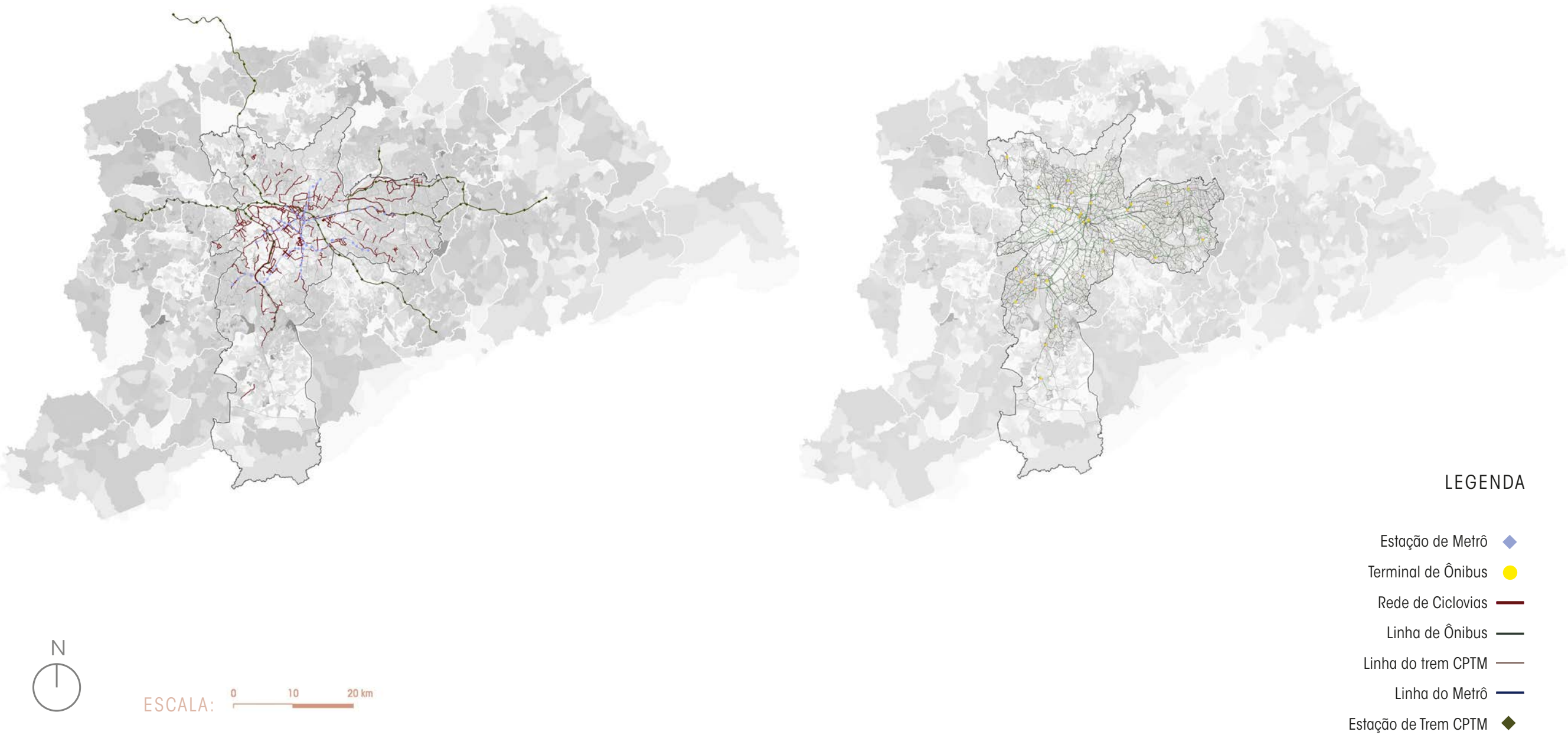
Outra dimensão sobre deslocamentos que ganhou muita notabilidade foi o risco de contágio por agentes infecciosos, como o SARS-COV-2019, causador da COVID-19. O LabCidade mostrou como, em maio de 2020, os casos estavam associados a deslocamentos a trabalho “quem saiu para trabalhar e realizou percursos longos de transporte coletivo é quem foi mais impactado pelos óbitos ocorridos” (SANTORO et al., 2020). Sendo o tempo de deslocamento algo produzido, soma-se a esse fator a consequência até mesmo na saúde por ter sido definidor para a concentração de casos. Por isso incluir o critério tempo no que são as margens espaciais neste trabalho final da graduação tem suma importância ao desvelar aspectos fundamentantes da vida.

Esses critérios bem como as dinâmicas envolvidas na autoconstrução não se findam no limite municipal, por isso aqui será sempre tratada da Região Metropolitana de São Paulo. Assim, cabe

População negra x Transporte público¹

Figura 12
Fonte: Base Silva, 2020

1. Alguns modais de transporte encontram-se concentrados em nas regiões com menor concentração da população negra, enquanto linhas de ônibus menos concentrados.



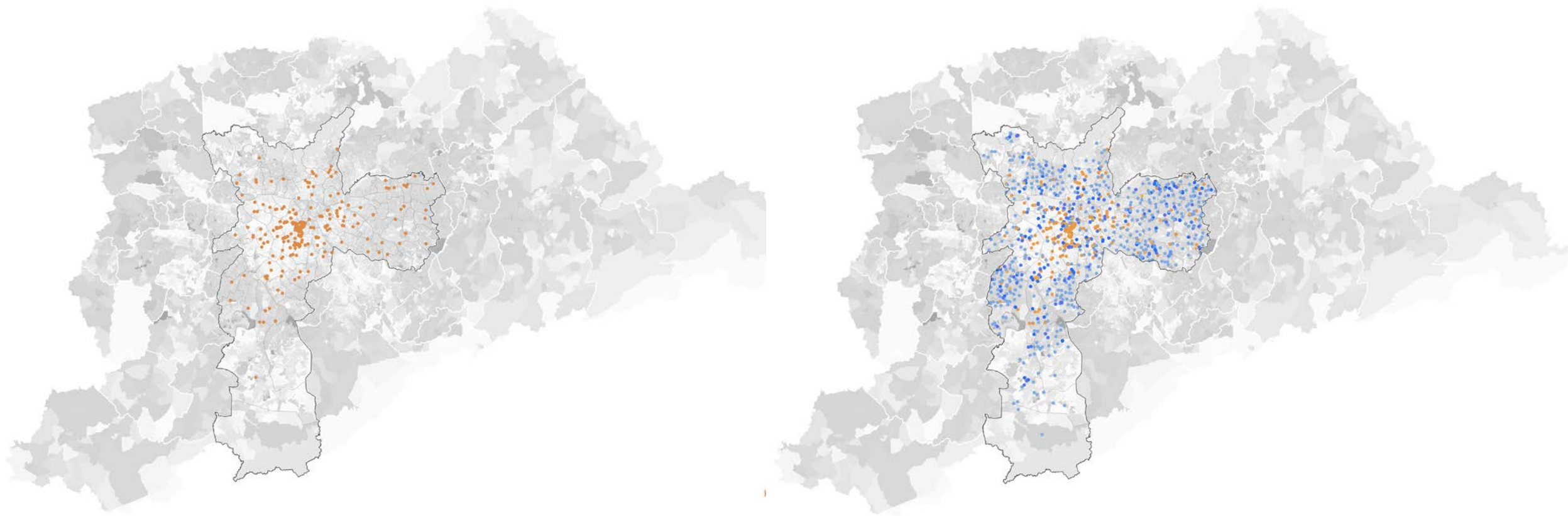
caracterizar as regiões periféricas como distribuídas por todos os municípios da RMSP, devido às mesmas dinâmicas explicadas pelos setores de círculos concêntricos. Logo, de maneira a explicitar os processos que levam a essa segregação socioespacial e racial, cabe neste tópico delinear como se dá a produção social do espaço intraurbano da RMSP entendendo como surgiram e como foram conformadas as margens, bem como perpassar os motivos sistêmicos que encaminham para esse contexto num país da periferia do capitalismo.

2.1.3. Causas Estruturantes da segregação sócioespacial e racial

Segundo Villaça (2000), as localizações periféricas na Região Metropolitana de São Paulo e em outras regiões metropolitanas do Brasil apresentam dinâmicas de segregação sócio espacial similares, com ressalva para o direcionamento da expansão das metrópoles no litoral ou interioranas. A riqueza segregada e a pobreza aglomerada são a característica que delineiam os espaços na cidade. Mas a origem da segregação e da própria pobreza urbana especializada é estudada por autores brasileiros desde as décadas de 1960-1970. Em Torres et al. (2003) há um breve apanhado

População negra x Equipamentos de saúde

Figura 13
Fonte: Base Silva, 2020



ESCALA: 0 10 20 km

LEGENDA

- Hospitais (públicos e privados) ●
- Vigilância em saúde, Urgência e Emergência, Unidades, DST-AIDS, Postos de Saúde (UBS), Saúde Mental e Ambulatórios Especializados ●

sobre as causas da pobreza urbana que levaram à segregação sócio-espacial e racial, como será argumentado com base em outros autores - neste, a literatura é agrupada em três eixos principais de explicação (1) o mercado de trabalho e a estrutura social, a (2) dinâmica do mercado imobiliário e da produção de moradias e (3) políticas estatais.

Os autores nos quais Torres et al. (2003) se apoiam para o eixo “o mercado de trabalho e a estrutura social” são principalmente Valladares e Coelho (1987). Neste primeiro eixo, as causas da segregação espacial são consequência da localização do país na divisão internacional do trabalho, no qual o Brasil, como país da periferia do capitalismo, não desenvolvido do sul global, ainda tem grande parte da sua economia voltada para o setor primário.

Desta forma, embora o país tenha se industrializado em alguns setores e apresente crescimento no setor de serviços, ainda ocupa o papel de fornecer mão-de-obra barateada. Ou seja, o país que foi colônia e no qual grande parte da renda e propriedade ainda hoje estão concentradas, herda a desigualdade delineadora de uma grande massa trabalhadora, mas com renda reduzida que se reflete no acesso à moradia. Para este primeiro eixo, a causa da segregação e da pobreza é estrutural e, de certa forma, combinada. Assim, para contextualizar este período, é importante ressaltar como a modernização no Brasil

impactou o mercado de trabalho e como isso se refletiu a partir do ponto de vista das relações raciais.

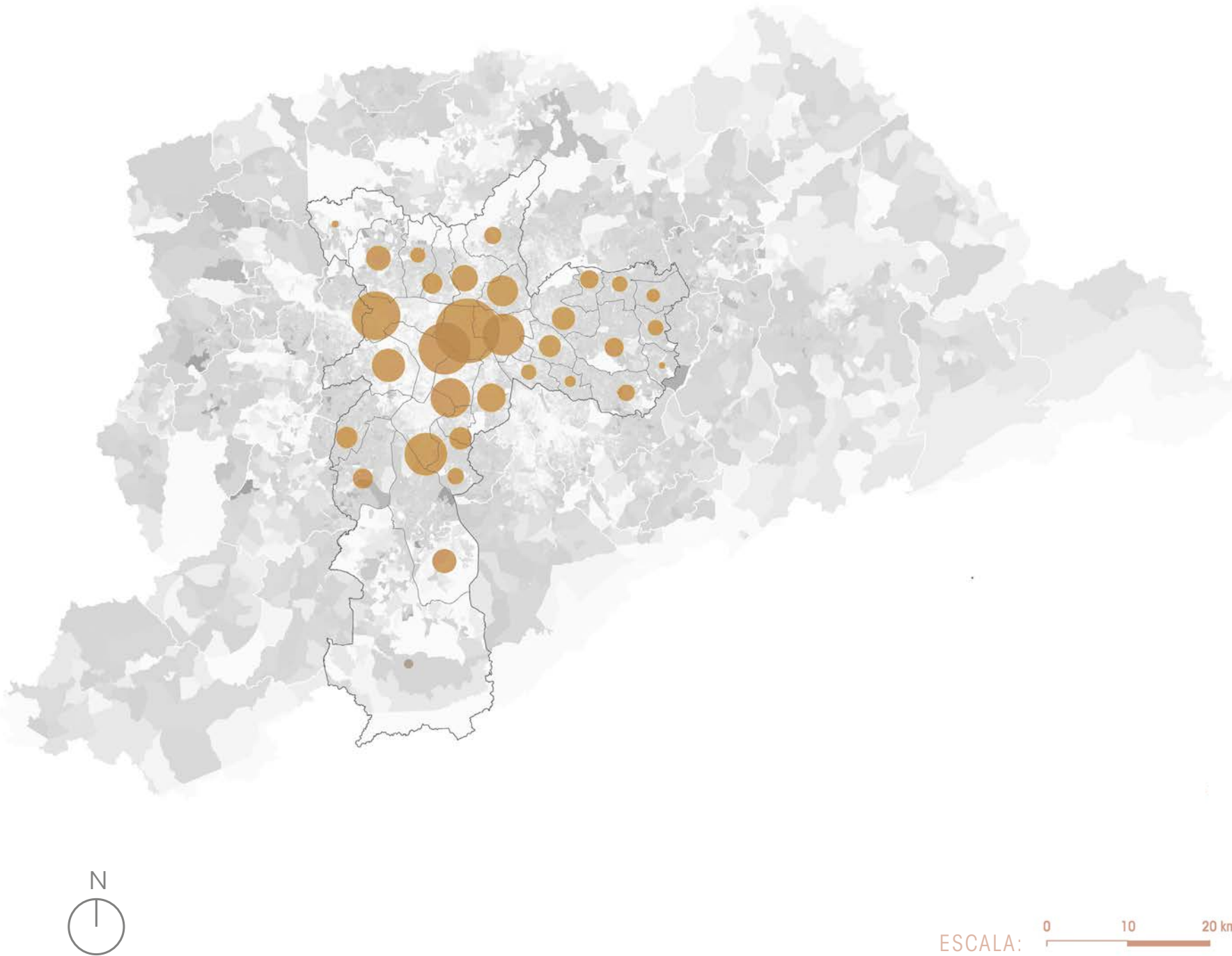
A industrialização que começou na Inglaterra no início do século XVIII, estava ganhando força em outros países da Europa. O modelo econômico vinha sofrendo mudanças e a escravidão já não era favorável para as potências da época. Em 1850, são promulgadas no Brasil duas Leis que delineiam este cenário: primeiro, a Lei Eusébio de Queirós em 4 de Setembro, que por pressão da Inglaterra, define o fim do tráfico de escravos africanos; segundo, a Lei de Terras, de 16 de Setembro. Esta, foi um grande marco que determinou que as terras sem dono no Brasil não poderiam ser ocupadas e pertenciam ao Estado.

Também, a partir de meados do século XIX, políticas de fomento à imigração de europeus ofereciam terras e empregos para esses trabalhadores que passaram a ser preferidos no mercado de trabalho. Adão (2017) diz que a “discriminação contra o negro era um elemento que fazia parte de todos os programas de imigração” (p. 19) e exemplifica com a Lei 514 e com o decreto 528 de 1890, na qual a primeira que concedia terras a imigrantes, mas proibia a escravos; e a segunda que proibia a entrada de imigrantes asiáticos e africanos.

Após pressão externa a abolição foi assinada em 1888, no entanto, essa grande massa de trabalhadores sem terra viu-se com poucas opções e a única oferta de trabalho

População negra x Concentração de Empregos

Figura 14
Fonte: Base Silva, 2020



13. Segundo Villaza (2000), outra localização que as classes mais pobres conseguiram ter acesso até os anos 70 eram nas Vilas Operárias e bairros próximos às indústrias, onde não interessava ao mercado imobiliário espetacular.

14. Esse tipo de ocupação em torres altas e muradas com serviços privados dentro do condomínio ou facilmente encontrados ao redor é o que a autora chama de enclaves privados.

15. Segundo Harvey (2005), essa é uma característica do capitalismo de utilizar o excedente de capital para especular no mercado imobiliário, onde já há acúmulo, construindo localizações que maximizem a especulação e os ganhos potenciais.

continuava, muitas vezes, a ser nos mesmos latifúndios. Neste contexto Adão coloca que, em 1889, principalmente no Estado de São Paulo “a imigração subsidiada de brancos europeus transformou-se em política oficial” (p.18). O negro, segundo a autora, era o trabalhador que simbolizava para aqueles atores, atraso e despreparo, mesmo que a maioria dos imigrantes brancos também tivessem trabalhado antes somente em lavouras (ADÃO, 2017).

Assim, ao incluir o marcador da raça nos processos citados acima, é possível notar como mesmo depois da abolição da escravidão não houve políticas para incluir essa população, mas ao contrário, políticas que promoveram a desigualdade e a exclusão desse grupo do mercado de trabalho e do acesso à terra.

A população negra ficava com os piores postos de trabalho, quando conseguiam se colocar. A exceção são os que ocupavam e vinham formando Quilombos desde de antes da abolição. Fora do Quilombo, seja na cidade ou no campo, muitas vezes era a mulher negra, que em seu trabalho como mucama, como veremos nos tópicos a seguir, a única que conseguiria trazer alguma renda para sustentar a casa.

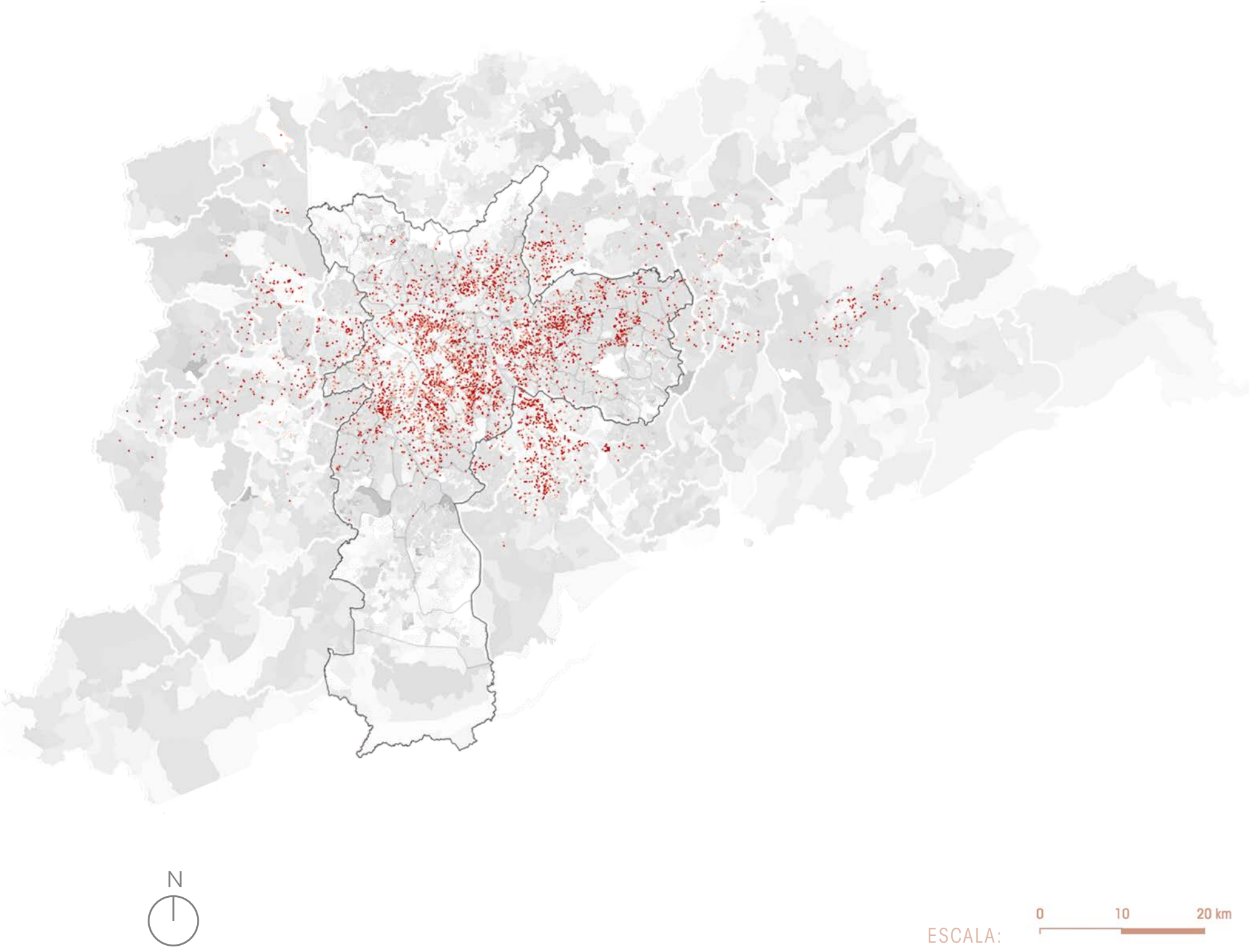
Quando o país começou a passar pela industrialização tardia, visando uma modernização desigual e combinada, que não alterou as relações de poder. Assim, mesmo com a modernização, os

empregados negros eram preteridos. O país foi estruturado como tendo esse grande excedente de mão-de-obra trabalhadora principalmente negra, de forma a delinear os postos de trabalho precarizados e que não retornam muito ao trabalhador.

No segundo eixo, “dinâmica do mercado imobiliário e da produção de moradias”, atores do mercado imobiliário como incorporadores têm o poder de investir e especular terras nas melhores localizações e aproveitar melhorias em regiões para lucrar, assim, sucessivamente aumentando o preço da terra. Desta forma, “promovem a segregação dos mais pobres por meio da competição pelo uso da terra” (Torres et al, 2003, p.101) alocando grupos sociais a partir de mecanismos microeconômicos. Para tal, é apoiado nos autores Ribeiro (1997), Smolka (1987) e Abramo (1994) apud in Torres et al (2003). Não há então um mercado formal de moradia que dê conta de ofertar habitação a preços acessíveis para grande parte da população. Ainda, cada vez mais as localizações com melhorias e qualificações vão sendo valorizadas conforme os mecanismos citados e às classes mais pobres “sobram” as terras com piores localizações, mais distantes do centro-referência, muitas vezes em áreas de risco ou áreas de proteção, pois foi onde o mercado formal não pôde especular¹³. Essa é uma característica marcante das periferias e ocupações mais tardias, a partir dos anos

População negra x Lançamentos Imobiliários

Figura 15
Elaboração Própria



1970 e 1980.

As localizações são, assim, algo construído. Segundo Villaça (2000), são fruto de acúmulo de trabalho em certas regiões e como essas se relacionam com outras. O fácil acesso devido à grande oferta de meios de transporte público e/ou boa disponibilidade de estradas e infraestruturas viárias, por exemplo, são um fator que no começo da urbanização eram definidores de onde seriam as áreas ocupadas e as centralidades, assim atrativas de ainda mais acúmulo pelo capital. A disponibilidade de equipamentos públicos e parques, de saneamento, infraestrutura coletora de chuvas adequada com canalização de córregos, pontes e túneis e outras infraestruturas vão produzindo localizações e embasando lugares onde o mercado tem interesse em especular e assim, ainda na atualidade, atraindo cada vez mais o acúmulo de capital também privado. Essas localizações detêm também concentrado acesso à cultura e à saúde, pela concentração de hospitais e ausência de fatores que colocam a saúde em risco. Assim, segundo Vilaça (2000), o acúmulo de capital, primeiro público e depois privado, atrai cada vez mais capital privado elevando o preço da terra e segregando através do contraste entre localizações.

Mas também, segundo Teresa Caldeira (2000), num fenômeno mais contemporâneo - dos anos 1980 para os

dias atuais - o mercado imobiliário abriu novas frentes em direções específicas da periferia, mas voltadas às classes mais altas. Essas frentes iam em continuidade aos bairros que já estavam saindo da área central da cidade e eram vendidos como higiênicos (como Higienópolis e a Avenida Paulista), em lugares altos e distantes de áreas aglomerações de promiscuidade tidas como uma característica das pessoas negras, como já foi discorrido neste estudo. Nas frentes mais contemporâneas, ao contrário do que havia acontecido anteriormente, não havia infraestrutura urbana, mas a legislação urbanística permitia um maior coeficiente de aproveitamento possibilitando maior especulação.

O resultado foram bairros formados por tipos com torres altas, bairros hostis ao passeio público¹⁴ e com poucos equipamentos, mas com muitos serviços privados, como Morumbi e Vila Andrade. A intenção em se distanciar da cidade e de outras classes, no entanto, continua agora com outro motivo: o da segurança. Caldeira (2000) conta como o ideal higienista persiste no sentido agora de se distanciar do que seria o crime e o criminoso, o estereótipo do favelado. Além disso, só foi feita a infraestrutura pelos próprios construtores para aqueles lotes a serem especulados¹⁵ e a periferia ao redor continuou sem auxílio.

Em um terceiro movimento, mas também em vetores em continuidade de suburbanização de moradias das classes

dominantes para além do padrão de torres altas na cidade de São Paula nos bairros citados, há o fenômeno de condomínios horizontais que extrapolam os limites municipais para outras cidades da RMSP. Esses condomínios têm muros e contam com serviços internos como segurança, lazer e saúde privados. É o caso de Alphaville e Granja Vianna, a série de mapas abaixo mostra como os lançamentos imobiliários foram se expandindo do centro para principalmente onde se encontram esses vetores.

Os bairros onde o valor da terra é mais alto são aqueles com maior acúmulo de capital público e privado ou que têm fácil acesso a esses locais, mas sempre com toda a infraestrutura. Segundo Villaça (2000), esses bairros tendem a expandir-se em uma única direção, criando vetores de crescimento e definindo setores da dinâmica imobiliária voltados para as classes dominantes. Isso soma-se às dinâmicas de crescimento da cidade em si, que ainda segundo o mesmo autor, podem ser classificadas como em setores de círculos concêntricos. Ou seja, a cidade origina-se de um aglomerado que cresce concentricamente, inicialmente com um centro muito valorizado, mas que com a expansão há setorizações principalmente ditadas pela localização dos bairros ocupados pelas classes dominantes.

Às classes mais pobres, com o crescimento do raio dos círculos, segue

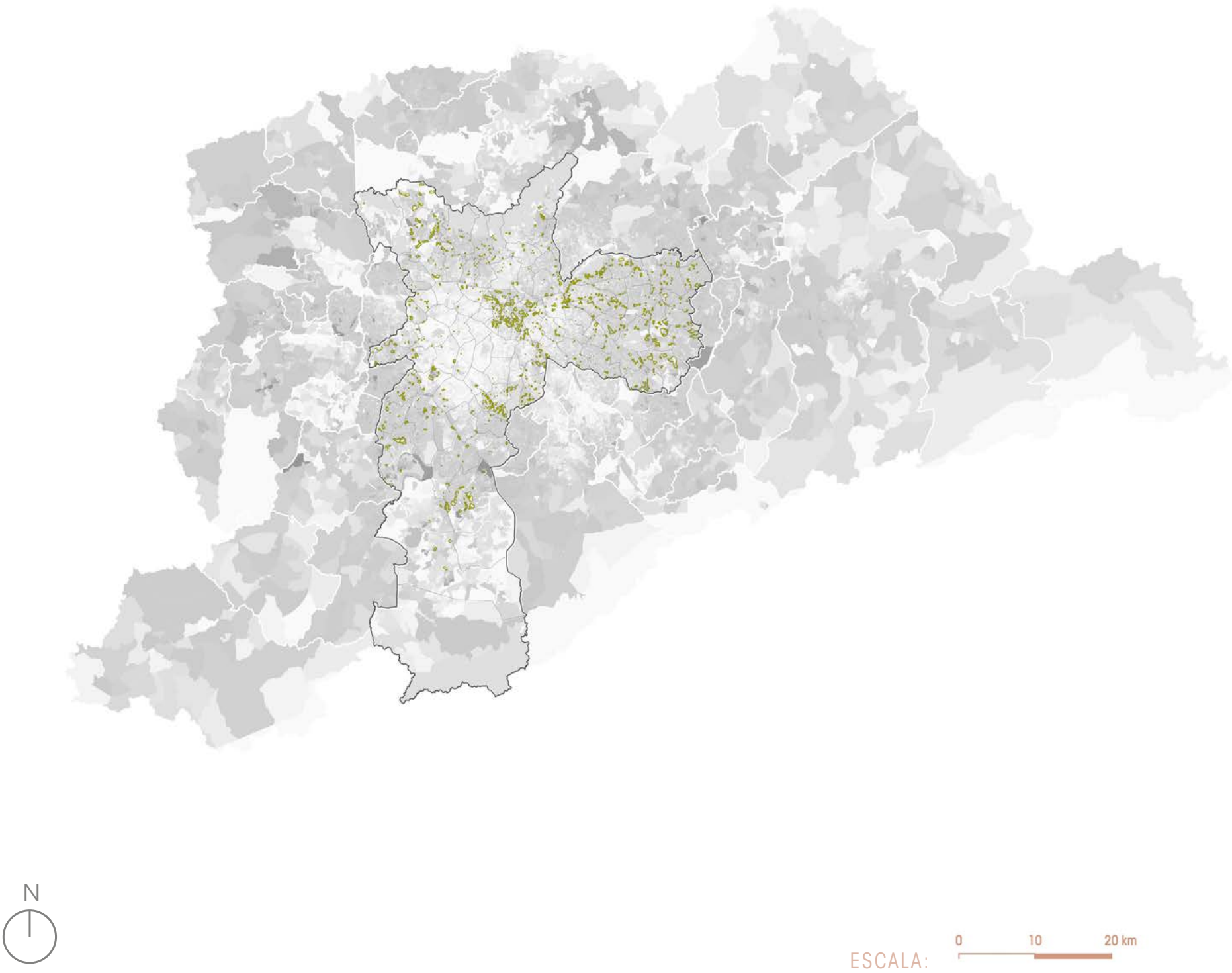
sendo expulsa para os círculos cada vez mais distantes do centro, como foi na época de abertura de vias, setores de interesse baixo pelo mercado imobiliário formal, que como visto, não demonstra interesse na inclusão de faixas de renda mais baixas.

No entanto, alguns avanços foram feitos nesse sentido. Houve significativas mudanças depois do Minha Casa Minha Vida, como um programa de financiamento que trouxe para o mercado imobiliário classes que antes não tinham acesso a ele. Outra tentativa de incluir as pessoas de mais baixa renda no mercado de habitação está se dando por meio do planejamento urbano no Plano Diretor da cidade a partir da criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) pelo PDE/2002, na Lei nº 13.430/02, da cidade de São Paulo.

Além disso, dispositivos foram criados para tipificar as faixas de renda e estabelecer para que público o setor imobiliário deveria direcionar a construção nessas áreas demarcadas como ZEIS, mas o setor imobiliário continua a direcionar o interesse para as faixas com maior renda dentro do parâmetro que pode ser edificado em ZEIS - para HMP (Habitação Mercado Popular) abarcando famílias que ganham até 16 salários mínimos. Enquanto isso, HIS-1 (Habitação de Interesse Social), que correspondem à faixa de renda mais baixa, são as que menos recebem investimentos, pois seria necessário que as famílias utilizassem o financiamento habitacional

Figura 16
Fonte: Base Silva, 2020

População negra x ZEIS 1



tradicional, mas este coloca parâmetros cuja maiorias dalas não consegue alcançar (AMARAL, 2021). Há ainda entre essas faixas ainda é regulamentada a HIS-2 com faixa de renda de até 3 salários mínimos. Dessa forma, o que é ressaltada é que a exclusão do mercado formal ainda é muito reverberante para as classes mais baixas.

E, quando se avalia a distribuição racial da população, é possível identificar esses eixos e localizações preteridas pelo mercado como áreas de ocupação de populações predominantemente negras. Isso se deve principalmente porque embora haja populações não negras em porcentagens significativas nas localizações menos privilegiadas, nas áreas de ocupação das classes dominantes, com maior valor da terra, segundo o censo de 2010, a porcentagem de pessoas negras é muito baixa.

Já no terceiro eixo em Torres et al. (2003), políticas estatais, a causa para a pobreza e desigualdade espacial apontam o Estado como ator chave. Apoiados em Rolnik (1997 apud in Torres et al, 2003) e Néri (2002 apud in Torres et al, 2003) afirmam que o poder de fazer as leis e escolher manter privilégios para um determinado espaço potencializa a segregação. Segundo Rolnik (1997 apud in Torres et al, 2003) a legislação urbana regula o uso e a ocupação do solo definindo os parâmetros de legalidade. No entanto, os padrões estabelecidos ao longo do crescimento da

cidade de São Paulo tinham um único viés: demarcar as áreas da ocupação da elite.

Assim, num breve resumo de como a legislação delineou a periferia é preciso citar algumas leis. Em 1894, a Lei aprovada por Joaquim Eugênio de Lima e a Lei Municipal 355 de 1898 são exemplos disto, definindo padrões para ocupação de baixa densidade em lotes grandes e unifamiliares, essas leis demarcam nas áreas centrais localidades que somente a elite teria condições de ocupar. As residências construídas dentro do perímetro teriam que seguir a legislação, ter um “padrão higiênico” de implantação, ou seja, parâmetros de uso do solo que a maioria da população não poderia dispor devido ao alto custo deste padrão de construção e do preço da terra.

Em paralelo, em 1886, havia sido proibida a instalação de cortiços na área central, no perímetro urbano e posteriormente, em 1894, o código sanitário proíbe definitivamente a instalação de cortiços e incentiva a construção de vilas operárias fora da aglomeração urbana. A demarcação do perímetro urbano feita desde 1886 também delimita o local onde poderia receber investimento e também dos serviços de infraestrutura. Mesmo quando, a partir de 1920 esses serviços passaram a ser oferecidos por empresas privadas, porém, estas não tinham obrigação de fornecer serviços a população fora do perímetro demarcado como urbano.

Desta forma, São Paulo foi se

constituindo como uma cidade que determinava padrões de legalidade que abrangia poucos moradores, ao mesmo tempo que negava a cidade não ocupada pela elite. Estes dois processos que perduram até hoje foram então se solidificando: áreas com mais atenção do poder público e negadas à população mais pobre tidas como “a cidade” e as áreas da extralegalidade como espaço sem lei, marginal (Rolnik, 1999).

Com a continua expansão urbana rumo à periferia, o Estado, cedendo às pressões populares, passa a ter que atuar além do perímetro da cidade dita regular. Em 1930 é o primeiro momento em que situações irregulares poderiam ser reconhecidas como extralegalidade - dependendo da intermediação do Estado - e assim poderiam ser objetos de políticas públicas. Na mesma década, é também possível se perceber em São Paulo o padrão de crescimento que acarretaria na conurbação de outras cidades, à medida que a expansão da periferia também é intensificada. Entre 1914 e 1930, segundo Rolnik (1999), os dados mostram um desadensamento da população, ao mesmo tempo que a mancha urbana se expande.

Assim, o Estado foi delineando áreas de interesse e desinteresse, provendo serviços ou não e, muitas vezes, permitindo a irregularidade pela falta de fiscalização ou também como política pública. Mas, também neste mesmo eixo da ação do Estado, encontram-se autores que delineiam a ação

direta deste para promover ou incrementar padrões de segregação (Fix, 2001; Marques e Bichir, 2001; Vetter, 1975 e Vetter et al., 1981 apud in Torres et al, 2003) a partir do aumento do valor da terra dos arredores de obras públicas ou até mesmo a partir da força, ou seja, do deslocamento compulsório de populações de baixa renda.

Este âmbito de atuação do Estado contempla mudanças no espaço através da escolha de áreas específicas para intervenções urbanas, principalmente melhoramentos viários, como aconteceu no início do século XX, durante a gestão de Antônio Prado. Muitas vezes áreas com grande concentração de população pobre e majoritariamente negra. Além disso, houve ações de remoção que em nada tinham a ver com obras, mas sob justificativa de ilegalidade, mesmo que a população já visse nessas áreas há mais de uma década. Esse tipo de ação do Estado ainda ocorre hoje e não são raras as notícias sobre remoções nos veículos de imprensa.

2.2 Breves considerações

Procurei até aqui delinear o que seriam as margens espaciais para este estudo para então focar nas regiões periféricas como margem espacial principal. Por isso foi feito um breve histórico da formação da periferia.

Foram também explicitados os critérios que configuram as margens periféricas, que ainda aparecerão nas análises sobre a vida dos sujeitos no espaço. Mas era preciso também entender as principais causas estruturantes que levaram à conformação deste cenário.

As causas para a existência do que estou chamando aqui de margem espacial são múltiplas, são processos internos e externos, alguns mais e outros menos regulamentados pelas esferas do poder público. É provável que as respostas para as causas sejam todos esses processos descritos em articulação, mas foi buscando oferecer um panorama que embasasse, justificasse e ao mesmo tempo destrinchasse a importância de certas escolhas nas análises nas vidas dos sujeitos que trarei mais à frente e como isso se relaciona com o território que elaborei este trecho do TFG.

É possível perceber que, mesmo dentro das opressões espaciais, há recortes de marcadores sociais da diferença. O mais latente para os critérios apresentados aqui foi justamente a raça. Isso relaciona-se com a necropolítica aplicada à população negra nos territórios periféricos (ADÃO, 2017), onde o Estado, por meio de seus mecanismos e agenciamentos, é capaz de fomentar ações e inações, que resultam em um “fazer morrer” direcionada a essa população. Em cada uma das causas estruturantes para a segregação

socioespacial é possível estabelecer um recorte em articulação com outros marcadores da diferença relacionados à corporeidade, como darei sequência no próximo capítulo.

Assim, é possível relacionar também a marginalização socioespacial tanto a partir das dinâmicas estruturantes em processos em curso tidos como naturais - o clima nos bairros da cidade ou o tempo de deslocamento descritos por Villaça (2011) e vistos aqui em dinâmicas representadas nos mapas apresentados - quanto por vieses que marcaram e ainda marcam remodelações no espaço urbano a partir da dinâmica de dominação presente no espaço. Segundo Natália Alves (2018) e Villaça (2011), isso acontece, pois, o espaço em si é um reino do poder social, é uma das formas que o poder assume para exercer essa dominação.

O espaço é socialmente construído, tanto por práticas do nível íntimo, o que Collins (2000) chama de domínio interpessoal, como veremos em sequência, quanto na escala do país, cidade, mundo – do planejamento territorial, do Estado-Nação, da geopolítica internacional. Alves (2018) expressa que esses pontos conformam o que chama de geografias do poder: “o espaço é constituído por relações de poder tal como, em sentido oposto, o poder sempre tem uma forma espacial, uma geopolítica” (p.125).

A Interseccionalidade e as margens

As margens que irei tratar aqui não são físicas ou espaciais, são delineadas a partir de estruturas e relações que perpassam corpos marcados e assim acompanham as pessoas pelo território. Explicitam também as implicações das relações de poder nas lógicas que concatenam essas duas dimensões, pois, como vimos, não há como desvincular estruturas de opressão ligadas ao corpo das lógicas que vão desde a escrita até o ordenamento do espaço. Assim, as margens aqui tratadas não se esgotam no marcador da raça, por isso, e para o recorte desta pesquisa, é necessário ao mesmo tempo expandir o olhar para a sociedade bem como focar questões vinculadas às construções em torno dos sujeitos deste estudo.

Para tal, o que chamo aqui de margem extrapola a noção de espaço e busca as

definições provindas da antropologia e da sociologia para delinear um recorte mais específico e corporificado. A partir da discussão no primeiro capítulo deste estudo e de pontos que serão levantados em sequência, o enfoque nesta parte se dá na mulher negra, a partir de uma perspectiva que demonstra as particularidades do racismo e das estruturas opressoras entre as pessoas do sexo feminino.

No entanto, antes de falarmos disso é importante descrever quais são essas outras opressões que marcam as diferenças sociais entre as pessoas. O que se busca é localizar essas lógicas, vinculá-las às outras dinâmicas descritas, estabelecendo um panorama mais completo sobre as opressões que recaem sobre as mulheres negras para que assim seja possível localizar as estruturas de poder e podermos novamente olhar para o território.

As diferenças entre os sujeitos em nossa sociedade têm parâmetros chave que são chamados de marcadores sociais da diferença (SIMÕES, et al ., 2018). Esses marcadores podem ser de raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros. Segundo o núcleo NUMAS¹⁶, esses marcadores operam em situações e contextos como efeitos das relações entre sujeitos e são construídos por sistemas complexos e socialmente atribuídos em classificações da diferença em nossa sociedade. Assim, estão presentes nas interações do dia-a-dia, mas também acabam por estruturar a

vida em contextos maiores já que operam em situações de opressão, assimetria, hierarquia, discriminação e desigualdade.

Importante destacar que embora os marcadores sociais de diferença possam parecer parâmetros estáticos, se tratam de características em relação, ou seja, aparecem um em relação ao outro e também em relação ao contexto. Por exemplo, não é sempre que a categoria raça é acionada, ela pode ser apontada em uma situação de discriminação ou mesmo em um contexto específico e pode ou não, trazer outros marcadores.

...nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado; cada uma existe numa relação social com outras categorias, ainda que de modos desiguais e contraditórios. Mas o poder raramente é atribuído por igual - diferentes situações sociais são sobredeterminadas pela raça, pelo gênero, pela classe, ou por cada uma dessas categorias por sua vez. (MCCLINTOCK, 2010, p.17)

Assim, os marcadores da diferença não são categorias de identidade ou atributos inerentes aos seres humanos, mas sim socialmente construídos e são também configurados e reconfigurados bem como muitas vezes justapostos de maneira que um influi sobre outros. Mas como foi dito, há certas categorias marcantes

16. Inaugurado em 2007, o Núcleo de Estudos Sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS) foi idealizado por um grupo de professores e alunos de graduação, pós-graduação e pesquisadores de pós-doutorado vinculados ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), que vinha se reunindo com o objetivo de partilhar ideias e trocar experiências de pesquisa envolvendo a produção social da diferença por meio da articulação de categorias de raça, gênero, sexo, idade e classe, tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social quanto da constituição de corpos e identidades coletivas.

em nossa sociedade, isso acontece pois, segundo Simões, et al (2018), “*a diferença é construída por meio de taxonomias e classificações que acentuam certos sentidos de diferença ao ponto de torná-los corriqueiros*” (p. 19). Assim, embora seus significados sejam um campo em disputa, mutáveis, ainda é possível demarcá-los.

É importante mencionar também que “*não acarretam necessariamente desvantagens ou desníveis de prestígio, poder e riqueza; com frequência, porém são marcadas desigualdades no plano das representações sociais, que dão respaldo a posições de assimetria, exclusão e iniquidade.*” (SIMÕES, et al, 2018, p. 20). Ou seja, por si só, não repercutem diretamente como uma desvantagem, mas são eficientes “*para expressar hierarquias e desigualdades sociais mais amplas*”(p.20). Assim, constituem importantes ferramentas para o entendimento das opressões.

3.1. Interseccionalidade

Como foi dito, um ou mais marcadores podem ser articulados de maneira conjunta. Este conceito vem sendo amplamente discutido por pensadoras do feminismo negro, partindo das estruturas múltiplas

de dominação (Beale, 1970; Davis, 1981; Dill, 1983; hooks, 1981; Lewis, 1977; Murray, 1970; Steady, 1981 apud in Collins, 2016) mais tarde desembocando no que Kimberlé Crenshaw (2002) chamou de interseccionalidade. Este conceito descreve situações de opressões específicas devido à operação de mais de um marcador social da diferença, delineando as nuances desses tipos de opressão conjunta e estrutural.

Segundo a autora, pessoas marcadas por duas dessas diferenças sociais, por exemplo, podem sofrer situações de opressão intersseccionais de dois tipos ou de um único marcador¹⁷. E para exemplificá-las e também relacionar ao caso deste estudo, aqui iremos focar nas experiências deste tipo às quais mulheres negras estão sujeitas. No entanto, essas intersecções podem ser com mais de dois marcadores e acionar qualquer um deles.

A primeira maneira de intersseccionalidade seriam os marcadores de raça e gênero de maneira somada. O marcador da raça e o marcador de gênero são acionados em opressões simultâneas. Neste contexto é o mesmo tipo de opressão comum a todas as mulheres, ao mesmo tempo em que há uma opressão comum a todas as pessoas racializadas.

Já o terceiro tipo diz sobre uma intersecção das opressões que cria um lugar outro, uma opressão de caráter, estratégia e consequências específicas. Neste cenário, Crenshaw (1989) utiliza como exemplo

políticas da General Motors nos anos 1990 que resultavam na contratação de homens negros para funções subalternas específicas de manutenção de maquinários e também contratava mulheres brancas para funções ligadas ao secretariado. No entanto, não contratava mulheres negras. Para elas, não havia função na fábrica. Quando foi então tentado um processo por parâmetros legais apoiados na discriminação de raça e na discriminação de gênero, não se conseguiu provar que a empresa estava agenciando esses marcadores contra mulheres negras devido à natureza da opressão interseccionada. Ou seja, a empresa se disse contratante de negros, pois homens negros lá trabalhavam e também se disse contratante de mulheres, pois mulheres brancas também eram empregadas, assim, esses não haviam experienciado o mesmo tipo de opressão naquele contexto. A dupla discriminação havia criado uma situação na qual a mulher negra vivenciava essa opressão não de maneira somada, de maneira diferentemente mesmo que com esses mesmos marcadores em intersecção: “*não a soma de discriminação por raça e sexo, mas como mulheres negras*” (Crenshaw, 1989, p. 44).

Delineadas as maneiras como a interseccionalidade pode influir sobre as possíveis opressões ligadas às articulações entre marcadores sociais da diferença, cabe ressaltar que sua relevância vai além do reconhecimento da natureza real dessas

situações opressão, tornando-se uma ferramenta contra o ofuscamento dessas opressões complexas. Isso acontece pois a interseccionalidade possibilita também que sejam reconhecidos os sujeitos específicos vulneráveis e que assim sejam construídas ferramentas, políticas e estudos que possam atuar diretamente em prol dos sujeitos alvo. Assim, como no caso citado da General Motors, por exemplo, reconhecer os mecanismos da opressão interseccionada é importante também na esfera regulatória e só é possível a partir desse tipo de aprofundamento da natureza da opressão interseccionada.

Um outro exemplo da relevância fica claro em um contexto citado por Crenshaw (2002): o caso de violações às quais mulheres de uma etnia em Ruanda foram sujeitas. Neste caso, a opressão tratada como uma violência devido à etnia resulta no ofuscamento do sofrimento específico das mulheres do grupo étnico, segundo ela: “*O que eu quero dizer é que, frequentemente, nossa tendência é reconhecer o problema, mas reconhecê-lo como um problema de propriedade da comunidade e não como um problema que afeta mais as mulheres do que a comunidade.*”(CRENSHAW, 2002, p.15). Isto configuraria um contexto de superinclusão (ALVES, 2018): uma questão específica resultado de opressão interseccional, mas cuja resposta seria dada a um grupo maior, neste caso, o

17. Há a situação em que somente um marcador atua, apenas uma ou outra opressão - no caso, “mulheres negras experimentam às vezes a discriminação de modo similar ao experimentado pelas mulheres brancas; às vezes, elas ‘partilham’ experiências similares às dos homens negros” (Crenshaw. 1989, p.44). Ou seja, seria somente a ação do marcador raça ou do marcador gênero a depender da situação e sem que um influa sobre o outro naquele contexto.

da etnicidade, não resolvendo a questão de mulheres da etnia. Assim, uma das questões que demonstram a importância da interseccionalidade como ferramenta e da decorrente relevância em se reconhecer a natureza da opressão reside justamente em impedir invisibilizações e fomentar políticas que de fato incidam sobre aqueles que delas necessitam. E isto é justamente o que influi sobre a categorização da interseccionalidade na escala da sociedade.

Assim, além de classificar o tipo da opressão interseccional, outro ponto relevante é que é possível classificar a maneira como esta se dá quando avaliada em uma escala ampliada, a da sociedade. Segundo Alves (2018) com base em Crewshaw, nesses dois últimos exemplos, ao se pensar em ações que visassem combater a violência e situações de exclusão voltada somente para um ou outro marcador, isso não resultaria em efeitos certos para o grupo específico atingido. Como foi visto da importância do reconhecimento, seriam necessárias ações regulatórias e construção de políticas e por isso essa interseccionalidade é chamada de “interseccionalidade política”.

Isto também pode ser levado em conta para ações e políticas sobre o território, pois é de suma importância uma análise que se baseie não só nas opressões generalizadas sobre povos ou territórios, mas também na análise da situação sobre sujeitos e as interseccionalidades de opressões possíveis.

Uma outra questão desvelada pela avaliação da aplicação da interseccionalidade em uma escala ampliada é a partir das relações entre raça, gênero, classe e globalização (ALVES, 2018). A estrutura hierárquica de nossa sociedade e das relações de poder faz com que medidas de austeridade, por exemplo, recaiam mais sobre mulheres negras. Isso acontece pois elas são as principais autoras do cuidado social e quando o Estado para de prover esses serviços, passam a ser responsáveis pelo cuidado em casa e todas as suas esferas (cuidado e atenção a idosos, cuidado e atenção a crianças, atenção à saúde da família, cuidados educacionais), ficando ainda mais sobrecarregadas. Essa opressão na escala da sociedade é chamada de “interseccionalidade estrutural” e sua relevância reside em reconhecer esse processo que desvela-se de suma importância na escala do cotidiano, como veremos nos tópicos em sequência ao destrinchar sobre a vida das mulheres na periferia.

Uma segunda questão na qual recai a relevância da interseccionalidade, pode vir a luz voltando no último caso citado acima, o de Ruanda. Nele, é possível analisar a fundamentação do discurso também como uma violência, iniciada muito antes do sequestro e estupro e baseada no discurso de ódio de gênero e etnicidade interseccionados. Segundo Alves (2018), esse tipo de discurso é o que caracteriza

uma “representação interseccional”, que produz as imagens de controle e estereótipos conformando os papéis como o de mucama e mulata. Reconhecer a interseccionalidade, mesmo no discurso, é de suma importância uma vez que, pois, contribui para que existam movimentos de resistência e de criação de novas formas de estruturação de discursos, e até mesmo de uma nova autoavaliação nos casos das mulheres negras para si próprias.

Assim, embora a interseccionalidade seja uma importante ferramenta de análise, categorização e reconhecimentos dos sujeitos em opressões, sua usabilidade não se restringe ao campo da vulnerabilidade. O que Collins (2016) chama de cultura das mulheres negras, constitui também uma agenda ligada a marcadores interseccionais. A autora coloca que:

Enquanto a realidade das mulheres negras não pode ser compreendida sem dar a devida atenção à natureza interligada das estruturas de opressão que limitam suas vidas, as experiências das mulheres afro-americanas sugerem que possibilidades de ativismo existem mesmo dentro dessas estruturas múltiplas de dominação. Esse ativismo pode assumir diversas formas. (COLLINS, 2016, p.113)

Assim, as formas de ativismo e resistência são pautadas em agir no contexto

do que Collins e diversas outras autoras se referiram como estruturas múltiplas de dominação: a interseccionalidade, cuja natureza da opressão se dá de maneira rígida e violenta atuando até mesmo na construção do self de mulheres negras como “outro”. Como resultado, os ativismos são então construídos muitas vezes em diversas ações criativas, do dia a dia.

Nesta parte, foram delineadas situações de opressão interseccional bem como as três maneiras de reconhecer a interseccionalidade na escala da sociedade e a sua importância para fornecer embasamento para políticas, ações e projetos que não ofusquem sujeitos. No entanto, cabe continuar a destrinchar um pouco mais com quais preceitos essas opressões recaem sobre a mulher negra.

3.2. O corpo pelo território, o corpo na vida

Conhecidas as ferramentas e estruturas, é importante trazer para os contextos que influem diretamente sobre a vida. Interessa entender como essas opressões recaem sobre as mulheres negras de forma que seja possível reconhecer mais à frente como isso afeta a vida e construção do território pela Maria de Lourdes, ou Lia

Esperança, apelido pelo qual se apresenta, em Vila nova Esperança. Para tal, também é importante contar com autoras feministas negras brasileiras de maneira a desenhar o contexto local, com as especificidades da opressão à brasileira.

Assim, aqui busca-se explicitar como se deu, a partir dessas opressões, a construção do que seria o lugar/papel estruturalmente delineado na nossa sociedade de base escravocrata, moldada em parâmetros raciais, de gênero e classe, os principais marcadores sociais da diferença articulados. Como resultado, os arquétipos construídos em torno do corpo que acompanha a mulher negra no território são mostrados, para posteriormente discutir como é feita a resistência a isso no dia-a-dia e também no território.

3.2.1. A construção do lugar ocupado pelas mulheres negras no mercado de trabalho

Assim, como ponto de partida, é importante discorrer sobre quando e onde são construídos esses arquétipos. Beatriz Nascimento (2019), ao contar sobre a mulher negra no mercado de trabalho, destrincha a estrutura da sociedade brasileira a partir da estabelecida no período colonial para então ponderar como são as continuidades que

cerceiam a condição da mulher negra na sociedade atual.

Ao caracterizar a sociedade escravocrata, a autora explicita a existência de uma hierarquia muito rígida estruturada em estamentos que se sustentavam a partir da exploração de mão de obra escrava. A mulher negra, neste contexto, ocupava o papel de produtora ativa da sua própria força de trabalho e na produção de mão de obra escrava, embora a ela fosse negada a posse de ambos. Era então colocada em um papel rígido no dia-a-dia, num contexto de muita violência, no qual não tinha agência sobre o que fazia e, mais que isso, possuía pouquíssima maleabilidade sobre como lidar com as questões, mesmo as do seu cotidiano ou então relativas à família.

Já com a entrada na modernidade, na sociedade pós-escravocrata, há um dinamismo pelas diversas atividades produtivas, o que leva a uma maior flexibilidade e gradação na hierarquia, contrastando com a sociedade colonial. No entanto, as continuidades também são muito marcantes: “esta maior flexibilidade manteve muito profundamente marcadas as diferenças de papéis atribuídos aos vários grupos da sociedade” (NASCIMENTO, 2019, p 260). Foi designado à mulher negra esse papel de produtora ativa quase que incansável da sua força de trabalho, mas mesmo em uma sociedade de classes, isso não se reflete em melhores condições econômicas e acessos a lugares

mais favorecidos na hierarquia social. Os papéis exercidos pela mulher negra ainda continuam ligados à exploração de sua mão-de-obra, principalmente em atividades que exigem menor qualificação, caracterizado por um trabalho árduo, vinculado a atividades manuais.

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. (NASCIMENTO, 2019, p. 261)

As continuidades podem ser explicitadas a partir das funções majoritariamente exercidas por mulheres negras, como a de empregadas domésticas, que asseguram seu lugar de força de trabalho ativa na própria casa e de outras famílias. Lélia Gonzalez (1984) coloca como o papel da “mucama permitida”, estabelecido durante o contexto de escravidão, é o que continua a desenhar, mesmo atualmente, as continuidades nas funções majoritariamente exercidas pelas mulheres negras. A autora mostra como o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado - da criação - recaem sobre as mulheres negras, trabalho de caráter ativo na economia e que por muitas vezes ocupa o lugar do não visível, do trabalho de bastidores, doméstico e sem visibilidade.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação: porque está no cotidiano. (GONZALEZ, 1984, p.230)

O cotidiano aparece também como fator importante. É nele que se realiza o trabalho árduo do papel descrito por Lélia Gonzalez, mas também é onde podem ser encontradas as brechas para resistências.

Para continuar a se debruçar como se deu e se dá o lugar majoritariamente ocupado pelas mulheres negras no mercado de trabalho, bem como dos motivos e continuidades presentes desde a construção durante a escravidão do papel de “mucama permitida”, é importante avaliar em que é embasada a falta de acessos que permite essa continuidade. Segundo Beatriz Nascimento, um dos principais critérios que determinam quem poderá acessar os espaços de privilégios é o racial: “O critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção fazendo com que pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, resultado de patente discriminação”. (NASCIMENTO, 2019, p. 261).

Assim, aos negros são delineados os mesmos espaços de continuidade em relação ao lugar ocupado na sociedade colonial e aos brancos o lugar de privilégio por falta acessos [...] a mulher negra encontra suas possibilidades de ascensão cerceadas. O trabalho ativo e duro na esfera do não visível, embora concebido no cerne do cotidiano. (SILVA, 2020, p.36)

Assim, as continuidades do período colonial são tão estruturadas e estruturantes que continuam muito presentes na vida das mulheres negras atualmente, de maneira que mesmo ascendendo socialmente continuam com a média salarial mais baixa que mulheres brancas e homens negros. Ainda, quando se articula território periférico, das nossas margens espaciais existe outro indicador importante: na maior parte das famílias que moram em bairros periféricos, a mulher é a principal responsável pelos rendimentos da família e a média salarial por família fica em torno de 2 salários mínimos.

Teorias do trabalho que relegam as experiências de trabalho das mulheres afro-americanas à margem da análise deixam de observar o tema central da natureza interligada das mulheres negras como mulheres trabalhadoras (por exemplo, o trabalho doméstico não remunerado) e mulheres negras

enquanto trabalhadoras racialmente oprimidas (por exemplo, o trabalho não remunerado de mulheres negras escravas e a exploração do trabalho assalariado).[...] O foco dado por feministas negras à questão da simultaneidade da opressão redefine o próprio sistema econômico como algo problemático. (COLLINS, 2016, p.121)

Dessa maneira, é importante ressaltar que o lugar de opressão delineado é sistêmico e interseccional e, por isso, também muitas vezes é apagado devido à natureza dupla dessa opressão. As formas como essa opressão recai não é através, na maioria das vezes, de modos indiretos, o que também dificulta o reconhecimento de toda a extensão da opressão. Para a compreensão do todo, é preciso entender como se dá a organização dessas repressões no território periférico e de que forma impactam as mulheres.

3.2.2. A opressão sob corpos periféricos

Sobre os territórios periféricos, com já foi visto, recaem diversas opressões estruturais que desembocam em equipamentos públicos insuficientes, falta

de infraestrutura básica - a depender da região -, temperaturas menos amenas - se não forem regiões próximas a massas de água e matas, maior tempo de deslocamento, um maior índice de vulnerabilidade social e maiores índices de violência, aparecendo com destaque a violência policial.

Vimos que isso recai muito sobre a população negra, devido à distribuição espacial dessa população - resultado do racismo na conformação do território e nas políticas públicas, configurando uma necropolítica (ADÃO, 2017). Mas também na construção da imagem do negro periférico, principalmente do jovem:

...uma atuação da polícia cada vez mais repressora e violenta (Feltran, 2011; Telles, 2013; Misse, 2015). Assim os jovens, sobretudo negros, moradores de territórios periféricos são considerados bandidos propriamente ditos ou em potencial, e suas famílias consideradas desestruturadas, sem condições de promover a inclusão social de seus filhos (Sarti, 2008). “Vulneráveis”, “perigosos”, “incapazes” seriam estigmas que se articulariam justificando a intervenção normativa e violenta do Estado. (CARMO, 2019, p.11)

Essas territorialidades, marcadas pelo não reconhecimento do Estado no início da conformação urbana e que, não poucas

vezes, muitos anos depois da ocupação ainda se encontram irregulares ou sem infraestrutura adequada implantada pelo Estado, são onde a violência policial é mais marcante. É como o Estado faz-se presente de maneira direta, através da opressão.

Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptiva sem limite. Assim se institui um apartheid velado que, se, por um lado confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular. (ROLNIK, 2007, p. 16)

Território e construções sobre o corpo negro periférico aparecem interligados e são usados como justificativa pelo Estado para ações violentas.

Sabemos desde Max Weber que é na reivindicação do monopólio de uso da força, em dado território, que reside a imanência estatal. Toda ordem legítima é, no limite, violência. Não é diferente na ordem dos homens brancos que têm a violência de estado a seu favor [...] Qualquer semelhança com a repressão estatal às periferias, carregada pela projeção de que elas

seriam ameaças violentas à ordem, não terá sido coincidência. Nesses casos, em que tudo está muito evidente, trata-se de uma guerra. E o território (de classe-gênero-raça-religião), concluída a batalha, é de quem vence... (FELTRAN, Gabriel de Santis; 2017, p.25-26)

Mas as dinâmicas perpassadas por esses territórios não se esgotam aí: há outros tipos de dinâmicas violentas que incidem sobre a periferia. O envolvimento de jovens com drogas, em ações criminosas ou outros tipos de comportamentos ilícitos, também faz parte desse cenário que afeta diretamente os homens (CARMO, 2019). Assim, “favela” e “periferia” atuam como categorizações dos sujeitos, mas de maneiras diferentes para ambos os gêneros. Mas às mulheres esse cenário gera também inúmeras consequências:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida quem sofre mais tragicamente os efeitos da culpabilidade branca. Exatamente porque ela é que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática. (GONZALEZ, 1984, p 231)

No contexto em que as mulheres são responsáveis pelas tarefas ligadas ao cuidado, elas têm responsabilidade integral pelo provimento financeiro da casa, responsabilidade pelo amparo emocional das pessoas que lá vivem, negociação com traficantes em caso de dívidas, tudo isso gerando sobrecarga emocional (CARMO, 2019). Para isso, e como vamos ver também, por si próprias e para a comunidade, “*mobilizam as redes que dispõem: vizinhança, parentesco, ativismo, tráfico, políticas sociais, igreja, etc.*” (CARMO, 2019, p.12). Articulando redes principalmente com outras mulheres e atuando nessa tarefa do cuidado que sai em muito da esfera do doméstico e muitas vezes é ampliada do âmbito privado para toda a comunidade.

Esse cenário explicita como os territórios periféricos submetidos a anos de uma estrutura hegemônica que oprime duramente a mulher negra, principalmente através de mecanismos indiretos. E, sendo ela muitas vezes a responsável pelo domicílio, também tem consequência sobre outras gerações da família, pois se reflete nas possibilidades de toda a família. Assim, também é endossada a justificativa da abordagem corporificada e o porquê de se colocar a mulher negra no centro de uma reflexão que não deixa de ser sobre o urbano e as dinâmicas das regiões periféricas de São Paulo.

O papel da mulher negra nas regiões periféricas faz parte de um constructo hegemônico atuante desde a colonização e como a agência da mulher negra, através desse constructo, tem um campo ampliado principalmente nessas territorialidades e que reflete, pela sua atuação, sobre toda a família e, por vezes, comunidade. Entender quais são as construções ao redor dos marcadores, como o “periférico” e a mulher periférica, ajuda a entender a relevância das ações descritas sobre Vila Nova Esperança.

3.2.3. Relações de poder e o desenho dos espaços da vida

Para poder delinear completamente as margens não espaciais é importante retomar a conversa sobre dominação e relações de poder, discussões que nos acompanham desde os modos de fazer, passando pelas margens espaciais e desembocando nas diferenças socialmente marcadas e na interseccionalidade.

Segundo Collins (2016, apud in ALVES, 2018), a interseccionalidade pode ser dividida em dois tipos de processos. O primeiro, mesmo que reflexo das estruturas de opressão, diz sobre as opressões na vida individual: a interseccionalidade em si nas situações do dia-a-dia. Já o segundo

processo diz sobre uma macroescala e se preocupa em estabelecer como a interseccionalidade está imbricada como um sistema de opressão nas diversas dimensões da desigualdade e domínios do poder, ou seja, na produção, organização e manutenção desse sistema. Isto é o que Collins (2016, apud in ALVES, 2018) chama de sistema interseccional de opressão.

Esse sistema interseccional de opressão opera então de maneira menos direta, atuando ao organizar dimensões que ditam a vida através dos diferentes domínios de poder. Collins (2016, apud in ALVES, 2018) descreve como esse poder é aplicado e gerido na sociedade de maneira interseccional ao dividir em quatro tipos de domínios de poder, ou seja, por quatro tipos de dinâmicas pelas quais o poder age na macroesfera, sendo eles: o estrutural, o disciplinário, o hegemônico e o interpessoal.

A estruturação do poder em domínios acontece em diálogo com Foucault (como visto em SANTOS, 2016), que descreve algumas dimensões pelas quais o poder se manifesta, no entanto, o que Collins (2016, apud in ALVES, 2018) coloca como adendo é a explicitação da interseccionalidade como fator intrínseco e que as permeia nesses quatro domínios. A dimensão do poder que já foi abordada neste estudo foi a institucional, na qual o “educar” aparecia como uma das ações no cotidiano onde se manifesta sua aplicação.

Nos quatro domínios descritos por Collins (2016, apud in ALVES, 2018) vemos que o estrutural efetua um diálogo com o poder institucional descrito por Foucault, mas aqui descrevendo âmbitos mais gerais de práticas organizadas em leis e políticas. Por meio destas, o domínio estrutural atua ao delinear estruturas em setores estratégicos como o da educação, dos direitos e dos negócios, por exemplo. Segundo Alves (2018) agindo e organizando práticas “*para manter uma distribuição desigual e injusta dos recursos.*” (p.99) e, portanto, regulamentando regras que não promovem a igualdade, mas sim a permanência da ausência de direitos a alguns grupos já menos favorecidos. A autora também cita um exemplo que nos ajuda a entender como esse domínio age no delineio da política para favorecer intrinsecamente aos já dominantes no sistema: “*a ausência de uma política habitacional que gera moradia digna e bem localizada para população de baixa renda, enquanto mantém o incentivo a megaempreendimentos*” (p.100).

O segundo domínio citado por Alves (2018) com base em Collins (2016) é o disciplinar. Este também constitui um diálogo com Foucault e baseia-se na construção de burocracias e técnicas de vigilância que atuam no desenho de um controle sobre os indivíduos de forma a forjar que estes se comportem de maneira menos assertiva, menos questionadora e assim sigam mais

facilmente o ordenamento imposto. Carmo (2019) em diálogo com Alves (2018) nos contam como a dificuldade em achar serviços institucionais, a longa espera quando se consegue algum, faz parte dessa dimensão do poder que faz com que principalmente mulheres negras periféricas se rendam à passividade, que sejam “*pacíficas, ordeiras dóceis e disciplinadas*” (ALVES, 2018, p. 100)

O terceiro domínio é o hegemônico. Este diz sobre a construção das falas pelos grupos dominantes que, difundidas como preceitos, acabam por influenciar na consciência e subjetividade individual. Assim, utilizando “*as ideias e a ideologia para evitar a politização dos indivíduos*” (ALVES, 2018, p.100) delineiam um contexto no qual até a autoimagem pode ser comprometida.

O quarto domínio é o interpessoal. Neste, o cotidiano das relações pode ser palco para situações mais discretas de dominação. Acontece aqui por meio de falas ou ações que, embora por vezes até disfarçadas como piadas, acionam práticas discriminatórias.

Os quatro domínios das relações de poder se unem à interseccionalidade por meio do que Collins (2016) chama de matriz de dominação, uma “*organização social na qual opressões cruzadas se originam e se desenvolvem, a partir de relações hierárquicas de poder*” (p.99), para a qual coloca eixos pelos quais operam os

domínios: raça, gênero, sexualidade e nação. Interessante ressaltar que a análise de Collins por meio da sociologia demarca os eixos que chamamos de marcadores sociais da diferença (SIMÕES; et al., 2018), ou seja, as diferenças entre as pessoas e culturas aportam como mais do que categorias. Aqui são mais uma vez colocadas como parâmetros para as relações de poder e dominação por meio da interseccionalidade.

Ainda segundo Natália Alves (2018), como resultado da organização em um modelo de matriz de dominação formada por eixos que operam em domínios, há a possibilidade de ter cada um deles explicitado e destrinchado, para que assim demonstrem as perspectivas pouco óbvias da incidência das opressões na macroesfera social. Ao mesmo tempo, a classificação de Collins (2016, apud in ALVES, 2018) não os categoriza em escala de relevância, não existindo então um hierarquia de importâncias dentro da matriz de dominação. Algo relevante a destacar também é que sabendo das especificidades de cada um dos domínios é possível pensar em práticas de resistência interseccional, o que será abordado mais para frente neste estudo.

Outro ponto interessante é que apesar da Nação ser um dos eixos descritos por Collins, a matriz de dominação é global afetando então mulheres afrodescendentes de maneira semelhante, mas também com particularidades ligadas aos contextos

específicos. Assim, embora matriz de dominação gere experiências comuns nas lógicas de opressão e resistência, sempre há particularidades nas experiências.

A matriz de dominação expressa por Natália Alves (2018) com base em Collins (2016), revela-se assim significativa na ferramentalização das opressões interseccionais. Assim, sua descrição e caracterização fornece uma correlação com as situações experienciadas no dia-a-dia e delineia como os contextos descritos neste capítulo se relacionam com a dominação e as opressões em todas as escalas, principalmente a ampliada. É possível, então, voltar a olhar para o espaço e analisá-lo avaliando também a fluidez como ocorrem essas relações nos domínios de poder na opressão interseccional e como o espaço em si é percorrido e ao mesmo tempo influi nessas dinâmicas.

A autora também destaca ainda a importância de se utilizar a interseccionalidade como uma ferramenta situada, a partir de um caso específico, para assim não torna-la uma ferramenta esvaziada, onde significados em excesso são levantados, explicitando que a abordagem deve ser corporificada, voltada para sujeitos específicos e suas lutas.

3.3. O encontro do corpo com o território

Até aqui foram descritas as dinâmicas que conformam territórios, as questões estruturais que envolvem esses processos, as continuidades na população negra e moradora das periferias de São Paulo. Também foi visto como as consequências tangem as mulheres negras a partir de uma abordagem interseccional e como isso reverbera para suas famílias e comunidades como um todo. Mas agora cabe de fato especializar esses conceitos a partir da matriz de dominação e a escala do corpo no território, bem como da própria definição de espaço.

Assim cabe evidenciar que o espaço não é só um palco das relações sociais, mas é algo intrínseco às relações sociais e delineado por elas. Alves (2018) ao discorrer sobre a Ocupação Rosa Leão e com base em geografias do poder por Doreen Massey (2005) para desenha o espaço como *“produzido por encontros, multiplicidade, aberturas”* (p. 106). Essas três dimensões estruturam o espaço e são intrínsecas as relações sociais.

A partir do encontro composto pela identidade, a interseccionalidade espacial se torna uma ferramenta *“da complexibilidade das relações de poder e das identidades”* (p.106). O encontro é fala, é síntese, conflito

e discurso, são dinâmicas das lógicas de vida do cotidiano e tudo isso se desdobra das identidades políticas em conversa. Então cabe entender como, a partir do sujeito corpo, discurso e território -tríade estruturada por Pereira (2015) - concatenam-se ao corpo para que assim possa-se chegar ao delineio das identidades.

Segundo a autora, ao analisar os escritos de Carolina Maria de Jesus em *“Quarto de despejo”*, esses conceitos são as três dimensões principais que permitem sintetizar outros vários aspectos que levam aos contextos, situações e locais. Assim, a partir da estruturação da tríade, a autora conta sobre Carolina e como a vida de Carolina no território é marcada pela matriz de dominação, local de opressões interseccionais.

O corpo racializado de Carolina em Sacramento, cidade onde passou sua infância *“pressupunha aceitar para além de humilhações morais, violências físicas e sexuais”*, segundo Pereira (2015, p. 54), e carregar para além daquele espaço outros signos atribuídos a ele. Estes signos, arquétipos construídos em torno do corpo, relacionam-se com as construções das opressões estruturais descritas anteriormente com base em Lélia Gonzalez (1984) e Beatriz Nascimento (2019).

Ao deslocar-se, Carolina é afetada em relações que atravessam seu corpo e que com ele, configuram territórios cujos limites são definidos, sobretudo fora da favela, quase sempre por outros sujeitos e outros corpos, distintos do seu e daquilo que o torna ‘desprezível’ (PEREIRA, 2015, p.54).

O corpo de Carolina, como o de tantas outras, já nasce neste lugar onde seu caminho traçado é o de violências e pobreza racializados. Mesmo ao migrar, seu corpo continua submetido a essa gramática que age ao mesmo tempo em barrar acessos e ao determinar lugares de permanência tolerados, geralmente os menos disputados da cidade. Território já apresenta-se intrínseco, nos acessos possíveis e nos negados, nos movimentos, tudo em relação às construções em torno do corpo.

O conceito de discurso, colocado por Pereira, abre-se em duas frentes. A primeira enfatiza como o discurso construído por Carolina diante de sua breve oportunidade de frequentar a escola foi o que a fez escrever tornando possível as publicações que quebram a lógica desse caminho quase imposto ao corpo.

A segunda frente destaca o discurso construído sobre a autora para venda do livro. Este baseia-se na ideia de colocá-la num lugar de exotismo, como se condições vividas por Carolina fossem ademais, como incabíveis a aquele corpo, contextos e

territórios. É colocada, por exemplo, a escrita em primeira pessoa quase “uma surpresa”: *“...seu corpo, território e discurso foram elementos indissociáveis no processo de espetacularização que assegura alguma visibilidade em sua vida”* (PEREIRA, 2015, p.55).

Assim, discurso é delineado pelo que se constrói internamente sobre si e suas possibilidades - subjetividades -, assim como sobre o que se coloca a respeito do corpo, dos arquétipos. Na abordagem deste estudo, discurso também se revela como central, sendo explorado a partir da ótica da construção de uma nova imagem de si que é estendida para os outros. Importante notar que o discurso no caso de Carolina foi construído em relação intrínseca com os lugares e relações.

Os territórios atravessados pela autora são articulados às condições vivenciadas pelo corpo racializado e são centrais no discurso de Carolina (Pereira, 2015). Carolina os articula sobrepondo, alargando, tensionando e esgarçando territórios através de conexões não habituais. Assim, o espaço é um elemento ativo onde as relações, os tensionamentos e opressões acontecem. Ele atua ao perpassar a construção da opressão pelo sujeito que o performa, ou opressão estrutural que incide, juntamente com um discurso que hostiliza as pessoas de corpos marcados. E dessa forma são delineadas situações específicas de opressões em determinados territórios.

A expressão disso segundo Natalia Alves (2018) são as fronteiras invisíveis: *"como separações, nem sempre formais, no território urbano, que limitam a circulação e definem espaços segregados por classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros."* (p. 124). São lugares onde corpos marcados não se sentem pertencentes e onde muitas vezes são vistos exemplos de hostilidade e até outros crimes para com essas pessoas. O território é causa-objetivo, sendo visto e vivido a partir das relações com ele, por ele e nele.

O cruzamento situado dessas dimensões não é fixo e esse encontro implica considerar o espaço como movimento, formando corpos e territórios provisórios. Talvez a origem da autodefinição de várias mulheres como preta e periférica, venha da formulação de um espaço interseccional marcado no corpo, como afirmação de uma identidade política de um corpo-território. (ALVES, 2018. p.109)

A articulação das três dimensões conforme mostra Pereira (2015) evidencia o papel do corpo - ainda mais em sujeitos racializados e ainda mais em mulheres - nas questões que abrangem o território e somam-se ao argumento de uma abordagem corporificada que leva em conta as opressões interseccionais. Assim, Pereira

reforça sobre como a abordagem a respeito de um sujeito revela uma condição estrutural que se relaciona ao corpo racializado e a outros marcadores sociais da diferença e a importância para a análise das dinâmicas do território. Somente desta forma é viável o reconhecimento das ações realizadas por eles numa microesfera e como isso pode reverberar em outras escalas.

Não obstante, é possível perceber como identidade, através do corpo, do discurso se relacionam e assim co-fluem no espaço. Assim, a identidade, perpassada pelos territórios e discursos e pelo corpo é construída ao longo da vida e nos encontros há um realinhamento das identidades no espaço e que constroem espaço (ALVES, 2018).

Dessa forma, a interseccionalidade além de marcada nas identidades, é uma ferramenta para se entender a multiplicidade que delinea o espaço de maneira dinâmica. Ela está inserida nas multiplicidades e opressões e resistências dos sujeitos, da comunidade e da própria dinâmica do espaço.

É importante contar sobre Vila Nova Esperança e os contextos e circunstâncias marcantes daquele território e na vida dos moradores. Depois disto, situar a análise ao contar sobre os moradores explicitando os pontos estruturantes das dinâmicas espaciais corporificadas. Para então vincular os processos estruturais com as situações vividas e principalmente com o cotidiano.

O Entorno e a Vila

Vila Nova Esperança é um bairro que se divide entre os municípios de São Paulo e Taboão da Serra, uma configuração que embora nem tão rara na região metropolitana, adquire um caráter mais forte quando observada a partir da imagem satélite: o território é como uma ilha entre espaços verdes.

O bairro com cerca de 54.000 m² tem sua maior porção localizada no distrito de Raposo Tavares, subprefeitura do Butantã, na Zona Oeste da cidade de São Paulo. Além disso, tem também aproximadamente 38% de seu território na porção noroeste do município de Taboão da Serra. Localiza-se à altura dos números 9000 e 9500 da Av. Engenheiro Heitor Eiras Garcia, entre o Parque Jequitibá (com maior porção em São Paulo, mas também com uma parte em Cotia e Osasco) e uma área verde no Bairro Parque Laguna (em Taboão da Serra).

Outro marco na região é a relativa proximidade, marcada por menos de 2 km de distância, para três grandes rodovias que chegam à capital paulista: Régis Bittencourt (BR-116), Raposo Tavares (SP-270) e Rodoanel Mário Covas (SP-021). A localização do bairro também é peculiar devido à proximidade com as divisas de outros 3 municípios da RMSP: Cotia, Embu das Artes e Osasco.

A gleba ocupada, segundo levantamento fundiário realizado pela Prefeitura de Taboão da Serra e pela CDHU, pertence a Caixa Econômica Federal (a área situada no Município de Taboão da Serra) e à própria CDHU (a área situada no Município de São Paulo e parte em Taboão).

O território de Vila Nova Esperança é marcado por ser uma região entre barreiras espaciais que, se por um lado desestimulam a ocupação, por outro também foram essenciais para que se desse o início da ocupação neste local. Aos locais de moradia dos mais pobres ficam destinadas localizações onde o mercado imobiliário não teve ou tem interesse. Essa disputa de terras foi um dos motivos citados neste estudo para a existência das margens espaciais. Dessa forma, um local desocupado com localização errada em relação à cidade de São Paulo, apesar de estar em parte localizado no município, fez com que o bairro crescesse por 40 anos sem interferências do poder público ou qualquer outro tipo de pedido de reintegração de posse ou reapropriação das terras.

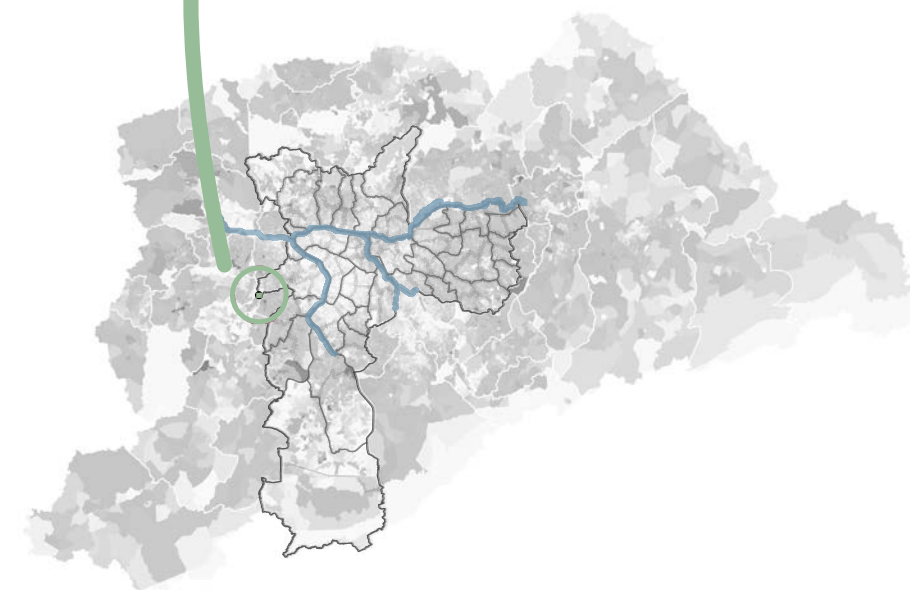


Figura 17
Imagem
de Satélite
localização geral



EMEF Teófilo
Benedito Ottoni

Bairro
Parque Ipê

Bairro Jardim
Amaralina

Parque Jequitibá

Vila Nova
Esperança

Condomínio Iolanda

Figura 18
Contexto
e Entorno.
Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth



A história do bairro se confunde com a história das áreas verdes ao seu redor, principalmente com a do Parque Jequitibá. Nos anos 1940, a expansão da cidade de São Paulo cruzou o Rio Pinheiros e avançou para a região do Butantã. No entanto, a região de Vila Nova Esperança e do Parque do Jequitibá ainda era ocupada por atividades agrícolas e de subsistência. O contato com a cidade se dava a partir da única linha de ônibus que passava na Régis Bittencourt e levava ao bairro de Pinheiros, do outro lado do rio.

O crescimento industrial e urbano da Região Metropolitana de São Paulo, a partir dos anos 1950, levou à criação de usos econômicos de pequeno porte, como a implantação de olarias ao longo das Rodovias Raposo Tavares e Régis Bittencourt. Na área do Parque Jequitibá, local antes conhecido como Fazenda Tizo, funcionavam olarias para produção de tijolos e telhas, além de áreas destinadas a atividades de subsistência (COSTA, 2006). Os tijolos, alimentavam o crescente mercado gerado pela expansão da mancha urbana. Sobre as dinâmicas urbanas da época, Costa nos conta:

Ao analisar a função social e econômica das várzeas dos rios Tietê e Pinheiros na produção e a territorialização da cidade, Seabra

(op.cit), nos relata que por muito tempo persistiu nesses espaços um modo de vida com a mistura do rural e urbano. Podemos dizer que esse modo de vida, impregnado ao mesmo tempo por características rurais e urbanas, estava presente na Fazenda TIZO baseado na exploração econômica dos recursos florestais (madeira e terra) para a produção de tijolos. (COSTA, 2006, p. 98).

Em 1960, foi cedido pelos proprietários uma porção de terra para que morassem por volta de 10 famílias de empregados. Já a década de 1970 marca o final das atividades das olarias. O terreno permanece com área de mata nativa, plantação de eucaliptos e com lagos formados nas áreas escavadas para a obtenção de argila. Continua também sob o uso dos moradores dos arredores como fonte de subsistência. Assim, após a desativação das olarias, os antigos funcionários e suas famílias prosseguem com a vida interligada à Fazenda Tizo, vivendo no local de origem de Vila Nova Esperança.

Na década seguinte, houve uma grande e expansão da mancha urbana com uma intensa periferização dos locais de moradia dos mais pobres, o que provocou um grande crescimento do bairro, bem como a expansão da cidade de São Paulo em direção ao extremo oeste.

Figura 19
Primeira
ocupação Fazenda Tizo
e Vila Nova Esperança
na década de 1950.
Fonte: COSTA, 2006

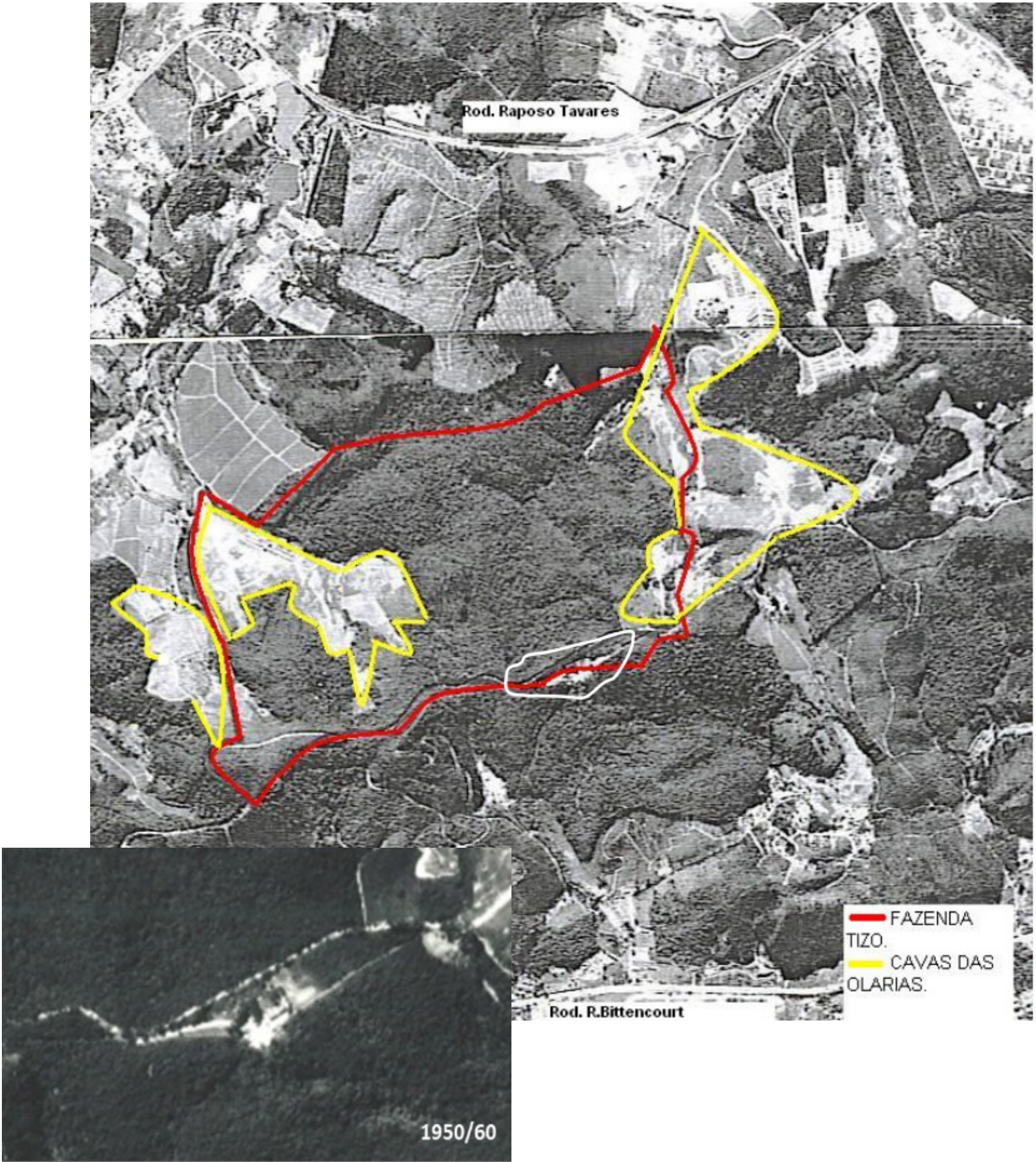


Figura 20
Foto Aérea
2000 – Fonte
Geosampa



Figura 21
Vila Nova
Esperança em 2022
Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth



Segundo Costa (2006), as famílias que moravam em Vila Nova Esperança antes de 1995 tinham terrenos com áreas entre 250 e 500m². No entanto, com o adensamento dos bairros ao redor, surgiu um mercado de compra e venda de lotes também em Vila Nova Esperança. O processo foi sendo intensificado e resultou na subdivisão dos terrenos e em uma ligeira verticalização.

Hoje o bairro pode ser caracterizado pelo gabarito médio das casas em torno de 2-3 andares. A grande maioria em alvenaria sem recuos laterais. Segundo levantamento feito em 2015 pela M.C Engenharia e Construções LTDA, a pedido da Prefeitura de Taboão da Serra, Vila Nova Esperança contava com infraestrutura básica implantada e ruas e vielas pavimentadas. A exceção nesse padrão era o setor sudoeste do bairro que estava em processo de ocupação, adjacente às áreas de ocupação consolidada, com densidade de ocupação de 30% a 90% e contava com razoável infraestrutura e ruas pavimentadas.

No entanto, nas visitas de campo, foi possível observar vielas sem asfalto, com algumas casas em madeirite, o que levanta duas hipóteses. A primeira é a que possivelmente seja um resultado de uma outra expansão posterior à observada em 2015. Já a segunda é a que a infraestrutura promovida, apesar de classificada como básica, não teve manutenção e em alguns pontos com drenagem mais precária e recente provocou a lavagem do asfalto (é

comum que nas periferias seja colocado um “falso asfalto”, que com o tempo quebra e é lavado com a força das chuvas).

Sobre os equipamentos públicos, Costa (2006) descreve como era o acesso a serviços e itens básicos do dia-a-dia para os moradores de Vila Nova Esperança, durante a produção de sua tese de doutorado:

o bairro se encontra isolado e afastado do comércio e dos serviços urbanos. As centralidades próximas, onde os moradores da vila acessam os serviços tais como mercados, padarias, farmácias, posto de saúde, escolas, delegacias e outros, ficam nos bairros Jardim João XXIII, Jardim Paulo VI e Parque Ipê, a dois, três e quatro quilômetros respectivamente.” (p.115).

Assim, poucos eram os serviços e equipamentos públicos e o direito à cidade era comprometido.

No que tange o momento atual, foi observado, a partir das visitas de campo, que não houve muitas modificações deste cenário. É possível notar que há pequenos comércios de moradores e para moradores do bairro. No entanto, não é incomum vê-los com compras na Eng. Heitor Eiras Garcia, via de acesso entre Vila Nova Esperança e os bairros adjacentes de São Paulo. Isto indica que apesar de existirem pequenas



Figura 22
Elaboração
própria.
Fonte Ep. Públicos
e Linhas de ônibus:
Geosampa

mercearias no bairro, muitos dos serviços do dia-a-dia continuam apartados. Quanto ao acesso a equipamentos públicos, não há nenhum em Vila Nova Esperança. É necessário sair do bairro e dirigir-se ao Jardim João XXIII.

Assim, Vila Nova Esperança, com suas origens e particularidades, é também um território como muitos nas áreas periféricas das grandes cidades brasileiras e regiões metropolitanas. É perpassado pelas dinâmicas estruturais que confluem na espacialização das grandes cidades,

marcadas pela desigualdade social e pela baixa remuneração da força de trabalho, resultado das conjecturas discutidas anteriormente. É um território caracterizado pela autoconstrução e pela não-regularização, pela falta de equipamentos urbanos, serviços públicos e infraestrutura urbana. O poder público deveria ser o responsável por prover esses serviços, porém o provém de maneira desigual e insuficiente.



Figura 23
Imagem
de rua em Vila
Nova Esperança.
Acervo próprio



Figura 24
Vista a partir
de viela em direção a
Taboão da Serra, em
Vila Nova Esperança.
Acervo próprio.

No entanto, em Vila Nova Esperança há intersecções importantes com a vivência e convivência dos moradores com as áreas verdes do entorno, desde sua origem e da relação com o Parque do Jequitibá. Em fragmento extraído de Costa (2006) é possível perceber como, ainda em 2006, a vida se relacionava com a área do parque, da Fazenda Tizo:

De uma forma geral, a população do bairro tem um modo de vida que interage intensamente com a mata. Os fragmentos foram incorporados de diferentes formas no cotidiano das pessoas. A mata é ao mesmo tempo área de lazer, depósito de resíduos e fonte de recursos e alimento. Dela retiram: a madeira para formar a estrutura das casas; parte da lenha usada nos fogões de barro; a caça e a pesca para complemento da alimentação de algumas famílias, geralmente um saruê (*Didelphis albiventris*), uma juriti (*Leptotila rufaxilla*) ou lambaris pescados nas

lagoas; a água para beber e irrigar as plantações; as ervas como a espinheira santa para uso medicinal. Nela as crianças e adolescentes caçam passarinhos, passeiam, brincam. As pessoas encontram paz para orar e outras lugar para descansar nas sombras das árvores da sua borda. Até meados da década de 1990, uma lagoa, situada no extremo oeste da Fazenda, formada, provavelmente, das cavas das olarias, era uma das áreas de lazer da população, além de servir ao gado do sitiante vizinho. (COSTA, 2006, p. 117)

Hoje, a ligação com o parque está comprometida. As tensões que colocaram o território da área verde em disputa também foram utilizadas como justificativa para uma ordem de reintegração de posse para a área de Vila Nova Esperança. E, não ao acaso, um fator que se destaca nesse território é o reconhecimento que recebe de diversas vias e instituições: o bairro é apelidado pela mídia como “favela verde”. Isto após anos de luta da Associação de Moradores e de sua principal liderança, Maria de Lourdes, ou Lia Esperança.

A Associação de Moradores é responsável por diversas ações de mitigação de danos ambientais na região. O contexto, então, não é simples e perpassa situações estruturais, com particularidades de seus moradores, do entorno e de localização, que constroem e tensionam o espaço.

4.1 A questão ambiental e o parque Jequitibá

Relacionada à localização singular em área urbanizada, na maior cidade da América Latina, mas cercado de áreas verdes, está também o fator que foi clímax para que fosse construída a trajetória do bairro e seus moradores. Vila Nova Esperança já existia há 40 quando, em 2011, a área passou por disputa jurídica junto à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano-CDHU. A Companhia, proprietária do terreno, justificava a necessidade de reintegração de posse na alegação de que a ocupação estaria degradando o meio ambiente, segundo conta Maria de Lourdes e outros moradores com quem conversei. Assim, o povoamento do bairro estaria ameaçando a preservação das áreas de proteção ambiental do entorno desenhado pelo Parque Jequitibá, ao norte em São Paulo, e a mata da Caixa Beneficente da Polícia Militar, ao Sul em Taboão da Serra. O Parque do Jequitibá, instituído em 2012, era o principal território em disputa a partir de processos que envolveram a população do entorno, lutas pelo direito à moradia e o planejamento de equipamentos de grande escala pelo Governo do Estado.

O início conflituoso deste processo é de 2002 e aconteceu fora do território de Vila Nova Esperança. Naquele ano, a área

que seria do parque havia sido ocupada por “sem-teto”, segundo notícias da época. Uma ocupação com cerca de 2.000 famílias havia montado abrigos a noroeste e nordeste da área verde, o que deflagrou uma reação contrária das entidades organizadas dos bairros do entorno. As Sociedades Amigos do Parque Ipê e do Jardim Amaralina passaram então a pressionar o poder público para que a CDHU agisse visando a preservação da mata. Foi conseguido apoio da mídia e a questão foi amplamente divulgada. O que as associações defendiam era a expulsão das pessoas que ocuparam o local em reivindicação do direito à moradia.

Faz-se relevante demarcar alguns pontos da história da consolidação da área verde. O parque, que já foi olaria e fazenda, agora era parte de um conjunto de Terrenos Institucionais da Zona Oeste – TIZO, adquiridos pela CDHU em 2001. Neste mesmo ano, o governo do Estado noticiava também a intenção de construir um “novo Ceasa” na área, a Central Integrada de Abastecimento de São Paulo (CIASP). Havia também o traçado oeste do Rodoanel Mário Covas que na época era um projeto que passaria dentro do perímetro do parque. O projeto da construção do novo entreposto comercial, no entanto, após a requisição de um estudo de impacto ambiental pela Secretaria do Meio Ambiente, foi descartado.

Ainda no final de 2002 houve a reintegração de posse da área pela CDHU. Neste processo as Sociedades organizadas

permaneciam ativas realizando atos públicos, abaixo assinados e reuniões em prol da criação do parque. No ano seguinte somou-se também a mobilização da gestão de alunos da EMEF Teófilo Benedito Ottoni, localizada no Parque Ipê. Em 2004, como resultado das ações promovidas pela sociedade civil organizada, foi determinada a adoção de medidas para a preservação da vegetação e dos mananciais e a recuperação das áreas degradadas e impedindo o parcelamento da área.

Entre 2005 e 2006 foram realizados encontros com o tema Fragmentos da Mata Atlântica da Região Oeste da Grande São Paulo, no qual a área da antiga fazenda Tizo era colocada em destaque. Os encontros aconteceram em diferentes cidades da região oeste da metrópole paulista. Em 27 de março de 2006 foi feita a edição do Decreto Estadual 50.597, que criou o Parque Urbano de Conservação Ambiental e Lazer na Fazenda Tizo.

Foi criado um Conselho de Orientação para o então chamado Parque Tizo que garantiria a participação da sociedade civil na gestão da área. Começou-se um processo participativo que deu origem a um Plano Diretor e Diretrizes de Projeto do Parque. Segundo o Plano, além da sociedade civil, foram feitas consultas e reuniões com representantes das prefeituras de Cotia, Embu, Osasco, São Paulo e Taboão da Serra, e também com outras Secretarias de Estado (Habitação e Juventude, Esportes, Lazer e



Figura 25
Vista do
Instituto para
Parque Jequitibá.
Acervo próprio



Figura 26
Imagem
de satélite
Parque Jequitibá.
Fonte: Google Earth

Turismo), além de empresas envolvidas com a implantação e funcionamento do Parque Tizo (CDHU, Sabesp, Eletropaulo, Dersa/Rodoanel) e também com alunos da pós-graduação da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP).

Em 2012 foi plantado um Jequitibá-rosa, árvore nativa e que só ocorre na Mata Atlântica, em ação solene que simbolizava o início das obras de implantação do parque. Assim, o parque passa a ser chamado de Parque Jequitibá. Sua área total é de 1,3 milhão m² e está localizada na zona oeste

da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo áreas dos municípios de São Paulo, Cotia e Osasco, nas proximidades das divisas dos municípios de Embu e Taboão da Serra. Foi implantado e é administrado pela Secretaria do Meio Ambiente do governo do Estado.

A história do parque também se concatena com a fragmentação das áreas verdes a oeste da mancha urbana. O processo que marca mais de um dos vetores de crescimento da cidade, no entanto, também se relaciona com um vetor de preservação.



Plano Geral

A área verde do Parque Jequitibá é um remanescente da área de mata atlântica que foi parcialmente fragmentada, como muitos a sudoeste da mancha urbana, mas que ainda mantém certa unidade. O processo teve início com as atividades econômicas desenvolvidas na região, muitas de uso rural, antes da urbanização da área.

Aqui tornou-se crucial relembrar a história de Vila Nova em paralelo com a do Parque Jequitibá, naquela época conhecido como Fazenda Tizo. Da história já contada que perpassa a origem do bairro surgido

das relações de trabalho na antiga olaria.

Interessa também destacar a perspectiva de Maria de Lourdes, que havia se mudado para o bairro em 2003, assumiu a liderança da Associação de Moradores em 2006 em meio à latência deste conflito. Ela e a associação começaram a implantar ações de sustentabilidade no território, criando os espaços da horta coletiva, cozinha comunitária e o Instituto Criando Esperança. Agindo, para mitigar danos ambientais.

Figura 27
Projeto Parque
Jequitibá.
Fonte: Secretaria do
meio Ambiente do
Estado de São Paulo.

1. Disponível em:
< <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/portalnovomedia/2012/03/plano-diretor.pdf> >



1. A saída sul é amais próxima para o Bairro de Vila Nova Esperança, no entanto, o caminho de fato chega na Eiras Garcia já na altura do Condomínio Iolanda. A saída sul está fechada indeferidamente e quando perguntado para segurança, foi dito que não era segura, perto de “um canto estranho”.

Figura 28
Vista da saída sul, bloqueada, no Parque Jequitibá¹. Acervo próprio

Em conversas com a atual Líder da Associação de Moradores, ela conta que a preservação ambiental não é algo que acontece somente em uma microesfera e que existem diversas – e potentes – ameaças ao meio ambiente em muitas partes do território brasileiro. Mesmo assim, sempre foi reconhecido que a preservação ambiental¹⁸, mesmo que local, é sim algo importante. Uma questão que envolve o coletivo e o bem comum não só para o presente, mas também para o futuro. Mas é preciso viver e é necessário morar.

Capitaneada por Maria de Lourdes, a associação tem buscado a coexistência do morar, da preservação da natureza e, também, por que não dizer, do viver em contextos mais agradáveis, mesmo dentro das poucas possibilidades que grande parte da população brasileira têm quando se trata da questão habitacional¹⁹. Tudo isto sem apoio do Estado, que deveria prover infraestrutura urbana e contextos para a efetivação do constitucional o direito à moradia e, mais que isso, o importante direito à cidade e toda infraestrutura e rede de localizações. Lia foi conquistando apoio entre acadêmicos e ONGs e conseguiu que a reintegração de posse fosse suspensa, além de ter estruturado o bairro a partir de uma lógica de preservação ambiental, que difere da de muitos territórios da cidade.

Assim, a relevância da preservação ambiental nunca foi questionada como diretriz pela associação de moradores de

Vila Nova Esperança - também por constituir um ponto de atração para muitos deles. No entanto, a justificativa dada pelo poder público poderia ser mais destrinchada. Cabe assim seguir pela investigação sobre a dinâmica no território e as áreas verdes em um perímetro ampliado, estendendo a partir do bairro, para as frentes de dinâmicas em um raio de aproximadamente 2km. Para então adentrar no território e nas vivências do dia-a-dia que levaram a esse reconhecimento, mas que ainda não tornou possível que o bairro deixe seu caráter de margem. Algumas questões levantadas são: (1) o território urbano é complexo, muitas dinâmicas podem vir a intervir nessas áreas, é necessário descrevê-las; (2) a caracterização dessas áreas verdes e potencial ecológico; (3) quais são de fato as que estão pressionando as áreas verdes e que podem ocasionar perda da cobertura vegetal e quem são esses agentes e suas motivações.

4.1.1. Dinâmicas podem vir a intervir nessas áreas

Assim, para entender Vila Nova Esperança é indispensável olhar para as dinâmicas urbanas no entorno das áreas verdes e o entorno expandido. Em Taboão da Serra, a cidade é cortada pela Régis Bittencourt

18. Isso dialoga com a valorização do meio ambiente que os moradores com os quais conversei também demonstram. Eles explicitam em diversos momentos a importância que o morar perto de uma região próxima à natureza têm para eles: “Viver assim... ó [mostrando a mata ao redor] é muito bom”.

19. Questão destrinchada no item 2.1



Figura 29
Usos do solo Taboão da Serra. Base: imagem de satélite, Google Earth; Plano Diretor Estratégico de Taboão da Serra, 2006.

- ZPAs
- ZEISs
- ZIs
- ZERs

que segrega padrões de ocupação. Em uma análise das Áreas Homogêneas, Mapa 1 (em Anexo 1) do Plano Diretor da cidade (Lei Complementar 132 de 26 de dezembro de 2006), é possível notar como a ocupação é marcada pela presença da rodovia, com usos predominantemente industriais no seu entorno imediato. Ao mesmo tempo, a Régis Bittencourt é uma barreira marcante entre os tipos de áreas residenciais da cidade, consolidado e de interesse social, e delimita esse tipo de ocupação no sentido norte-sul, apesar de algumas exceções.

Pelo Zoneamento, Mapa 6 da mesma Lei(em Anexo 2), é possível notar que as zonas residenciais predominantemente residenciais, ao norte da Régis são mais próximas de São Paulo e do setor sudoeste da cidade, têm um padrão de ocupação menos denso, com lotes maiores e com presença de recuos internos. As demarcações de Zonas Exclusivamente Residenciais em si indicam ocupações de camadas com renda mais elevada em relação à porção da cidade ao sul da rodovia. Já a ocupação do sudoeste na cidade de Taboão, localização mais

distante do setor sudoeste de São Paulo, é principalmente marcada por uma grande zona de interesse social. Assim, outro fator que influencia na distribuição da ocupação do uso e ocupação do solo na cidade é a proximidade com a cidade de São Paulo, cidade polo da Região Metropolitana.

Já no sentido oeste, ao norte da Régis, a zona industrial se interioriza para além das bordas da rodovia na única avenida de grande porte que corta o setor norte de Taboão, no sentido Norte-Sul. Esse território, embora sob forte influência do setor industrial, é talvez a porção que agrega usos mais diversos, contendo também Zonas Mistas (ZM), Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) e Zonas de Interesse Social (ZEIS). Segundo Villaça (2000), as localizações perto de usos industriais são onde o mercado têm um baixo interesse em especular o que justificaria a dinâmica dessa área.

Os usos ligados a ZI que adentram o território ao norte da Régis Bittencourt são limitados em seu lado oeste justamente por uma Zona de Proteção Ambiental, gleba da Caixa Econômica, que faz divisa com a Vila Nova Esperança. Assim, ao norte da rodovia Régis Bittencourt, zonas de moradias da população com maior poder aquisitivo na cidade de Taboão têm o limite junto ao início de um setor predominantemente industrial, delimitado pela área verde.

A oeste da gleba da Caixa Econômica Federal e na sequência de Vila Nova pela Av. Eiras Garcia, encontra-se o Condomínio Iolanda. Existente há 40 anos,

as características de ocupação conversam com a de grande parte da região a noroeste. Nesta direção, após o condomínio, é a divisa com a cidade de Cotia, onde a maior parte da ocupação e uso do solo é caracterizada por condomínios cujo padrão parte de médio para alto padrão, na região da Granja Viana.

É possível perceber como o uso e ocupação do solo em Taboão da Serra expressa dinâmicas que estão ligadas a outros polos e dinâmicas vindas de fora da cidade, e como Vila Nova Esperança e o Parque Jequitibá se encontram justamente em uma área limítrofe das dinâmicas citadas. A localização da Rodovia Régis Bittencourt e a infraestrutura urbana possibilitam o uso industrial e, principalmente, por esta ser limitada pela ZPA, que delineia esse contexto ao sul de Vila Nova Esperança. Uma das principais diferenças entre as ocupações em Vila Nova Esperança e a de outras ZEIS ao redor da zona industrial reside justamente na fraca ligação que Vila Nova Esperança tem com o território de Taboão e com a Régis Bittencourt, além da imbricação do território com o do Parque Jequitibá.

Em São Paulo, para além do parque, o contexto urbano no extremo oeste da cidade é caracterizado por condomínios e conjuntos habitacionais de classe média e algumas produções habitacionais para mercado popular e HIS com incentivo do governo. A urbanização se mostra majoritariamente consolidada, mas ainda conta com núcleos de favelas e loteamentos irregulares, demarcados como ZEIS.



Figura 30
Usos do solo Taboão da Serra. Base: imagem de satélite, Google Earth; Zoneamento de São Paulo, 2006

- ZEPAMs
- ZEISs
- ZIs

1. Não é mostrado ZM_a, ZMIS_a e ZC_a

A precariedade no extremo oeste de São Paulo acontece entre dois vetores de mais alta renda: um que conforma o setor sudoeste e outro que configura um vetor de crescimento do setor imobiliário, que extrapola a cidade de São Paulo e pode ser caracterizado pela produção de habitação para classes médias e altas, com bairros de subúrbios, como Granja Viana, principalmente ao norte da Raposo Tavares.

Em Embu das Artes e Osasco, a principal dinâmica é o incentivo do uso de solo por atividades industriais,

principalmente ao longo do rododanel. Essas questões perpassam a governança e a preservação dos fragmentos de vegetação que serão discutidas em sequência.

Na cidade de Cotia, são três dinâmicas principais que se destacam por comporem frentes que chegam as áreas verdes nos arredores de Vila Nova Esperança: além da região já descrita de Granja Viana, há incentivo via uso do solo para a presença de indústrias e empresas de logística, principalmente ao longo das rodovias. A

terceira é a de fragmentos de vegetação em áreas de proteção. Aqui cabe destacar a terceira, pois o município tem grandes áreas de proteção que se estendem a sudoeste.

Assim cabe investigar como essas dinâmicas tensionam o entorno e as áreas verdes mais próximas do Parque Jequitibá, de forma a avaliar o meio ambiente de maneira integrada.

4.1.2. Caracterização dessas áreas verdes e potencial ecológico

Sobre o Parque Jequitibá cabe caracterizá-lo brevemente do ponto de vista geomorfológico, e ambiental. Para tal, é necessário perpassar os usos e consequências para o território, de forma também a entender o potencial paisagístico e ambiental.

A área verde já passou por diversas fases de ocupação. Por muitos anos foi utilizada por três olarias e contava com depressões nas regiões de onde era retirada argila. Após a desativação das olarias, essas depressões formaram lagos que valorizaram a paisagem e que foram um ponto de lazer na região. Posteriormente, não se sabe ao certo quando, esses lagos foram aterrados. A drenagem original também foi alterada com um aterro para a construção da Rua São

Paulo, que adentra 1640 metros o parque no sentido oeste-leste. No entanto, em 2006, com o fechamento da via e a erosão natural, o curso original foi retomado. Atualmente, a rota está sendo novamente utilizada como caminho no parque, mas conta com projeto de drenagem cuidadoso.

Além desses aterros, há também duas outras regiões aterradas no parque e uma que se localiza na porção sul de Vila Nova Esperança. Costa (2006) conta como era comum que as regiões nas bordas da cidade recebessem materiais de descarte da prefeitura ou de entidades privadas, de forma legal e ilegal. Segundo o autor, a altura desses aterros na região do Parque Jequitibá chega a 50 metros. Hoje essas áreas não são mais ativas nem visíveis devido ao recente crescimento da cobertura vegetal.

Quanto às regiões de mata no parque, é necessário avaliar critérios que considerem o entorno e outros fragmentos do bioma, de forma a desvelar o real potencial do ponto de vista ambiental. Tudo isso relaciona-se aos padrões de ocupação aos quais as áreas do entorno foram sujeitas, já que a região apresenta diversos fragmentos de vegetação. Assim, também se faz necessário passar a uma escala ampliada.

O uso do solo não só na área da fazenda, mas na região sudoeste da região metropolitana foi pautado principalmente pela exploração de recursos naturais,

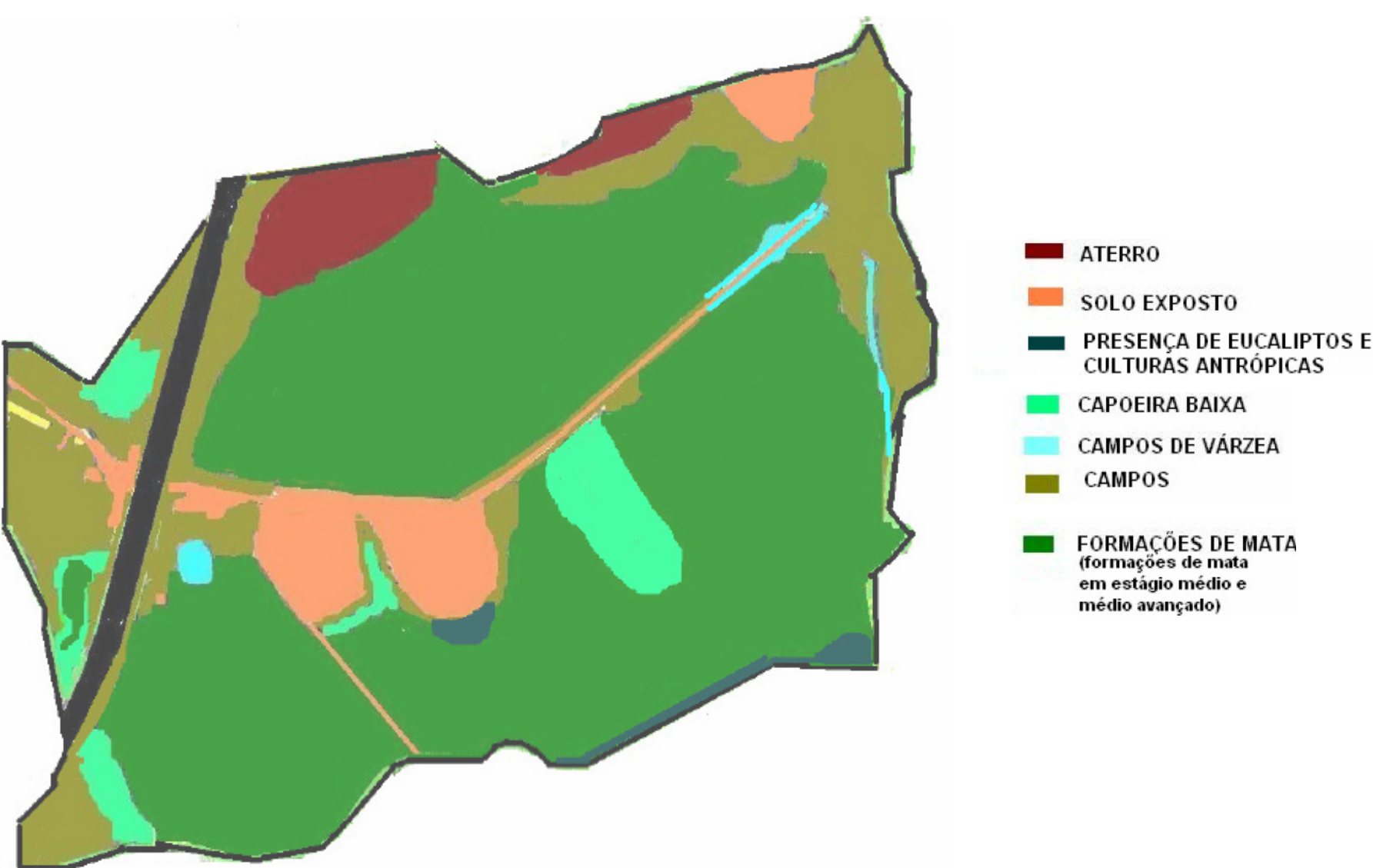


Figura 31
Imagem
de satélite
Parque Jequitibá.
Fonte: Google Earth

através de culturas agrícolas e olarias, e constituíram a primeira perturbação do ambiente natural. Isto levou a um padrão de ocupação descontínuo, resultando em fragmentos florestais que serviram como um banco de sementes, permanecendo com potencial ecológico (Costa, 2006). Este ponto diz sobre o potencial de regeneração e automanutenção da mata em relação também à fauna local que permanece em equilíbrio e assim assegura a permanência e regeneração de ambos. Desta forma, foi

possível, após a decadência desses usos, que houvesse relativa regeneração do bioma com recuperação ambiental entre 1962 e 1994.

A partir de 1980 foi estabelecida uma nova dinâmica onde os usos são resultado do processo de urbanização e crescimento da mancha urbana, o que resultou em um “*aumento significativo da insularidade e deterioração do potencial ecológico com regressividade sucessional*” (COSTA, 2006, p.131). O estágio de sucessão, neste caso



a regressividade sucessional, indica que a formação vegetal não é mais a originária, mas estava avançando em regeneração em diversos trechos. No entanto, a expansão da ocupação da área fez com que esse processo de recuperação regredisse. As áreas com estágios de sucessão mais avançados são reduzidas e há, assim, perda novamente do potencial ecológico. Costa (2006) ressalta que embora agrupamentos de formações vegetais possam ser classificados de maneira semelhante, a regressão do

potencial ecológico e a perda de áreas de estados sucessionais mais avançados representam danos mais acentuados ao bioma.

A classificação da cobertura vegetal do Atlas Ambiental apresenta agrupamentos de formações vegetais que, sob certos aspectos, pode levar às leituras e interpretações equivocadas. Formações vegetais distintas, como matas e campos agrícolas, são agrupadas na mesma



Figura 33
Vista de
cobertura vegetal,
área do lago, no
Parque Jequitobá.
Acervo próprio.

categoria. A formação de floresta de Mata Atlântica, por exemplo, apresenta biodiversidade, biomassa, equilíbrio e processos ecológicos em estágios avançados de sucessão, enquanto a biodiversidade, a biomassa, as relações ecológicas de um campo agrícola são características de ecossistemas em estágios iniciais de sucessão. Desempenham, portanto, funções ecológicas e benefícios socioambientais bem diferenciados. (COSTA, 2006, p.69)

As regiões de mata no parque são reflexo desse processo. São caracterizadas por serem remanescentes da mata atlântica com áreas classificadas em diferentes estágios de sucessão provocados por perturbações socioculturais em meio a períodos de regeneração (COSTA, 2006). Costa sintetiza a mata da então Fazenda Tizo, em 2006, como em “sucessão médio a tardio com potencial ecológico regressivo” (p. 207). Isto indica que trata-se de paisagem fortemente humanizada, ainda com pressão de ações humanas, onde a vegetação é

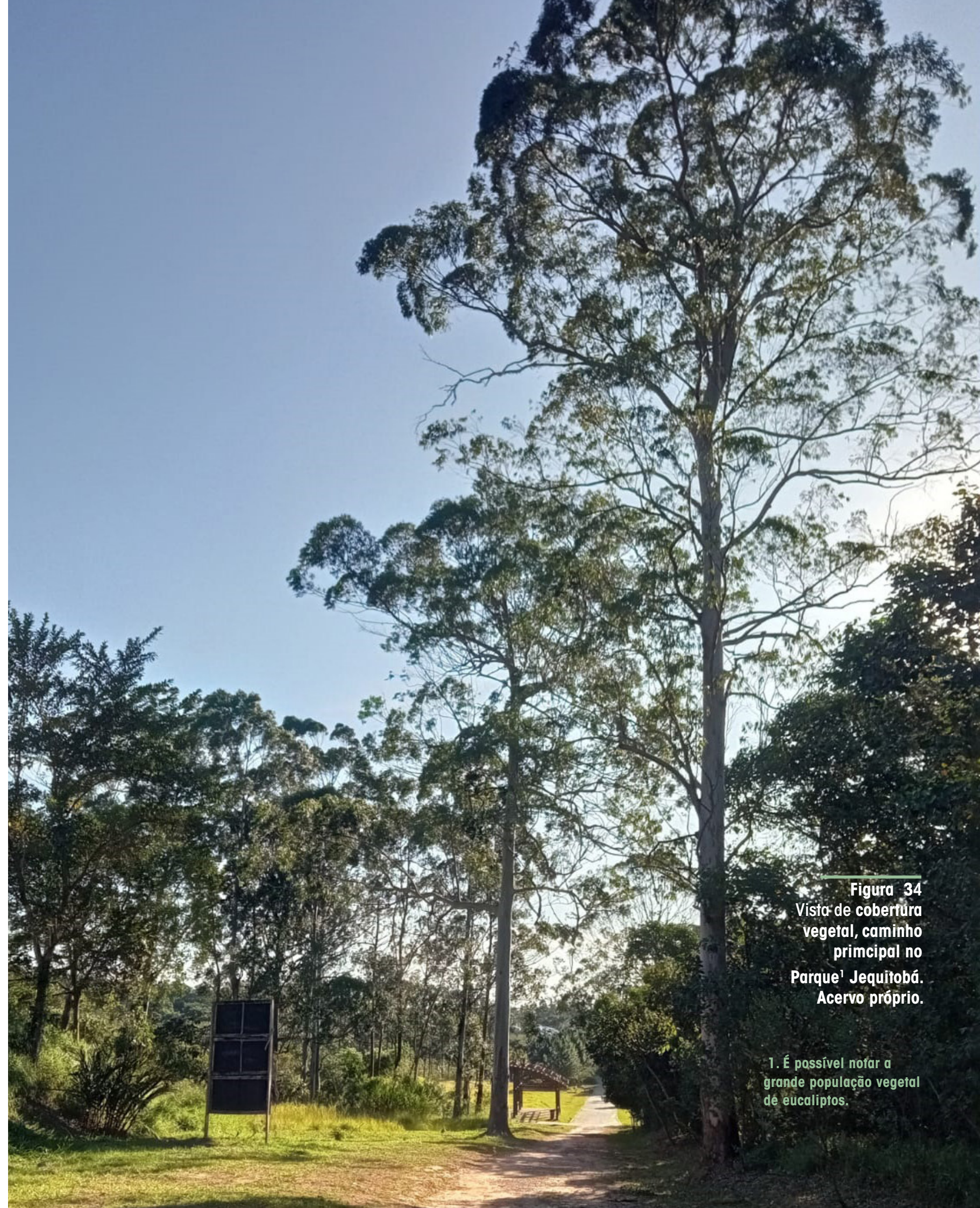


Figura 34
Vista de cobertura
vegetal, caminho
principal no
Parque Jequitobá.
Acervo próprio.

1. É possível notar a
grande população vegetal
de eucaliptos.

enraizamento

solidificada ou destruída pelas práticas culturais, mas com erosões localizadas e, principalmente, onde o equilíbrio ecológico ainda não foi rompido.

Assim foram identificadas no território do atual Parque Jequitibá também áreas de eucaliptos, árvores que empobrecem o solo e dificultam a ocupação por outras espécies. Aterros e erosões, assim como regiões de mata com potencial:

Face às perturbações pretéritas e recentes encontramos as seguintes formações vegetais: florestas em estágios iniciais, médios e avançados de regeneração; brejos com predomínio de Taboa (*Thypha* sp); campo com predomínio de gramíneas; plantações de eucaliptos; pequenas áreas de culturas agrícolas. Sobressaltam ainda as áreas de terras expostas com acentuados processos erosivos. (COSTA 2006, p.135)

As regiões do parque diferem em estágios de sucessão, mas preservam potencial ecológico. Atualmente o parque conta com áreas com infra-estrutura básica implantada e possivelmente apresentou regeneração entre 2006 e 2022 (imagens 33 e 34). Assim é importante também avaliar o potencial de interligação com outros fragmentos do bioma. Quanto mais interligados são os remanescentes, mais

acentuado é o potencial ecológico para o bioma como um todo e mais eficaz é a preservação.

Os remanescentes do entorno imediato localizam-se em Taboão da Serra e são três no total: dois em dinâmica regressiva e um em dinâmica progressiva de regeneração. Na área ao sul de Vila Nova Esperança encontra-se o da Caixa Beneficente da Polícia Militar e a leste do bairro encontram-se as da família Basile e Delfim Empreendimentos Imobiliários (figura 35). No primeiro fragmento há principalmente fragmentos em estágios sucessionais avançados, também com uma mancha de capoeira, mas em geral demonstrando maior potencial ecológico que os fragmentos do entorno, bem como uma dinâmica progressiva de regeneração (COSTA, 2006). Segundo o mesmo autor, outros dois fragmentos constituem áreas com grandes porções mais exploradas e com menor potencial ecológico. As áreas foram utilizadas para pastagem e plantações de eucaliptos e o entorno, urbanizado mais cedo.

Em meio a pequenas ilhas de matas, encontramos plantações de eucaliptos, pastos, depósitos de resíduos, ruas, trilhas, áreas de terra exposta com sulcos de erosões, culturas agrícolas e áreas de campos. Diferente dos outros fragmentos, neste [família Basile e



Figura 35
Vista gleba da Delfim Empreendimentos Acervo próprio.

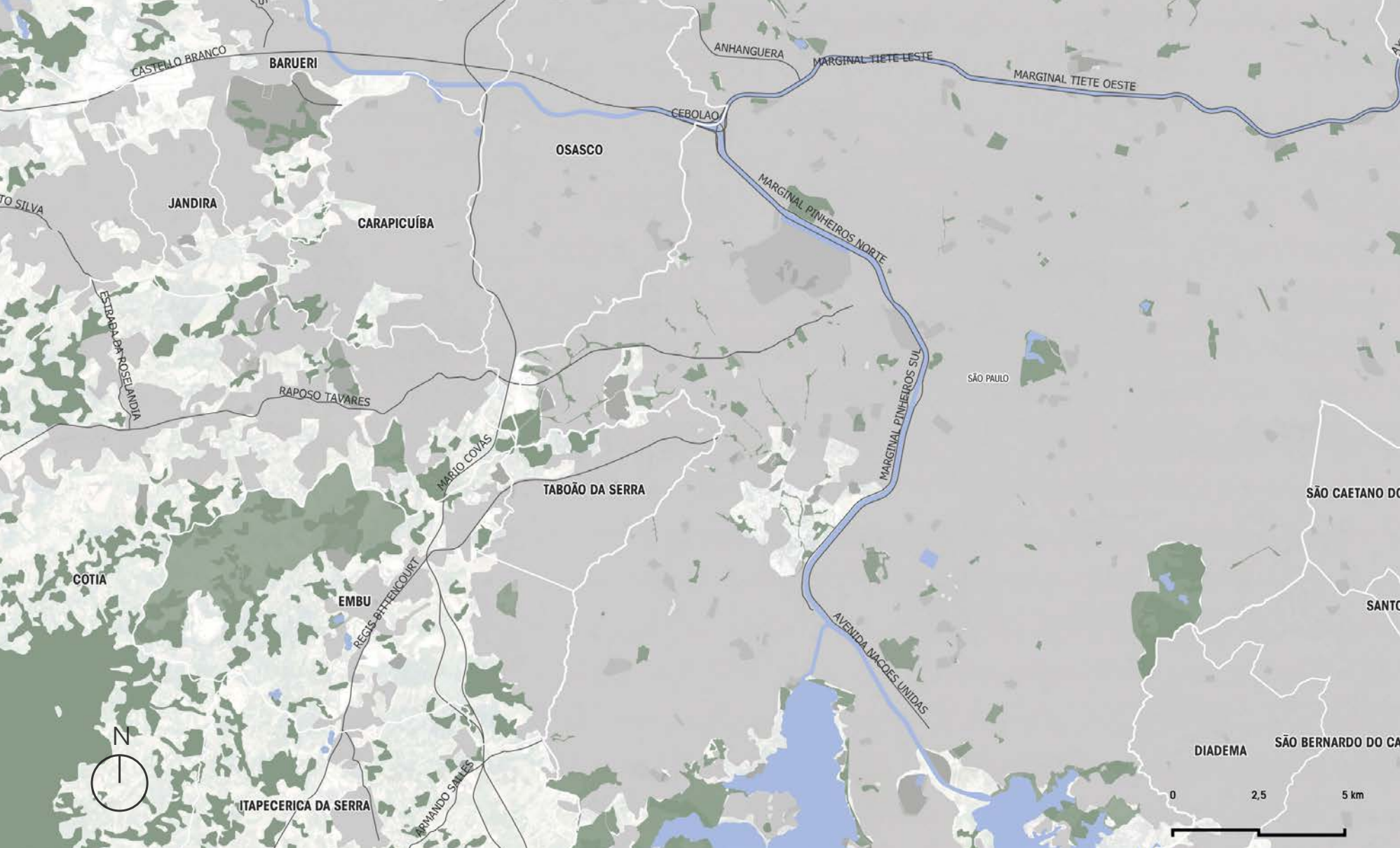


Figura 36
Mapa
fragmentos de
vegetação e
mancha urbana.
Fontes: Fundação
SOS Mata Atlântica,
Geosampa, Google
Maps.

- Mancha Urbana
- Vegetação
- Rodovias

Delfim Empreendimentos] houve um processo contínuo das perturbações socioculturais e, consequentemente, da degradação do potencial ecológico, encontrando-se a formação com dinâmica regressiva. COSTA, 2006, p.134)

Assim, ao avaliar os remanescentes em cidades do entorno - principalmente a um vetor sudoeste que faria a interligação com a mata atlântica originária preservada – são encontrados padrões de fragmentação

semelhantes, mas mais ou menos acentuados: “segundo dados do SOS Mata Atlântica (2001), suplantou 96% da mata original do município de Taboão da Serra, 93% do município de Embu, 97% de Osasco, 66% de Cotia e 79% do município de São Paulo” (COSTA, 2006, p.66) .

Os dados e o mapa de remanescentes ao lado indicam que há possibilidades de interligações mais contínuas com a vegetação em Cotia, o que representaria ganho de potencial ecológico. Para outros

municípios também há a possibilidade de corredores verdes. O alcance desses ganhos, no entanto, não depende apenas da interligação, mas também de uma leitura dos problemas resultantes dos usos específicos e do entorno de cada fragmento, bem como do tamanho, forma e grau de integração conseguido. Assim, do ponto de vista ecológico e ambiental, é necessário tratar a proteção dos remanescentes de forma integrada em uma política pública que abranja a escala necessária para a interligação com as áreas em estados sucessionais mais avançados e formações de vegetação originais.

Desta forma, também é evidenciado que os maiores ganhos ambientais vinculam-se a fragmentos com maior potencial ecológico e de interligação. Isto mostra a possibilidade de intervenções de baixo impacto em áreas com baixo potencial. As intervenções podem vir a constituir barreiras à exploração dos fragmentos em estágios sucessionais mais avançados.

Assim, a preservação, manejo e integração dos fragmentos dentro e fora do parque trariam inúmeros benefícios ambientais e socioambientais, como a contribuição em atividades de pesquisa, lazer e cultura. Para que esses benefícios sejam usufruídos pela população democraticamente é de extrema importância a permanência da população de menor poder aquisitivo na região.

4.1.3. Dinâmicas pressionando as áreas verdes e que podem ocasionar perda da cobertura vegetal

Entre as dinâmicas citadas no item 1, cabe ressaltar as mais potentes e que representam um fator de tensão nos remanescentes de vegetação e nos arredores do território de Vila Nova Esperança. Essas tensões podem ser divididas em três tensões principais: o crescimento das zonas residenciais em Cotia e a exploração dos arredores pelo mercado imobiliário; o crescimento de áreas industriais atreladas ao Rodoanel Mario Covas, trecho Oeste, inaugurado em 2002; e o crescimento de assentamentos informais. Os remanescentes de vegetação a oeste de São Paulo, localizam-se entre as Rodovias Raposo Tavares e Régis Bittencourt. As três pressões diretas sobre os fragmentos de vegetação dos arredores do Parque Jequitibá atuam em escalas diversas e resultam em impactos diferentes na conservação dos fragmentos de floresta.

A primeira tensão é o crescimento de zonas residenciais. A Rodovia Raposo Tavares é um dos principais fatores atrativos e definidores para um vetor de urbanização suburbana de classes altas. O fácil acesso ao setor sudoeste de São Paulo, a partir da rodovia, e as áreas que até pouco tempo



Figura 37
Fachada de
empreendimnto
condomínio
residencial. Ao fundo
Parque Jequitibá.
Fonte: Google Street
View.

permaneciam pouco ocupadas resultaram em bairros de moradia fora de São Paulo, mas com intenso fluxo diário de veículos. Villaça (2000) aponta como rodovias e eixos de transporte como trens são um vetor de expansão da urbanização e, sendo São Paulo a cidade que contém a 70% de todos os postos de trabalho do aglomerado formado pelas cidades, a rodovia é o facilitador desse fluxo diário.

A Região Oeste da RMSP vem concentrando grandes investimentos públicos e privados as últimas décadas e vem sofrendo considerável aumento da produção imobiliária formal e informal, tanto para uso habitacional, como industrial, de logística e de serviços. Neste cenário as rodovias e ferrovias assumem papel de alavanca para a ocupação da região pela grande acessibilidade proporcionada. (LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO; 2005, p.50)

Há dois fatores que ajudam a entender o porquê desse tipo de expansão de alta renda a oeste. Esses bairros cresciam majoritariamente em linha reta e com a complexibização das dinâmicas, passam a seguir vetores em determinadas direções de expansão devido à própria dinâmica do mercado imobiliário e da expansão da infraestrutura, provida tanto pelo mercado quanto pelo Estado (Villaça, 2000). Além disso, o vetor parte da cidade de São Paulo em direção a interiorização. A priorização do automóvel individual através de rodovias expressas também é uma característica que tanto fomenta essa urbanização quanto incentiva melhoramentos rodoviários:

O mercado imobiliário vinha encontrando como dificuldade a questão da acessibilidade a esses empreendimentos, devido aos enormes congestionamentos provocados na rodovia Castello Branco em horários de pico, assim como na Raposo Tavares, uma vez que o padrão de mobilidade dos assentamentos formais da região é baseado no uso do automóvel. (LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO; 2005, p.71)

Nos arredores do parque Jequitibá e dos outros fragmentos de vegetação dentro do perímetro, é possível perceber áreas exclusivas ou predominantemente

residenciais, principalmente localizadas a oeste, no Jardim Barbacena- Cotia, entre os quilômetros 21 a 23 ao Sul da Raposo Tavares. Mesmo que algumas dessas áreas não façam parte diretamente do vetor de expansão das classes mais altas, são reflexo da especulação imobiliária, como mostra a figura 37. As localizações escolhidas pelo mercado são as no entorno dos bairros já consolidados, como o de Granja Viana, ao norte da rodovia Raposo Tavares, com saídas entre os KM 22 e 25. No mapa de lançamentos imobiliários (figura 38) é possível perceber o aumento da ocupação residencial na região.

...o primeiro efeito que uma via regional ou terminal de transportes urbanos provoca nos terrenos adjacentes é a melhoria de sua acessibilidade e, daí sua valorização. (Villaça, 2001, p. 80 apud in LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO; 2005, p. 53)

Além dos anúncios, não é difícil encontrar artigos de jornais e revistas, citando inclusive entrevistas com especialistas em mercado imobiliário, afirmando que a ampliação da acessibilidade gerada pela construção do Trecho Oeste do Rodoanel é um fator que impulsionou o aumento do número de lançamentos imobiliários e a valorização dos imóveis e terrenos da região Oeste da RMSP, mercado este que abrange desde condomínios e loteamentos residenciais, até galpões industriais, centros empresariais e de logística. (LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO; 2005, p. 82)

Os empreendimentos, embora majoritariamente de casas unifamiliares, tendem a ser mais densos que os para classes mais altas e apresentam um padrão de ocupação baixas taxas de permeabilidade. São também, na grande maioria, em forma de condomínios particulares de casas, onde nem sempre a infraestrutura sanitária é feita pelo Estado e, assim, por vezes as ligações de esgoto não são realizadas da maneira correta. A abertura dos novos condomínios em áreas de mata ou capoeira contribuem para uma maior fragmentação dos remanescentes de vegetação, bem como para a perda de cobertura vegetal, área permeável e poluição de fluxos de drenagem de água, quando há.

...não é raro encontrar infraestrutura incompleta ou irregular nesta tipologia de assentamento habitacional, como é o caso do condomínio fechado Parque dos Príncipes em São Paulo que, por exemplo, não tem rede completa de coleta de esgoto. (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab; 2005, p. 72)

Assim, a expansão da área de uso residencial e exclusivamente residencial é uma dinâmica em crescimento nos arredores dos fragmentos de vegetação a oeste da cidade e uma pressão para esse ecossistema. O principal agente

desta dinâmica é o mercado imobiliário que atua na especulação a partir dos bairros de classes altas já consolidados e da proximidade com os eixos de transporte rodoviários para a valorização dos empreendimentos. Essa tendência de crescimento não é de todo negativa, como aponta o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab (2005): “é o vetor de expansão da RMSP com maior potencialidade e com menores impactos ambientais” (p. 49), isto, em comparação com outros vetores de expansão da RMSP. No entanto, o agente atua ao investir urbanizando e provendo infraestrutura para obter lucros, isso muitas vezes sem fiscalização e regulamentação suficiente pelos governantes para mitigar danos ambientais. Assim, é necessário que o crescimento seja acompanhado de regulamentação e fiscalização, bem como de uma política ambiental em escala ampliada para a proteção do ecossistema para maior integração dos remanescentes de mata e maximização do potencial ecológico.

A segunda tensão que pressiona fragmentos de vegetação na porção oeste do município de São Paulo é a expansão de áreas industriais e de serviços de grande porte ao longo de rodovias. Este é um uso característico e visível nas Rodovias consolidadas ao longo do entorno do Parque Jequitibá e Vila Nova Esperança, principalmente grandes galpões de logística que utilizam a localização estratégica para

a distribuição dos produtos para a RMSP. Atualmente, no Rodoanel Mário Covas, trecho Oeste, só é permitido o uso nos arredores dos trechos de acessos à rodovia. O crescimento desses usos, no entanto, já é visível (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab; 2005) .

Esse tipo de restrição no entorno do rodoanel é o que se pretende para uma rodovia classificada como “classe zero”, que significa que não serão feitos, a princípio, acessos para o tecido local dos bairros e bordas da rodovia. Os únicos acessos são por meio de outras rodovias. Segundo a DERSA (LabHab; 2005), administradora da rodovia, a via teria o “efeito barreira”, atuando como uma barreira física para a expansão da mancha urbana. No entanto, não é o que se verifica em casos empíricos de rodovias classe zero, já que a categoria restringe acessos, mas não impede a construção de vias marginais. Além disso, há, segundo o LabHab (2005) a possibilidade de solicitar a criação de acessos, cujos critérios para aprovação não são deixados claros pela DARS.

...é no eixo Oeste que se verifica o vetor de crescimento mais significativo de novas áreas industriais, ao longo das rodovias citadas, assim como de assentamentos habitacionais de alto padrão, como os conhecidos condomínios ao longo da Rodovia Castello Branco.

(Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab; 2005, p. 49)

Do ponto de vista do planejamento urbano e normativo, ao analisar os planos diretores e as leis de uso do solo das cidades no entorno de Vila Nova Esperança e do Parque Jequitibá e ao longo do rodoanel, verifica-se que são permitidos usos mistos industriais nos municípios de Cotia, Embu das Artes e Osasco. Assim, embora a área seja majoritariamente ocupada por vegetação e se trate de uma rodovia sem acessos, ainda estão presentes nos planos diretores a permissão e fomento a esse tipo de uso ao longo do Rodoanel. Dessa forma, o principal ator no processo de ocupação das áreas verdes existentes é o próprio Estado, que utiliza a regulamentação para beneficiar as classes industriais e usos do solo que representam maiores ganhos fiscais.

O papel do rodoanel como gerador de atividades fiscais também é destacado pela DERSA (LabHab; 2005). Laboratório de Habitação mostra como faz e fez parte da argumentação a favor da construção do rodoanel “a presença se empreendimentos logísticos ‘mais nobres, com maior uso de capital’” (2005, p.74). Assim, o que se pode concluir é que embora haja medidas que impeçam a conexão do rodoanel com as áreas do entorno, há uma dinâmica de

fomento a atividades industriais ao longo do Rodoanel que coincide com as áreas de vegetação. O desalinhamento entre as falas pode demonstrar um desacordo entre as esferas de governança, bem como oferece insumos para acreditar que possa ser uma dinâmica de fato a ser abraçada num futuro próximo.

Segundo entrevista com representantes do Subcomitê de Bacia Hidrográfica Pinheiros- Pirapora, a área destinada ao uso industrial no município de Osasco compõe uma faixa do Cinturão Verde da Reserva da Biosfera. Em suma, o que é prioritário para um município nem sempre é o mais razoável para uma região, e isso só pode ser avaliado pela ótica do planejamento integrado, que não existe. (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab; 2005, p. 94)

O último fator é o crescimento de assentamentos informais. Isso pode ser verificado em 4 pontos principais no entorno expandido, próximo as áreas verdes, sendo um deles em Vila Nova Esperança. O segundo ponto de crescimento é um loteamento irregular na altura do KM274 da Régis Bittencourt, tem 11 hectares e avança entre a rodovia e o Bairro Parque Laguna - local onde o Plano Diretor de

Taboão da Serra (Lei Complementar 132 de 26 de dezembro de 2006) havia proposto um parque, o Parque Poá. O terceiro, um aglomerado subnormal ou favela ao sul do Jardim João XXIII, é continuação de outros aglomerados ao redor, mas só conta com um único acesso. Este aglomerado não havia sido demarcado pelo PDE de Taboão da Serra, assim, é considerado aqui somente as habitações dentro do perímetro servido por esse acesso e limitado pela vegetação em área demarcada como ZPA-6, tem 1 hectare. O quarto, é um aglomerado subnormal ou favela, no Jardim Mirna, de 0,8 hectare. Para este é considerado o perímetro específico demarcado no Plano Diretor e área que expandiu ao norte e oeste do demarcado originalmente como ZEIS1 em direção a área demarcada como ZEIS2.

No entorno expandido de Vila Nova Esperança, eles atingem diferentes glebas, algumas demarcadas como ZPA outras não, mas que em visualização de satélite aparentam ter fragmentos de vegetação possivelmente conectados. A razões para o crescimento dos assentamentos informais são muitas, do déficit habitacional e das condições já discutidas para a existência das margens espaciais. Mas importante mencionar que mesmo havendo causas estruturantes da existência das margens espaciais, o Estado falha ao não garantir o direito à moradia, uma necessidade que deve ser atendida.

Já ao longo do Rodoanel, apesar do Laboratório de Habitação afirmar que rodovias também fomentam em si o aparecimento e expansão de ocupações informais, não foi verificado no trecho de análise nenhum indício disto. Mas, um ponto a ser destacado é que o crescimento de loteamentos de alto e médio padrão, bem como de indústrias e um eixo de transporte, constituem fortes fatores atrativos para assentamentos informais devido aos empregos gerados por estes usos (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab; 2005). Assim, caso haja um crescimento dos dois primeiros fatores mencionados do Rodoanel e da Régis Bittencourt, é possível uma maior expansão dos existentes, bem como o surgimento de novos assentamentos. Há, neste caso, outros fatores que envolveriam a localização específica, como a disputa de terras e condicionantes futuras como possíveis agravamentos do quadro socioeconômico brasileiro além das questões estruturais citadas.

Seria ingênuo imaginar que a presença de uma empresa de maior porte na periferia da RMSP não iria gerar uma aglomeração informal no seu entorno, dado o quadro sócio-econômico brasileiro. (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab; 2005, p.60) ...é consensual hoje no meio

urbanístico que tais os condomínios de classes de mais alta renda atraíam, pela oferta diversificada de empregos que eles demandam para sua manutenção (faxineiras, seguranças, porteiro, etc.),assentamentos da população de baixa renda no seu entorno. Não é necessário dizer que o assentamento desta população geralmente vem desacompanhado de qualquer infraestrutura urbana. (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab; 2005, p. 72)

Portanto, são três tipos de dinâmicas que representam usos do solo em expansão nos arredores dos fragmentos de vegetação que deveriam ser abarcados em um planejamento real de preservação integrada. As três sob forte influência das rodovias, mas especialmente a primeira marcada pelo fácil acesso ao setor sudoeste da cidade de São Paulo. Sendo a expansão do uso industrial e de logística uma dinâmica que pode ser um fator contrário à preservação ambiental no entorno de todo o Rodoanel (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP- LabHab, 2005).

As três dinâmicas são observadas nas figuras 38 e 39, páginas a seguir. É possível notar os lançamentos imobiliários próximos ao bairro de interesse do mercado imobiliário, Granja Viana, o entorno do Rodoanel Mario Covas como áreas de demarcadas para indústria e possíveis frentes de expansão de assentaentos informais.



Figura 38
Usos exclusivos ou predominates
do solo por tipo
X
Lançamentos Imobiliários

- Residencial
- Interesse Social
- Proteção Ambiental
- Industriais

Lançamentos Imobiliários

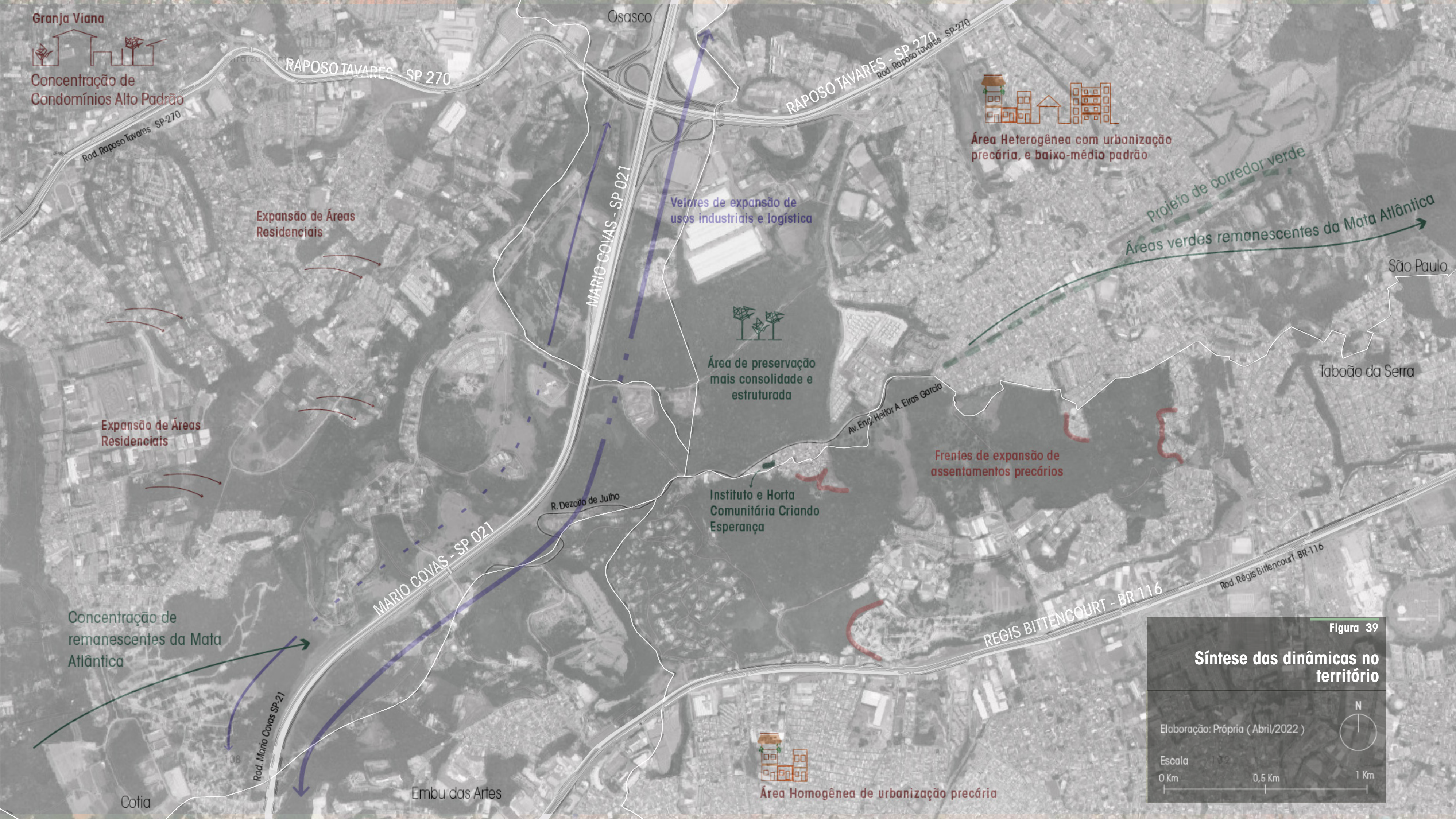
- 1985-1992
- 1992-1999
- 1999-2006
- 2006-2013

-- Limites municipais

Fontes:
Geosampa _Limites municipais e Uso do Solo São Paulo
Centro de Estudos da Metrópole _Lançamentos Imobiliários
Leis Municipais
Cotia, Embu, Osasco, Taboão da Serra

Elaboração: Própria (Abril/2022)





Granja Viana



Concentração de
Condomínios Alto Padrão

Rod. Raposo Tavares - SP-270

RAPOSO TAVARES - SP 270

Expansão de Áreas
Residenciais

Expansão de Áreas
Residenciais

Concentração de
remanescentes da Mata
Atlântica

Rod. Mario Covas - SP-27

Osasco

MARIO COVAS - SP 021

Veículos de expansão de
usos industriais e logística

Área de preservação
mais consolidada e
estruturada

Instituto e Horta
Comunitária Criando
Esperança

R. Dezoito de Julho

RAPOSO TAVARES - SP 270
Rod. Raposo Tavares - SP-270



Área Heterogênea com urbanização
precária, e baixo-médio padrão

Projeto de corredor verde
Áreas verdes remanescentes da Mata Atlântica

São Paulo

Taboão da Serra

Frentes de expansão de
assentamentos precários

Av. Eng. Heitor A. Eiras Garcia

REGIS BITTENCOURT - BR 116

Rod. Régis Bittencourt - BR-116

Embu das Artes

Cotia



Área Homogênea de urbanização precária

Figura 39

Síntese das dinâmicas no território

Elaboração: Própria (Abril/2022)

Escala

0 Km 0,5 Km 1 Km



Quanto aos assentamentos informais citados, em relação aos fragmentos de vegetação a oeste, configuram uma dinâmica mais local. A expansão ocorre nas áreas limítrofes dos assentamentos. Em uma escala ampla seria necessária a gestão do déficit habitacional em relação a todos os pontos levantados em margens espaciais de forma a atuar para qualificar habitações para as classes de baixa renda, ao mesmo tempo em que sejam pensados planos de preservação do meio ambiente. Em uma escala local e do tempo presente, intervenções de urbanização em cada um dos quatro assentamentos, bem como a construção de mais moradias em áreas próximas resultariam em casa própria regularizada para os moradores dos assentamentos e na contenção dessa frente local de danos aos fragmentos de vegetação.

Os sujeitos aqui são os descritos nas margens espaciais, são resultados das dinâmicas estruturantes de um país da periferia do capitalismo, que vivenciam cotidianamente a dificuldade do acesso à terra. Com suas histórias particulares, como veremos a seguir ao voltar para o caso de Vila Nova Esperança, mas com esse ponto coletivo em comum.

4.2. Meio ambiente como instrumento de remoção

Em 2011, a justificativa para a remoção de todo o bairro de Vila Nova Esperança foi a preservação do Parque Jequitibá. No entanto, embora a região do Parque apresente potencial ecológico, é primeiro necessário olhar de maneira integrada aos fragmentos de vegetação. E, como visto, há ainda duas outras importantes dinâmicas tensionando a preservação dos fragmentos de vegetação a Oeste da Capital Paulista: o crescimento de áreas exclusivamente ou predominantemente residenciais; e a expansão de áreas industriais e de logística que pode vir a ocorrer no entorno do rodoanel. Ainda assim, existem medidas locais como a urbanização e educação socioambiental capazes de solucionar essa falsa dicotomia entre ocupação das classes mais pobres e meio ambiente. Costa, em sua dissertação de mestrado qualifica:

... inúmeros benefícios socio-ambientais para a região como potencializam outros. Dentre os vários benefícios que os remanescentes desempenham destacamos: abrigo para a fauna; manutenção das características do clima local; proteção das áreas topográficas acidentadas; armazenamento de grande parte das águas das chuvas; proteção de inúmeras nascentes e

cursos d'águas; melhor qualidade da água do sistema de drenagem. Com a criação dos parques os remanescentes se constituirão também como possibilidade de espaço para trabalhos de pesquisa, educação ambiental e atividades de lazer e cultura. (COSTA, 2006, p. 138)

Assim, a remoção de Vila Nova Esperança nunca foi de fato necessária e a própria convivência dos moradores com os fragmentos de vegetação traria ganhos socioambientais. Além disso, a CDHU, segundo a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, concorda em 2010, que o parque poderia ser implantado sem a retirada dos moradores e também que a *"urbanização seria mais barata que a transferência das famílias"*. No entanto, a preservação do meio ambiente continua como justificativa, agora em 2022, segundo o Ministério público para a Remoção das famílias.

Em análise de imagens de satélite (figuras 20 e 21) é possível ver que o bairro pouco avançou em direção às áreas verdes. E mesmo isto, poderia ter sido evitado com a urbanização e com a implantação de equipamentos públicos que contribuíssem tanto para o bem-estar da população, quanto para educação sócio ambiental e preservação.

O cotidiano ao se morar perto de áreas verdes deve fazer parte não só das vivências

no território das classes mais altas, como também das mais baixas. Como foi visto em margens, um dos fatores que construíram as margens espaciais foi a carência de espaços verdes em áreas urbanizadas, fator que altera até mesmo o microclima do território para mais ou menos confortável. Essas questões sinalizam poder e formas de dominação das classes dominantes ante às classes mais pobres.

Não obstante, o cerceamento ao direito de morar e o de aproveitar dos ganhos socioambientais, configura uma prática de dominação estrutural como visto em margens. Isto, pois o domínio estrutural descreve práticas organizadas em leis e políticas atuando em setores estratégicos como no dos direitos. Segundo Alves (2018) esse domínio age e organiza práticas *"para manter uma distribuição desigual e injusta dos recursos."* (p.99) e, portanto, regulamentando regras que não promovem a igualdade, mas sim a permanência da ausência de direitos a alguns grupos já menos favorecidos.

Cabe ressaltar que Costa (2006) também foi uma fonte bastante citada no plano diretor do Parque Jequitibá²⁰. No entanto, Vila Nova Esperança só aparece no documento da Secretaria do Meio Ambiente do Estado como uma ameaça à preservação das áreas verdes. O excerto abaixo de entrevista do secretário do Meio Ambiente deixa claro como foi vista a relação entre assentamentos informais e o meio ambiente:

20. Costatem capítulo só sobre Vila Nova Esperança e o desejo que têm de preservação da mata. Se chama: "Em defesa da conservação: A luta da vila pela a preservação da mata." (2006, p. 140).



Figura 40
Macrozoneamentos Cotia,
Embu das Artes, Osasco,
São Paulo e Taboão da Serra

- Cotia**
- Macrozona de Urbanização Consolidada
 - Macrozona de Preservação Ambiental
 - Macrozona de Dinamização Econômica e Urbana
- Embu das Artes**
- Zona de Urbanização Consolidada
 - InteresZona Especial de Interesse Social
 - Zona de Interesse Ambiental
 - Zona Empresarial-3
- Osasco - Macrozoneamento**
- Preservação Ambiental
 - Conservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável
 - Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
- São Paulo - Marcoáreas**
- Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental
 - Controle e Qualificação Ambiental
 - Preservação dos Ecossistemas Naturais
- Taboão da Serra - Áreas Homogêneas**
- Urbanização Consolidada
 - Urbanização Precária
 - Preservação Ambiental
 - Desenvolvimento Econômico

Fontes:
Geosampa _Limites municipais e Uso do Solo São Paulo
Leis Municipais
Cotia, Embu, Osasco, Taboão da Serra

Elaboração: Própria (Abril/2022)

Escala
0 Km 0,5 Km 1 Km

N

21. Convém também mencionar que, em contraponto da ação do Estado vista até aqui, há também políticas atuais que priorizam a urbanização de assentamentos precários em regiões de mananciais, como pode ser visto no diagnóstico do plano diretor de 2014 de São Paulo. Isso acontece devido a pressões da sociedade organizada, contextos políticos entre outros macrofatores. O fato de Vila Nova Esperança não ter sido incluída no plano pode ser resultado das pressões dos agentes envolvidos nas dinâmicas citadas, da questão da esfera de governança para a urbanização de assentamentos localizados em mais de um município, ou questões de priorização de outros assentamentos – embora esta última trate de uma questão de alcance e disponibilização de recursos.

O secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg, assinalou os desafios que envolvem a manutenção do parque. Para ele, “é muito difícil para o poder público proteger áreas de importância ecológica na Região Metropolitana de São Paulo, porque elas sofrem de um mal congênito: as ocupações irregulares de áreas de mananciais”. O secretário afirmou que o conselho “deve tomar decisões que orientem a Secretaria de Meio Ambiente e a primeira delas é a instalação de cercas. (ASSESSORIA DE IMPRENSA - IBRAM, 2006)

Ocupações irregulares como um “mal congênito” ao meio ambiente, algo que invariavelmente causará danos ao seu entorno, não é o resultado apontado por Costa (2006) ou mesmo pela CDHU (2010). Portanto, houve na fala do secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, José Goldemberg, a deturpação do argumento da preservação ambiental para a remoção do assentamento informal.

Devemos, para tanto, considerar a inclusão e a permanência da população mais pobre em seu espaço, para que possa usufruir dos benefícios emanados da criação dos parques, associado a um trabalho de re-qualificação do espaço habitado. (COSTA, 2006, p.138)

Morar é necessário e é também preciso ser possível exercer o direito à cidade e ao meio ambiente. No entanto, nem isso, nem o fato de Vila Nova Esperança ser imbricada ao Parque Jequitibá foram fatores suficientes para garantir que a reintegração de posse não fosse pedida, desconsiderado o histórico do bairro, tempo de ocupação e mesmo as histórias e vivências de cada um de seus moradores. Não se trata de um fato isolado, a preservação ambiental é muitas vezes utilizada como argumento para a remoção completa de assentamentos informais.

Ao mesmo tempo, o Estado²¹ fomenta por meio da norrm as outras dinâmicas capazes de reduzir diretamente a área dos fregmentos de vegetação próximas a Vila Nova Esprança. É o caso do crescimento de áreas industriais ao longo do Rodoanel Mario Covas. As áreas aparecem demarcadas e nos planos diteretores em tons de roxo, como pode ser visto na figura 40. É possível notar que mesmo áreas onde o uso do solo não é indústrial atualmente, e também áreas com cobertura vegetal, estão demarcadas como para uso indústrial.

Outro argumento usado para remoções é o do risco. As situações em que há risco de desmoronamento ou qualquer outro tipo de risco por vezes são utilizados como justificativa para a remoção por completo de ocupações informais. Regina Lins (LINS, 2008) nos conta sobre o caso do bairro de Jacarecica em Maceió-AL, onde um lixão

com 40 anos de existência foi o local onde algumas pessoas conseguiram encontrar uma fonte de sustento, ao reaproveitar e vender o lixo reciclável. Assim, foi se formando o assentamento informal Vila Emater II. Em 1997 já havia ali 165 famílias, quando em 1999 foram construídas as primeiras mansões, também de maneira informal, na parte baixa do bairro. Os muros altos construídos dificultaram os acessos dos moradores de Emater à água, sendo a rota alternativa muito longa e problemática, não sendo raros os acidentes.

O risco de contaminação pelo lixão foi utilizado mais de uma vez como argumento pelo poder público para a remoção do assentamento citado. Enquanto isso, os proprietários das mansões tentavam regularizá-las através de ações com advogados e o argumento de que haviam investido suas economias na propriedade. A proximidade de ambas ao lixão desvela-se sim em risco de contaminação. No entanto, a autora também explicita que há um planejamento pelo poder público de aproveitar o alto potencial paisagístico do bairro e desativar o lixão. Há assim o direito de ir e vir, o direito à moradia e o direito ao meio ambiente expresso no direito à paisagem aos quais é tentado cercear da população mais pobre ao mesmo tempo em que o direito à propriedade pelos mais ricos conversa com os interesses do poder público.

Em comum com Vila Nova Esperança, os assentamentos informais são colocados como uma ameaça à paisagem e ao meio ambiente, embora sejam possíveis intervenções que possam assegurar a permanência da população ao menos próxima do local. Os moradores mais pobres não são vistos como passíveis de usufruir as melhorias ambientais cujas mudanças na paisagem trazem aos bairros, quando é necessário que sejam disponibilizadas novas formas de geração de renda e educação socioambiental. Dessa forma, todos poderiam usufruir dos ganhos de recuperações ambientais.

Cabe ressaltar também que a pressão pela criação do parque do Jequitibá não partiu das classes mais altas, mas sim da população de média e baixa renda organizados em associações que lutaram pela regularização e para que equipamentos públicos chegassem ao bairro. Os movimentos organizados conseguiram que a mídia abraçasse a causa e, assim, foi possível a criação do parque. Esses bairros diferem de Vila Nova principalmente devido à legalidade já garantida pelos primeiros e pelo apoio conseguido na mídia, que posteriormente, como veremos, também foi definidor para o destino de Vila Nova Esperança. Esse processo incluiu questões de vivências dos moradores, que conseguiram apoio da mídia, mudança ou explicitação da relação com o meio ambiente. Tudo isso será visto em sequência.

A Vila e o enraizamento

O panorama do entorno e situações externas revelam os ângulos de fato envolvidos em relação à Vila Nova Esperança e o meio ambiente, bem como o das situações estruturais apresenta uma base para os interesses e motivos. Após 2011, no entanto, muito se passou. O apoio da mídia e instituições como ongs, como a Tetcho, e acadêmicos, como o IPT, e alguns outros, ajudaram a consolidar a imagem do bairro como “favela verde”.

Alguns setores da governança pública e empresas estatais também explicitaram um discurso diferente em relação ao tom demonstrado em 2011 em relação a Vila Nova Esperança. Mesmo assim, a pressão do poder público para a remoção voltou a ganhar força. Isso faz parte de um contexto mais amplo relacionado a pandemia de Covid-19²², mas demonstra que Vila Nova Esperança e a Associação ainda se organizam para demonstrar que é possível a convivência do assentamento precário com a mitigação de danos ao meio ambiente.

As mudanças conseguidas foram um enorme avanço para alcançar a opinião pública. A Associação continua então com as mesmas estratégias neste outro ponto de tensão que a atualidade configura. As ações se relacionam diretamente aos espaços construídos e implementadas por Maria de Lourdes, líder da Associação dos Moradores em Vila Nova Esperança desde 2006. Aqui, vamos chamá-la de Lia Esperança, pois é como se identifica hoje em lugares para contar sobre a luta do bairro. Assim, olhar mais adentro o bairro e para os sujeitos envolvidos é fundamental no entendimento da construção do enraizamento no território.

Vila Nova Esperança é o lugar que mais de 600 famílias escolheram para morar. É também o lugar possível de se acessar e, por que não, onde encontram qualidades que os agradam. Um exemplo disto é que um dos pontos colocados por Costa (2006) para defender a permanência do bairro de Vila Nova Esperança é a não “cultura de morar em prédios”. Das diferenças entre morar em casa e em apartamento, uma característica marcante das periferias brasileiras é uma certa autonomia para as mudanças espaciais que possam a ser necessárias com o passar do tempo sem que seja preciso mudar de localização. É possível criar raízes.

Outro ponto possível em se morar em casa é a possibilidade maior de integração com o ambiente natural ao redor. Alguns dos moradores com os quais conversei

demonstram, por exemplo, valorização do meio ambiente em suas falas. Eles explicitam em diversos momentos a importância que o morar perto de uma região próxima à natureza têm para eles: “*Viver assim... ó [mostrando a mata ao redor] é muito bom*” (fala de moradora em durante visita de reconhecimento do bairro). Para Lia Esperança ter uma casa maior, “não deixar de respirar ‘o maravilhoso ar que a rodeia’” (fala de Maria de Lourdes apud in ALBARDÍA, 2016), são também motivos para se morar em Vila Nova Esperança.

A líder da Associação de Moradores foi o fio condutor para que pudessem todos permanecer no território. Ao saber da possibilidade de despejo, agiu em reação e passou por um processo de transformação no cotidiano que reverberou na luta pela permanência. Essa reação perpassou e ainda perpassa as ações do dia-a-dia principalmente nas interações cotidianas nos espaços construídos pela associação para o fomento de vivências sustentáveis com a natureza.

Uma das primeiras ações implementadas por Lia quando assumiu a associação de moradores foi a de organizar mutirões de limpeza. Nessas ações, os moradores do bairro foram limpando e separando o lixo entre orgânicos e recicláveis, também retirando resíduos de construção no terreno que viria a ser a Horta Popular Criando Esperança.

22. Este texto é finalizado no final de Junho de 2022, no dia 22 deste mês encerrou o prazo estendido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso que veta despejos e remoções durante a pandemia de covid-19: “A extensão se refere à ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) nº 828, que suspende o despejo, desocupação e a remoção de pessoas vulneráveis durante a pandemia. Ao aumentar o prazo pela última vez, Barroso apontou que o problema se relaciona com a falta de políticas públicas de habitação no Brasil, e não é mais uma questão sanitária. Por isso, o papel do Supremo se esgotou.” (NEXO JORNAL LTDA, 2022).



Figura 41
Vista da Rua da Caixa d'Água, em Vila Nova Esperança. Acervo próprio.

Os outros espaços comuns de Vila Nova Esperança foram construídos depois, são em maioria abarcados pelo Instituto Criando Esperança (figuras 43 a 46). Fazem parte deste, a biblioteca, a cozinha coletiva e os espaços para apresentações, rodas de conversa, além de espaços-canteiros de usos variados. As construções foram feitas utilizando o método de pau-a-pique, uma forma de construir típica brasileira e também bioecológica (figura 45). Eles localizam-se na Rua Caixa d'Água do lado norte, enquanto a horta localiza-se na mesma altura desta rua, mas no lado sul (figura 42, instituto a esquerda e Horta Popular a direita).

A horta é, assim, apartada espacialmente dos outros espaços e configura uma instituição à parte dos outros criados pela Associação. Os espaços do instituto continuam em constante mudança e tem usos redefinidos conforme as necessidades vão surgindo. Os pontos mais utilizados e praticados pelo que pude observar, no entanto, foram e são a horta e a cozinha comunitária.

Esse espaço para o plantio e cultivo, um dos primeiros espaços idealizados, tinha como objetivo central ser um instrumento de educação socioambiental. Assim, quando foi criada, a horta era pública e bem comum do bairro, a adesão ao cuidado



Figura 42
Vista da Rua da Caixa d'Água na direção leste, Vila Nova Esperança¹. Acervo próprio.

1. A direita Horta Popular Criando Esperança, à esquerda Instituto Criando Esperança



Figura 43
Construção
em pau-a-pique
no Instituto
Criando Esperança.
Acervo próprio.

desta era grande, mas atualmente o cenário já não é mais o mesmo. O espaço ainda é da Associação, mas a solução encontrada é a de que quem ajuda pode então colher os frutos deste espaço, bem como se há renda, parte dela pode ser destinada para reformas nos espaços da Instituto.

Os membros da Associação continuam pedindo que mais pessoas se juntem ao trabalho na horta, ainda mais neste momento em que a ordem de despejo volta a ser uma preocupação latente. E, em outros períodos mais críticos também, tanto

o Instituto quanto a horta ainda são usados como um ponto chave para se buscar soluções. Durante o período de quarentena mais rígida, com ajuda de doações durante a pandemia de Covid-19, Lia Esperança organizou *“a entrega diária de 70 marmitas e mais de mil cestas básicas por mês desde o começo do isolamento social, em meados de março.”*

Assim, é relevante destacar a horta comunitária, pois é um marco para aquele território e está na rotina das principais



Figura 44
Vista para teatro,
no Instituto Criando
Esperança.
Acervo próprio.



Figura 45
Detalhe de método
construtivo.
Acervo próprio.



Figura 46
Imagem de
satélite, vista da horta,
instituto, quadra e
parque. Fonte: Google
Earth

pessoas engajadas na luta por melhorias para o bairro. É na horta que a maior parte da manhã é passada e onde as relações são estruturadas. Já a cozinha, segundo Lia, surge em um desdobramento da horta para praticar a alimentação conseguida a partir do que foi cultivado coletivamente. Do dia-a-dia que pude observar, as manhãs também são finalizadas com um certa frequência pela visita de grupos interessados na história e aprendizados de Vila Nova Esperança.

Ela [a horta] ajudou a trazer algum tipo de consciência ambiental para os moradores, serviu de inspiração para muita gente ajeitar seu vasinho ou canteiro em casa. Houve todo um trabalho para proteger a mata remanescente e aumentar as áreas verdes. [...] Em momentos de crise e insegurança alimentar, como no auge da pandemia, a horta se mostrou ferramenta importante para levar comida para o prato das pessoas.... [grifo meu] (SILVA, Maria de Lourdes; 2022)



Figura 47
Detalhe da horta.
Acervo próprio.

Essas são atividades colaborativas as quais Lia Esperança, alguns moradores e mesmo alguns antigos moradores atendem. Nas visitas de campo, encontrei mais frequentemente com Ciça, Sandra, Maria, Rosa, Ana, Pedro, Ivan e Bahia, sendo que Rosa, já não mora mais no bairro. Desde que a horta foi criada, também, foi variando ao longo do tempo as pessoas que ajudaram a manter a horta. A fala sobre não ter tempo de ir à horta por ter conseguido um emprego, por exemplo, é um dos motivos e é visto algo a ser comemorado.

Alguns outros visitantes de fora do bairro também costumam comparecer com mais ou menos frequência. Há quem venha para aprender a cultivar e replicar o conhecimento em seu próprio terreno, mas enquanto aprende, colabora com o que pode na horta popular. Este também é o caso de pesquisadores como eu que, enquanto observam o dia-a-dia, tentam auxiliar na horta.

Já durante as tardes o enfoque se dá em atividades particulares, que acontecem coletivamente ou não, mas em espaços domésticos e desvinculados da associação. Muitas vezes essas atividades da tarde envolvem algum tipo de geração de renda, como fazer panos de prato para venda.

Dessa forma, o cotidiano é focado em maneiras de subsistência e geração de renda, bem como na difusão das experiências da Associação, estas vividas por Lia Esperança, principalmente, e contada aos grupos de

visitantes. Durante todo o processo ela foi um agente central, e se o espaço também é estruturado a partir das pessoas, então também cabe investigar como isto acontece para então adentrar no cotidiano.

As atividades são centradas no dia-a-dia, mas isto não significa que o ativismo tenha sido colocado de lado, pelo contrário, continuam juntos, como foi desde o início. Para entender isto é necessário se aprofundar no espaço da horta e da cozinha comunitária e em como esses espaços configuram um importante foco para a luta pelo território.

5.1. Moradores, horta e o Meio Ambiente

Como foi visto, o meio ambiente é relevante na história de diversas maneiras, aparecendo por vezes quase como um sujeito com identidade em constante construção. Outras, no entanto, aparece como um objeto-instrumento para fazer cumprir opressões interseccionais e a vontade de quem detém o poder na esfera política. Na visão de Lia Esperança, o ser humano faz parte da natureza, é assim uma extensão de nós e representante do todo que deve ser respeitada. Para a líder da Associação, o respeito vem de agir para a sustentabilidade e para a mitigação de danos, já que diz



Figura 48
Vista geral da horta.
Acervo próprio.



Figura 49
Vista
de Estufa Horta
Criando Esperança.
Acervo próprio.

também que só o fato de existirmos já causa danos ao meio ambiente. Segundo Lia Esperança: *o ser humano, apesar de seu algoz, também é parte da natureza* (SILVA, Maria de Lourdes; 2022)

O papel educativo da horta pode residir nisso, mostrar o que é possível de se receber da natureza sem que seja preciso desmatar áreas de vegetação. As matas do entorno permanecem assim como paisagem, mas ao mesmo tempo são simbolicamente

inseridas no território através da horta e do Instituto.

Pra mim, o ser humano só traz dano por falta de conhecimento... As pessoas não nasceram sabendo das coisas. As pessoas para elas não fazer as coisas erradas tem que ter alguém ensinem a ela a conviver. E é isso que eu sempre peço as pessoas: ensinarem aqueles que não sabem, a conviver com a natureza.
[...]

Eu tô trazendo a horta a questão de educação. Pra trazer a educação alimentar, a educação ambiental...
(TV Cultura Repórter Eco, 2019)

A horta passa a carregar então essa imagem do meio ambiente como parte da rotina, na vida que se pode levar em função e para este sem que haja degradação. O ambiente da casa, da rotina converge com o antes apartado, embora próximo, meio ambiente. Isso não quer dizer, porém, que foram completamente sanadas as ações que degradam a vegetação do entorno. Lia Esperança explica a relação dos moradores com o ambiente ao redor para além do histórico da Vila e do Parque, ressaltando o porquê da continuidade da relação de interdependência que levava a degradação:

...como se lá no fundo uma voz ecoasse: que mané árvore, eu preciso viver.
Não estou falando aqui do desmatamento ilegal da Mata Atlântica para construção de todas aquelas mansões no litoral norte paulista, e nem das grandes áreas amazônicas devastadas para implantação de áreas de garimpo, pasto ou lavoura. Eu falo aqui de ter um lugar digno para viver e comida na mesa. Do carvoeiro miserável que - sob pena de acabar com seus pulmões - se arrisca em fornos ilegais para queimar a árvore

da Caatinga e vender a preço de banana. E, às vezes, nem isso. Não sejamos ingênuos, o simples fato de existir causa impacto na natureza.
(SILVA, Maria de Lourdes; 2022)

Na fala de Lia, assim como foi visto em Costa (2006), mostra que a questão é em como mitigar esses impactos e como garantir que moradia, ganhos socioambientais e paisagísticos sejam direitos assegurados à população mais vulnerável. A líder da associação também demonstra entender a localização nas relações de poder de onde fala, reconhecendo que as populações mais pobres são as mais afetadas em relação aos danos ao meio ambiente.

Assim, embora agora a horta seja alternativa de subsistência, há outros auxílios que a mata pode trazer à população, como lenha em período de frio ou elevação do preço do gás, ou áreas para mais moradias, pois morar continua sendo preciso. Há, no entanto, um forte desencorajamento dessas ações por parte de Lia, da Associação, e de alguns moradores. Mas estes também sabem que a verdadeira resolução não reside somente em ensinar a relevância da preservação ambiental, mas sim em criar alternativas de geração de renda, para que essa população possa se estruturar.

eu não acredito mais que isso seja possível sem políticas públicas consistentes que levem em consideração as condições de educação e vida da nossa população.

...
(SILVA, Maria de Lourdes; 2022)

23. A matéria “Desmatamento ilegal abre espaço para condomínios clandestinos nas represas” da Veja São Paulo traz o exemplo de território em São Paulo afetado por esta dinâmica. Segundo Sérgio Quintella (2020), apenas na região próxima às represas Billings e Guarapiranga: “Dezenas de novos empreendimentos em áreas de mananciais evidenciam o poder de criminosos e o descaso das autoridades municipal e estadual”. Isto não é um caso isolado, é possível encontrar notícias de condomínios e loteamentos ilegais em diversas regiões da RMSP e do Brasil.

Essa vulnerabilidade se coloca como um entrave para que a relação com o meio ambiente se equipare à admiração que moradores demonstraram em relação à vegetação, em relação ao desejo de se manter morando perto de áreas verdes. A degradação causada, no entanto, mesmo nestes casos nem de longe se compara com algumas ações de degradação denunciadas atualmente principalmente na região do pantanal e na Amazônia, ou mesmo perto, pela construção de condomínios inteiros em áreas de mananciais²³.

Lia Esperança então agiu para mostrar ao Estado que a população não degradaria o meio ambiente se não fosse por falta de conhecimentos e outras oportunidades. Assim, embora a horta e o instituto cumpram importante papel indireto para mitigar a degradação do entorno e a preservação deste seja uma prioridade da atual administração da Associação de Moradores, parece haver a intenção de uma relação ainda mais sustentável com as áreas verdes do entorno. Isto só será possível com a implementação de medidas que diminuam as desigualdades, abarcando

e mitigando as opressões estruturais e a matriz interseccional de opressão. E isto, relaciona-se com o corpo no território.

5.2. Do corpo para o espaço

O espaço é estruturado a partir de relações pessoais, é resultado também dessas dinâmicas em larga escala e dos processos estruturantes que perpassam também relações de poder entre as pessoas. É também organizado pelas pessoas e pelas vivências que elas carregam, bem como por fatores que atuam nas diferenças entre os sujeitos, mas também as suas próprias construções de si.

Em Vila Nova Esperança, como em muitos outros lugares que encaixam-se nas margens, o Estado faz-se pouco presente. Ongs, acadêmicos e até mesmo técnicos começam a frequentar o território muito posteriormente. O espaço é assim estruturado pelas pessoas que vivem lá. E, em Vila Nova Esperança há espaços centrais estruturados pela Associação e Lia Esperança.

É relevante entender como o espaço e o corpo marcados pelas diferenças sociais se relacionam e constroem um território onde a interseccionalidade é uma



Figura 50
Vista da horta e Lia
Esperança ao fundo.
Acervo próprio.

24. A segunda das três dimensões do espaço é multiplicidade, ela se refere ao oposto do que seria a universalidade. É uma combinação complexa das identidades, encontros, situações e contextos, onde não é encontrada uma síntese única, mas várias combinadas e em transformação. Desta maneira, se os são sujeitos únicos e formam um território múltiplo, Alves (2018) destaca que isto aponta para a interseccionalidade do espaço na junção dos agentes e do território, pois se o espaço é multiplicidade, as opressões e as resistências também o são. Segundo Alves (2018), a multiplicidade e o espaço fomentam uma ao outro: “Sem espaço, sem multiplicidade; sem multiplicidade, sem espaço”. A terceira dimensão é a característica do espaço de estar sempre em construção. Por ser o produto de relações e este se dar na prática dos encontros e trocas de ideias pessoais, realizadas em função das identidades, o espaço está sempre em processo de construção. E dessa forma pertence a um processo que não se finda e que nunca estará exatamente da mesma maneira.

importante ferramenta espacial. Segundo Natália Alves (2018) a partir de Massey (2005), o espaço pode ser pensado em três dimensões que se relacionam com as relações sociais: encontro, multiplicidade e abertura²⁴. Essas dimensões são intrínsecas as relações sociais e assim, perpassam o corpo marcado pelo território. Aqui cabe focarmos na primeira dimensão, a do encontro.

Os encontros de qualquer tipo, de pessoas e suas culturas²⁵ são relevantes para a construção desta dimensão. O espaço a partir da dimensão do encontro, revela que não é algo estático ou passivo, nem algo a ser conquistado. O encontro é fala, é síntese, conflito e discurso, são dinâmicas das lógicas de vida do cotidiano e tudo isso se desdobra das identidades políticas em conversa. O espaço aparece, como reflexo das identidades atuantes nesses encontros.

A identidade política ao desenhar as trocas que estruturam o encontro implica, segundo Alves (2018), que “o *espaço não existe antes das identidades*” (p.108). É a partir das identidades que o encontro de fato ocorre, com as trocas decorrentes e com as trocas possíveis, delineadas também pelas relações de poder.

Para Massey (2005) as identidades, as relações entre elas e a espacialidade, são todas co-constitutivas. Isso porque nenhum espaço é algo dado e pronto,

como uma autenticidade coerente. Pelo contrário, as identidades estão sempre em formação. Portanto, uma questão fundamental é a sua negociação interna entre os agentes e as geografias de poder dessas relações de construção, que incidem em outras escalas. (ALVES, 2018, p.108)

A identidade por mais que seja uma característica pessoal também é algo em constante mudança. Sua construção acontece no encontro com outras identidades e também é resultado dos contextos da vida, como das situações cotidianas e das situações de tensão. Por ela perpassam as opressões de todos os âmbitos, refletindo os domínios e relações de poder, mas também construções que levam a novas lógicas para a vida. Tudo o que constrói as subjetividades também orienta as identidades²⁶.

Assim a interseccionalidade espacial aponta que o espaço e as categorias de gênero, raça e classe se reconfiguram permanentemente conferindo novos significados e construindo múltiplos contextos e identidades políticas em relação à matriz de dominação. (ALVES, 2018, p.113)

O espaço a partir da dimensão do encontro são as vivências que ajudam a

compor a identidade política. Foi visto em margens como corpo, discurso e território são conceitos relevantes e intrínsecos entre si a partir do caso de Carolina Maria de Jesus (PEREIRA, 2015). Revelando a importância do espaço e também do corpo e as construções feitas sobre ele nos discursos, bem como nas construções que podem ser feitas sobre si, também nos discursos. Tudo isso perpassa a identidade.

...não são essências, mas se formam a partir de relações complexas entre os domínios de poder, a construção cotidiana das subjetividades e do estímulo à autodefinição produzida pelos ativismos. (ALVES, 2018, p. 108).

Assim, embora a construção do espaço seja um ato coletivo, será focado na vida de Lia Esperança. A posição de líder da associação comunitária, a disponibilidade e vontade de compartilhar o que foi possível são os fatores que guiam esta escolha. Também, por leitura própria de que ela se enquadra à margem e assim circula pelos diferentes contextos do território podendo ter entendimento privilegiado do todo (HOOKS, 2020).

Maria de Lourdes Andrade Silva, é natural de Itaberaba, na Bahia, mas a família mudou-se para o Paraná. No entanto, com Lia ainda jovem retornaram para Itaberaba. Lá, aos 16 anos, reencontrou-se, mas também

conheceu seu primeiro marido que viria a cometer violência doméstica contra ela. Com ele morou em uma cidade diferente na Bahia, Seabra. Maria de Lourdes já tinha vontade de conhecer São Paulo e decidiu deixar aquele ambiente opressor, buscando outra vida na metrópole paulista.

Não são poucos os deslocamentos motivados por opressões. Alves (2018), conta como muitos deslocamentos de mulheres para ocupações acontecem para sair do ambiente opressor e se refugiar do marido que comete violência doméstica. A autora ainda coloca como mesmo depois de estabelecidas em ocupações a violência doméstica também se torna uma realidade para o coletivo lidar e acolher a mulher. Além deste tipo de violência, em iniciação científica pude conversar com um caso onde ainda criança Helena Caroba fora “trabalhar em casa de família” e teve sua identidade registrada com um nome diferente do seu pela “patroa”(SILVA, 2020).

Quando ela muda-se para Vila Nova Esperança em 2003, logo mais em 2006 começa a ouvir sobre o processo de reintegração de posse. No entanto, ela e sua família haviam vendido sua casa para comprar um lar no bairro e estas eram todas as suas economias. Não obstante a encontrar no bairro situações que os agradam, a situação é de vulnerabilidade e o cerceamento de possibilidades de moradia descritos em margens também continuam como fatores estruturantes.

25. Isto significa que não é somente o espaço produzido pelo colonizador que tem valor, mesmo o espaço que é feito com recursos e lógicas que fogem da do capital são espaços produzidos.

26. É possível ver mais sobre este argumento no tópico do encontro do corpo com o território (item 3.3).



Figura 51
Dia de plantio.
Acervo próprio.

A gente tinha um apartamento, mas era muito pequeno, três vezes menor do que a minha casa atual. Vendemos, e com o dinheiro comprei um terreno na vila. Em 2006, descobri que tinha um processo para remover todas as famílias, e aí, **como já tinha gastado todas as nossas economias aqui, decidi que precisava tomar uma atitude e ver o que podia fazer.** Não só para me ajudar, mas também às pessoas que já viviam na região. (SILVA, Maria de Lourdes; 2022)

É possível observar como a violência de gênero, a precariedade e localização de partida e bem como a de chegada na

metrópole, não ao acaso decompõem-se em marcadores sociais da diferença. A interseccionalidade aparece no corpo que se desloca pelo território, pelos os motivos e interações vividas.

Tudo isso ajuda a compor a identidade, mas também há situações de tensão que podem ter constituído pontos importantes para a identidade política de Lia Esperança e provavelmente de muitos dos moradores de Vila Nova Esperança. Destes, pode-se arriscar-se dois: a ordem de despejo e a mudança no dia-a-dia no trabalho cotidiano no território. Essas situações fomentam encontros, com trocas e com pessoas de diferentes identidades, internas e até mesmo

externas ao bairro. Ambos têm o espaço como um componente importante, pois se no primeiro espaço era motivo motor, não só por questões financeiras, mas também por interesse em permanecer.

Além disso, por constituírem experiências comuns aos moradores de lá, além de compor uma dimensão do espaço, orientam a identidade do próprio bairro. A identidade de uma comunidade local bem com a dos moradores, é construída a partir dos encontros das diferentes identidades, dos conflitos que isso pode acarretar, tudo sendo situado e sendo perpassado todo o tempo pelas relações de poder. Assim, não se trata de algo estático ou simplesmente recebido, mas sim algo em constante re-construção.

Vila Nova Esperança é a síntese das identidades de seus moradores e dos que agem no espaço, como a líder da Associação. É também a multiplicidade de seus moradores e suas vivências. E, assim como as identidades, o território continua em constante mudança.

5.3. A autodefinição e autoavaliação na valoração de ações cotidianas

A horta e a cozinha comunitária constituem espaços onde são realizadas ações de um trabalho misto de subsistência, educação e práticas realizadas em conjunto com outras mulheres, em sua maioria. São também espaços centrais na identidade do bairro, e que também têm sua importância como pontos de trocas, conversas, assim, importantes para a identidade de cada um.

Aqui cabe voltar nos possíveis pontos importantes para a identidade política de Lia Esperança e provavelmente de muitos dos moradores de Vila Nova Esperança. Seriam estes a ordem de despejo e a mudança no dia-a-dia no trabalho cotidiano no território. No primeiro ponto relevante foi preciso agir em reação a ordem de despejo. Já a partir do segundo ponto foi possível perpetuar e enraizar as mudanças em si. Em ambos, os espaços da horta e da cozinha foram centrais, já que enquanto no primeiro é símbolo e conquista no segundo, no cotidiano, adquirem um papel relevante.

As atividades que lá acontecem, entre outras atividades coletivas, estão inseridas em lógicas que tentam lidar com vulnerabilidades sociais, ao mesmo tempo foram iniciadas em resposta a ordem

de despejo. Nisto, revelam-se ações de mudança que se somam à vida de antes.

Assim, para entender os pontos de mudança, é importante conhecer um pouco mais sobre suas vivências, pois antes mesmo de chegar em Vila Nova Esperança já faziam parte de sua identidade. Continuando assim com a perspectiva de Lia Esperança.

Quando chega em São Paulo, Lia trabalha como florista e como caixa de mercado. Depois conhece seu segundo marido e mudam-se para um “apartamento pequeno”. Sua sogra então muda-se para Vila Nova Esperança, Lia e o marido veem uma oportunidade de morar em um lugar maior e com maior proximidade à natureza.

A mudança veio, mas não sem a desconstrução de alguns estereótipos que havia ouvido sobre favelas e sobre as pessoas que moravam em favelas. Como foi visto discursos perpassados pelas relações de poder influem não só no discurso do Estado, mas também na mídia e podem vir a ser reproduzidos mesmo pelos oprimidos, já que todos estamos imersos nessas relações. Os marcadores da diferença, as categorias chave por onde esse discurso é articulado incluem o de “periférico”, ou “favelado”, e mesmos estes perpassam raça e gênero.

Onde eu morava não tinha favela, eu vim conhecer aqui dentro de em São Paulo. E chegando aqui quem me passou que tinha favela me contou

de uma forma muito feia, desenhou a favela muito feia. E aí eu descobri dentro de Vila Nova Esperança que a favela não é tudo isso que o pessoal fala. Pelo contrário, a favela tem muita gente boa. (TV Cultura Repórter Eco, 2019)

Muitas vezes, em casos de pessoas negras e periféricas, há um constructo hegemônico que trata de deslegitimar esses territórios, assim como as pessoas que vivem nele. Isto perpassando por diversas vias, a legalista, dos jeitos do corpo, da proteção do meio ambiente. Como resultado, é construída uma visão estereotipada e cheia de arquétipos, as imagens de controle, as quais influem também sobre mulheres negras. Isto, pois a natureza dessa opressão é interseccional e se dá de maneira rígida e violenta atuando até mesmo na construção do self de mulheres negras (COLLINS, 2016).

Dessa forma, para agir era preciso também que houvesse uma construção de si que pudesse vir a ser vista por outros e substituir essas imagens de controle. É a partir da autodefinição que há uma mudança no discurso e percepção das esferas de opressão a que se está sujeita, pois a esta se dá como uma escolha partida de uma mudança de lógica que de alguma maneira questiona, mesmo que em pequenas e potentes escalas, as imagens de controle sobre mulheres negras externamente produzidas.

27. Ver mais no item 3.2.1. A construção do lugar ocupado pela mulher negra no mercado de trabalho



Figura 52
Trabalho na estufa.
Acervo próprio.

Acontece e reverbera em si própria em um primeiro momento, mas ressoando de e para mulheres negras e, assim, descrevendo experiências comuns vividas de maneiras particulares por cada indivíduo. Uma esfera que de início poderia parecer a do um ato pessoal e de autodefinição de uma mulher negra, por outro lado tinha potência aliada à conjuntura e às estratégias de mulheres periféricas descritas por Carmo²⁶ (2019).

Assim, segundo Collins, é a partir da autodefinição que mulheres negras mudam um “diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si” (p. 103). Ou seja, o que elas fazem, ao tomar para si o discurso é questionar de maneira mais ou menos direta o próprio método e as relações de poder por trás das definições que já regulavam as interpretações sobre ações de mulheres negras.

Isto é relevante pois, como visto em margens, dos três domínios da matriz de dominação interseccional citado por Alves (2018) com base em Collins (2016), para dois, a autodefinição e autoavaliação, que será vista em sequência, podem ser uma potente resistência. Nesse sentido a autodefinição em si já é um ato revolucionário, pois restabelece os referenciais de si pelos próprios, resignificando inclusive o ato de agir e o ato de questionar. É também tanto

um ponto de partida quanto um ponto de chegada, acontecendo em meio a outras ações e ao mesmo tempo atuam como catalisadores para novos modos de agir.

...o cotidiano gera uma série de experiências individuais que, quando compartilhadas e passadas, embora diversas, se tornam sabedoria coletiva construída a partir do ponto de vista de uma mulher negra. (ALVES, 2018, p.86)

As novas lógicas do viver se relacionam com o cotidiano e as autodefinições. Isso acontece, por si próprias e para a comunidade, “mobilizam as redes que dispõem: vizinhança, parentesco, ativismo, tráfico, políticas sociais, igreja, etc.” (CARMO, 2019, p.12). Articulando redes principalmente com outras mulheres e atuando nessa tarefa do cuidado que sai em muito da esfera do doméstico, ampliada para toda a comunidade³⁰.

Assim, segundo Carmo (2019): “são as mulheres que dão sustentação às relações cotidianas que mitigariam os efeitos dessas opressões” (p. 14), sendo que “é nesta dimensão, do cotidiano e das relações domésticas – onde o público é vivido e suportado – que ela destaca o papel das mulheres.” (p.15). E são nessas

dimensões que são encontradas brechas para ações de resistência em rede que em um primeiro olhar, pouco se desvencilham das ações do dia-a-dia. Collins colabora com esse argumento ao dizer que:

Enquanto a realidade das mulheres negras não pode ser compreendida sem dar a devida atenção à natureza interligada das estruturas de opressão que limitam suas vidas, as experiências das mulheres afro-americanas sugerem que possibilidades de ativismo existem mesmo dentro dessas estruturas múltiplas de dominação. Esse ativismo pode assumir diversas formas. (COLLINS, 2016, p.113)

Essas ações e estratégias que também levam ao ativismo são então consequência da expansão desse cuidado e as ações dessas mulheres são uma mitigação da violência do Estado sobre esses territórios, consequência da intersecção estrutural das opressões. A horta e a cozinha comunitária práticas de mitigação da vulnerabilidade alimentar, bem como simbólicos da resistência do bairro e ligação com o meio ambiente se encaixam nisso.

Collins (2016) colabora com isso ao colocar a potência de atividade cotidianas:

se, ao mesmo tempo, as mulheres negras usarem todos os recursos disponíveis – seus papéis como mães, sua participação nas Igrejas, seu apoio mútuo no seio de redes de mulheres negras, sua expressão criativa – para serem autodefinidas e autoavaliadas e para encorajarem outras a rejeitarem a objetificação, seu comportamento cotidiano será uma forma de ativismo. (p. 114).

É assim, um modo de ativismo ligado às esferas do cotidiano, às opressões de natureza interligada, ou interseccionais, e um lugar para uma nova autodefinição.

[...] Enquanto a realidade das mulheres negras não pode ser compreendida sem dar a devida atenção à natureza interligada das estruturas de opressão que limitam suas vidas, as experiências das mulheres afro-americanas sugerem que possibilidades de ativismo existem mesmo dentro dessas estruturas múltiplas de dominação. Esse ativismo pode assumir diversas formas (COLLINS, 2016, p.113).

Não é possível saber ao certo como se deu a autodefinição para Lia, mas é possível afirmar que a horta e a cozinha comunitária são um campo de fomento disto. Os motivos que apontam para o caráter destes espaços

30. No contexto descrito em margens (item 3.2.2), as mulheres são responsáveis pelas tarefas ligadas ao cuidado, muitas delas têm responsabilidade integral pelo provimento financeiro da casa, responsabilidade pelo amparo emocional das pessoas que lá vivem, tudo isso gerando sobrecarga emocional (CARMO, 2019).

28. Ver mais no item 3.2.2. A opressão sobre corpos periféricos

29. Ver mais no item 3.2.3. Relações de poder e o desenho dos espaços da vida

cotidianos são ligados aos encontros no dia-a-dia que lá acontecem e mesmo ao uso e significado atribuído ao espaço. A construção mútua nas trocas rotineiras por mulheres negras, o engajamento e significado que a horta carrega na questão de apartar a possibilidade do despejo, mas também por mitigar a vulnerabilidade alimentar, fazem destes os pontos mais relevantes que acontecem na horta.

Nos trabalhos de campo enquanto estávamos na horta algumas vezes ouvi de Lia sobre como era representativo que fossemos fazendo o trabalho duro do cultivo, nós somente mulheres. Levando em conta as situações de opressão interseccionais, o comentário se torna ainda mais relevante nas categorias gênero, raça e classe interseccionados.

A história de Lia revela uma forte opressão de gênero. Também, a dificuldade de acesso à terra especialmente enfrentada pela população negra no Brasil e a insegurança alimentar de se morar em uma região metropolitana como a de São Paulo e pertencer às classes mais pobres, revelam camadas de uma ação no território cuja relevância só pode ser compreendida através da ótica da interseccionalidade.

O empoderamento nesse contexto é duplo. Ganhar a consciência crítica para desmembrar as ideologias hegemônicas é fortalecedor. Reconhecer que alguém não

precisa acreditar em tudo que é dito e ensinado é libertador para muitas mulheres negras. Mas, embora criticar as ideologias hegemônicas permaneça necessário, tais críticas são basicamente reativas (COLLINS, 1998a: 187-96). Assim, a segunda dimensão do empoderamento no domínio hegemônico do poder consiste na construção de novos conhecimentos. A esse respeito, os temas centrais, interpretativos, estruturas e abordagens epistemológicas do pensamento feminista negro, podem ser altamente fortalecedoras, porque potencializam outras formas de viver e outras maneiras como as coisas devem ser. (ALVES, 2018, p.92)

Assim, nesses territórios permeados por opressões, é dificultado o espaço para lógicas do viver. Apesar disso, elas ainda são criadas e algumas lógicas de construção do espaço podem ser caracterizadas como mais que um esforço para mitigar opressões, ainda mais por relacionarem-se com a autodefinição. É o caso dos espaços da horta e da cozinha comunitária, embora o uso esteja na esfera do cotidiano, isto é possível principalmente quando avaliado na ótica da interseccionalidade.

São, assim, formas de ativismo e resistência pautadas em agir no contexto do que Collins e diversas outras autoras se referiram como *estruturas múltiplas de dominação*: a interseccionalidade.

Como resultado, os ativismos são então construídos muitas vezes em diversas ações criativas do dia a dia.

Assim, argumento que a violência do Estado que produz os territórios periféricos se desdobra no cotidiano das mulheres a partir da dor da perda, da impotência, da sobrecarga das responsabilidades familiares, da culpa, da estigmatização, contudo, também é a partir dele que as mulheres reconstroem suas subjetividades, seus mundos, suas relações. (CARMO, 2019, p.17)

As ações que ao mesmo tempo estruturam um território de carência, mitigando em parte a ausência do Estado, e criando novas lógicas também eram cotidianas. E para que pudessem acontecer foi preciso que a líder da associação questionasse as construções em torno da justificativa da ordem de despejo. Isto envolveu construções sobre territórios periféricos e sobre populações pobres. Mas além disso, foi preciso que Maria de Lourdes questionasse construções a respeito de si com a autodefinição.

Assim, tendo as práticas de ativismo estabelecidas no cotidiano a partir principalmente da horta e da cozinha comunitária, era preciso que as autodefinições de si também fomentadas

nestes espaços alcançassem as esferas de poder. Neste contexto, outro movimento decorrente da autodefinição é a autoavaliação.

A partir da autoavaliação é possível enfatizar, segundo Alves (2018), o conteúdo das autodefinições de maneira que as imagens externas sejam substituídas pelas autodefinidas. Lia e a Associação de Moradores conseguem através do trabalho realizado e das aberturas para visitantes e imprensa, modificar a visão sobre o bairro e dos que nele moram a partir da autoavaliação, de como vêm a si próprios e então espelham para os outros.

Um exemplo, é que quando perguntei a um técnico se ele vinha “para orientar”, ele disse que vinha no máximo ajudar. Lia então diz que todos os que chagam com discursos de orientação acabaram por aprender sobre os jeitos de cultivo em Vila Nova Esperança. O diálogo com o saber construído no plantio é um dos poucos cuja negociação é mais restrita e demonstra a autodefinição, mas também autoavaliação. O Técnico já tem para si a mesma imagem que Lia e a Associação construíram ao longo desses anos.

Outros exemplos são as reportagens a respeito do bairro, nas quais Vila Nova Esperança é associado à sustentabilidade e ao cuidado com o meio ambiente, muito diferente da fala do secretário do verde citada no capítulo da Vila e do entorno.

Desta forma, o movimento de Lia para Vila Nova Esperança a partir das ações no território e da abertura a visitas e entrevistas consegue modificar a visão sobre o bairro e dos que nele moram a partir da autoavaliação.

As autodefinições assumem papel central na construção do território, pois, sem que ocorram, as lógicas do espaço não seriam alteradas. A identidade do bairro pôde então ser reconstruída no encontro das identidades pessoais, autodefinidas e autoavaliadas.

...é também reconhecer a autodenominação do território pelas próprias ocupantes, pelas agentes que lhe dão vida, reivindicando-as como produtoras da própria história e de um conhecimento válido. (COLLINS, 2016, p. 111)

Assim, ao cuidar do cotidiano acontece a autodefinição que se desdobra em ativismos capazes de ultrapassar os limites do bairro por meio da autoavaliação, redefinindo imagens externas sobre as pessoas e sobre o território. Tudo isso nos espaços cotidianos, principalmente a horta e a cozinha comunitária. É preciso então ressaltar a importância de espaços deste tipo, ao mesmo tempo em que se busca entender como o restante do bairro é influenciado pelas lógicas delineadas em conjunto com as autoconstruções fomentadas nesses espaços.

5.4. As visitas externas e a panorama atual

Do dia-a-dia que pude observar, cuidar da horta é um dos principais afazeres. Acordar ir para lá, passar as manhãs cuidando da plantação. Depois, fazer o almoço ou receber grupos interessados na história e aprendizados sobre Vila Nova Esperança. Outras visitas, porém, também vinham com a intenção de oferecer algum tipo de apoio, essas não tinham intenção vinculada aos saberes da horta, mas sim os que buscavam levar conhecimentos úteis para empreender ou para sanar questões infra-estruturais.

Uma parceria atual é o oferecimento de um curso que ajudaria os moradores a estruturarem seus pequenos negócios, de produções pequenas de panos de prato à própria venda do excesso da horta. Esta era uma demanda que Lia Esperança me contava já a algum tempo e na qual tentei ajudar, mas que depois da desestruturação do programa ligue-os-pontos durante a pandemia, foi uma situação de cada vez mais difícil resolução.

O programa facilitava o acesso de compradores a pequenos produtores rurais de produção orgânica e familiar ou comunitária através de ferramentas de interligação e coordenação mapeadas. A Horta Popular Criando Esperança estava cadastrada, mas não havia obtido ainda o certificado de produção orgânica que

assegura a qualidade da produção para os compradores, quando a pandemia chegou. Sem o certificado, os lugares que procuramos para dar vazão à produção não aceitaram seguir em parceria. O ligue-os-pontos está sendo reestruturado, no entanto, para Lia, ficou a sensação de desamparo e a impressão de que faltou vontade institucional pelo poder público de prestar assistência à horta, segundo me contou.

Esta é uma questão que, para eles, não diz apenas sobre o programa ligue-os-pontos, mas também os pesquisadores que vão até lá, bem como os jornalistas e ONGs. Pude ouvir dos que estavam ajudando na horta que eles sentem que depois de seu trabalho feito, esses desaparecem e muitas vezes nem ao menos entram em contato para contar os desdobramentos do trabalho sobre Vila Nova Esperança, aparentemente deixando-os com a mesma sensação de desamparo.

Quando nenhuma solução concreta é vista localmente, comunidades e indivíduos afetados pelo problema em questão sentem-se desiludidos, já que concluem que todos querem ouvir suas histórias, mas ninguém quer ajudá-los. Por vezes, estudos conduzidos por organizações desvinculadas das vítimas podem até provocar um impacto negativo sobre o trabalho de grupos locais, que – como intermediários no

contato com ONGs internacionais – são responsabilizados por qualquer reação... () (BUKOVSKA, 2008, p.12)

Ao falar sobre a atuação de ONGs internacionais em situações de violações dos direitos humanos (2008) fornece uma explicação sobre como as não ações podem ser encaradas pela população local, mesmo que não necessariamente o indivíduo ou instituição seja apto a realizar alguma mudança concreta. Isto também aconteceu com esta pesquisa, variando entre mais ou menos momentos de abertura e parceria estabelecidos, mas como foi dito por pela autora citada, acontece um acúmulo e mesmo quem age localmente e tenta deixar claro até onde pode ir acaba por receber essa carga justificada pelo histórico.

Em vezes, no entanto, os visitantes citados voltam e conseguem realizar algo prático no território, estes continuam como parceiros da Associação, sendo sempre recebidos e ouvidos. Esse foi o caso dos pesquisadores do IPT, que fizeram um estudo sobre a drenagem e formas de mitigação de riscos que a população poderia colocar em prática sem a necessidade do poder público.

Eles estavam de volta após um deslizamento levar duas casas na porção sul de Vila Nova Esperança, houve uma vítima. Neste dia estavam também representantes da secretaria de habitação

de Taboão da Serra, conversando com Lia que havia conseguido colocar as duas instituições frente a frente para conversar sobre o deslizamento. Perguntei tempos depois à prefeitura se havia algum plano de urbanização para Vila Nova Esperança, visto a situação de risco, no entanto, foi dito que não há.

O que aconteceu foram reações da assistência social e do setor de riscos para lidar com a situação emergencial do deslizamento ocorrido, mas sem um plano que de fato lidasse com o risco ali explicitado e pode vir a provocar situações ainda mais graves. Como foi visto, a porção sul é um aterro antigo de provavelmente em torno de 50m de altura e assim configura um terreno instável e classificado pelo IPT com alto risco.

Assim, para os moradores de Vila Nova Esperança e principalmente para os membros da associação, apesar de existir o reconhecimento e orgulho pelo que foi construído e conquistado territorialmente e também pelo que foi modificado na visão dos outros sobre o bairro, há um forte cansaço envolvendo tudo isto. Além disso, as soluções concretas ainda aparentam estar distantes já que o poder público continua a questionar a capacidade dos moradores de preservarem o meio ambiente e também reitera, segundo moradores, a possibilidade de remoção total ou parcial.

Massey (2013) lembra que **a própria identidade de uma comunidade local não é algo dado**, mas sempre estabelecido através de negociação e passível de conflito. **Não há nenhuma comunidade automática**. No lugar não há coisas dadas, senão coisas para discutir. **O espaço traz, portanto, a complexidade das relações entre dominação e resistência**. Assim, "os lugares não são coerentes, são mesclados, são híbridos, são pontos de reunião, e a comunidade de um lugar será assunto de contenda, de negociação social entre distintos grupos (MASSEY, 2013: 05 apud in ALVES, 2018, p. 109).

A identidade do bairro passa a ser questionada externamente e a menor adesão dos moradores no cuidado com a horta e em outras atividades têm sido também um fator desmotivador para os envolvidos na Associação, pois essas ações foram as que puderam mostrar em 2011 o desejo de morar mitigando danos ao meio ambiente. Segundo Alves (2018) com base em Massey (2005), a identidade do bairro ser construída e reconstituída interna e externamente é uma característica própria do espaço e das complexibilidades das relações que o conformam. As tensões de opressões interseccionais também contribuem para que o diálogo e as trocas sejam situações desgastantes e em disputa. Lia Esperança se prepara para deixar a Associação de Moradores ainda este ano.

5.5. Breves considerações

A identidade, ao ser constituída também pelas novas lógicas advindas da autodefinição, por mais que se trate de um processo pessoal, acontece coletivamente e neste caso, principalmente em espaços do cotidiano. Esses espaços são onde é possível a troca entre as identidades e onde novas lógicas podem emergir. E a construção desse processo não prescinde do espaço: ao mesmo tempo que é construída por ele, também constrói por ser palco para novos encontros e vivências.

Fazem parte das identidades também os reflexos das opressões, pois, como foi visto, o corpo pelo território as carrega consigo. E elas têm lugar, tem espaços permitidos e espaços que certos corpos são tolerados. Dessa forma, a interseccionalidade além de marcada nas identidades, é uma ferramenta para se entender a multiplicidade que delineia o espaço de maneira dinâmica. Ela está inserida nas multiplicidades e opressões e resistências dos sujeitos, da comunidade e da própria dinâmica do espaço.

Assim a interseccionalidade espacial aponta que o espaço e as categorias de gênero, raça e classe se reconfiguram permanentemente conferindo novos significados e construindo múltiplos contextos e identidades políticas em relação à matriz de dominação (ALVES, 2018, p.113).

Para que as ações em resistência pudessem acontecer, no entanto, foi preciso que a líder da associação questionasse as construções em torno das motivações da ordem de despejo. A justificativa de que a população estaria degradando o meio ambiente, envolveu construções sobre territórios periféricos e sobre populações pobres. Assim a autodefinição na construção de uma identidade política foi de suma importância.

Mesmo associada a outros tipos de protestos, a espacialização de uma horta no cotidiano e coletiva foi o que de fato conseguiu mobilizar a comunidade e também a opinião pública através da autoavaliação. As ações que ao mesmo tempo estruturam um território de carência, mitigando em parte a ausência do Estado, também eram cotidianas. Assim, a partir de vivências de Maria de Lourdes, foi possível se atentar às construções de identidades políticas que possibilitam olhar para as lógicas que acompanham internamente o território.

Existem altos e baixos, há um trabalho exaustivo em tudo isto que principalmente recaí sobre a líder da associação. Assim, foi uma preocupação descrever as potências sem que fosse romantizado ou fetichizado os processos e as pessoas em Vila Nova Esperança. Por isso, foi buscado descrever vários ângulos de observações com base na matriz de dominação interseccional, descrevendo a vida de Lia Esperança, e o percurso do território.

Todas as manhãs,

de Conceição Evaristo

Todas as manhãs acoito sonhos
e acalento entre a unha e a carne
uma agudíssima dor.

Todas as manhãs tenho os punhos
sangrando e dormentes
tal é a minha lida
cavando, cavando torrões de terra,
até lá, onde os homens enterram
a esperança roubada de outros homens.

Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
(EVARISTO, 2008, p. 13).

Considerações finais

Vila Nova Esperança é um território construído no dia-a-dia. As pessoas que escolheram fazê-lo lar buscam assegurar esse direito através das ações no próprio espaço. É no trabalho na horta que é possível mitigar o efeito das opressões estruturais dos contextos descritos em margens ao mesmo tempo que é construída uma autoavaliação da identidade do bairro que colabora na luta para permanência em Vila Nova Esperança.

O território é também onde se pode ter abundante contato com a natureza, quando comparada à maioria do território urbano da RMSP, principalmente no que tange às margens espaciais definidas neste estudo. Este é um dos motivos que moradores apontam para gostar de viver lá, mas também utilizado pelo poder público para justificativa de remoção. Há, no entanto, a dissertação de Renê Costa (2006), fala da Assembleia Legislativa (2010) e as próprias ponderações presentes neste estudo que colaboram com o argumento de que a urbanização do bairro seria a melhor opção para os moradores e a para a preservação ambiental.

Assim, fez-se relevante descrever as dinâmicas do entorno e as reais pressões ao meio ambiente bem como o potencial ecológico das áreas de vegetação. É deixado explícito as principais dinâmicas que de fato interferem, bem como os reais potenciais e riscos a conservação da vegetação a sudoeste da cidade de São Paulo e como Vila Nova Esperança se encaixa neste cenário.

Além disso, a história de Vila Nova Esperança, que desde de 1970, é imbricada com a área do atual Parque Jequitibá é mais um ponto relevante para a permanência do assentamento. Mesmo assim, a ameaça de remoção ainda é uma realidade, o poder público utiliza o meio ambiente como instrumento de remoção.

No entanto, quando se tornou de fato um território em disputa judicial, em 2006, houve uma série de reações e construções de lógicas de ativismos pelos moradores em Vila Nova Esperança. Em busca de mostrar a convivência com o entorno com o mínimo de degradação, foram implantadas ações para tornar o território “mais sustentável”. Essas ações foram capitaneadas pela líder da Associação de Moradores. Foram estruturados espaços, alguns que não são do “hall” comum de equipamentos urbanos promovidos pelo poder público. Dentre eles a horta que apresenta caráter central em toda essa disputa, mas também aparece como um espaço importante para que as outras mudanças possam acontecer.

Um dos motivos é de ser um lugar de encontro para identidades políticas que promove trocas informais e cotidianas possivelmente fomentando autodefinições. Isto pode ser percebido ao olhar o cotidiano, corporificando as sujeitas que fazem o território. Dessa forma também construídas autoavaliações e essas, são essenciais pois são espelhadas para a imprensa, parte do poder público, acadêmicos e ONGs estruturando a identidade do bairro.

Outro ponto relevante da horta reside no fato de ser o espaço em que o trabalho é feito para mitigar opressões estruturais - como dificuldade de acesso a alimentação com a difícil inserção no mercado de trabalho. Ela aparenta ser como uma imagem do meio ambiente transportada para o alcance e auxílio do cotidiano. Assim, com as ações da Associação de Moradores, a horta é instrumento que colabora também para a adoção de hábitos mais sustentáveis pelos moradores do bairro, reorientando os sujeitos.

O entendimento ambos os motivos para a aparente relevância da horta podem ser melhor compreendidos através da interseccionalidade como ferramenta de análise do espaço. As opressões que atuam em mulheres negras e em corpos negros marginalizados levam a constructos que a autodefinição aparece como uma alternativa a isto.

A identidade política dos principais sujeitos atuantes também é influenciada pelas opressões interseccionais e pelas construções feitas sobre si. A principal liderança, Lia Esperança carrega em sua identidade suas vivências, que se refletem em suas ações pelo território. Assim, o espaço e novas trocas entre os sujeitos desdobram-se a partir do cotidiano e fomentam a preservação do entorno.

Referências

ADÃO, CLAUDIA ROSALINA. **Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo**. 2017. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, [S. l.], 2017.

ALBARDÍA, Mayte Santos. **Esperança entre ruas sem asfalto A favela Vila Nova Esperança se posiciona como um exemplo de ecologia e sustentabilidade em São Paulo. 2016**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/20/politica/1463695237_618908.html. Acesso em: 25 jun. 2022.

ALVES, Natália. **Feminismo negro e a produção do espaço: As ocupações Urbanas em uma abordagem interseccional espacial**.2018. [S. l.], 2018.

AMARAL, Juliana. **Baixda do Glicério, ontem, hoje e amanhã: O patrimônio cultural como ferramenta de transformação social**. 2021. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/f8700fe9-88ca-4ecc-85d8-4ce3feb73527/TFG-2021-2-Juliana-Amaral-C-Lima.pdf>.

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 08, n. 01, p. 229–236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Audiência defende permanência de moradores em área florestal**. 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=298840>.

ASSESSORIA DE IMPRENSA - IBRAM. **Parque Tizo instala seu Conselho de Orientação**. 2006. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/parque-tizo-instala-seu-conselho-de-orientacao/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BUKOVSKA, Barbora. **Perpetrando O Bem : As Conseqüências Não**. [S. l.], p. 6–21, 2008.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros - Crime, Segregação e Cidadania Em São Paulo**. [s.l.] : Edusp, 2000.

CARMO, Milena Mateuzi. **Tecendo Redes: gênero, cuidado e Estado na periferia de São Paulo**.Reunião Equatorial de Antropologia,Salvador-BA,v.VI,p1–20,2019

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within:A significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100006.

COSTA, José Junio. **A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**, [S. l.], v. VII, n. 18, p. 72–88, 2015. Disponível em: <http://www.theoria.com.br/edicao18/06182015RT.pdf>.

COSTA, Renê. **Impactos sobre remanescentes de florestas de mata Atlântica na zona oeste da grande São Paulo: um estudo de caso da mata de fazenda Tizo. 2006**. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO SÃO PAULO, [S. l.], 2006.

COTIA (Cidade). **Lei n. 95, de 24 de Jun. de 2008**.Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-cotia-sp>. Acesso em: 23 Maio 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine**, Fem- inist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 1989, pp.139-167.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero**, [S. l.], p. 7–16, 2002.

EMBU DAS ARTES (Cidade). **Lei n. 186, de 20 de Abril de 2012**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-embu-das-artes-sp>. Acesso em: 23 Maio 2022.

EVARISTO, Conceição. **Todas as Manhãs. In: Poemas da Recordação e Outros Movimentos**. 1. ed. [s.l.] : Malê, 2017.

GÓES, Juliana. **Successor science and epistemology(ies): Situated knowledge.**

Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1–11, 2019. DOI:

10.1590/1806-9584-2019v27n148373.

GONZÁLEZ, Lelia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Racismo e sexismo na**

cultura brasileira. [s.l.] : Revista Ciências Sociais Hoje, 1984. p. 223–244.

HARARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o**

feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, [S. l.], v. 5,

p. 7–41, 2009. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf)

document/?down=51046bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.

pdf.

HARVEY, David. **Produção Capitalista Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HOOKS, Bell. **Teoria Faminista: da margem ao centro. Gender Space Architecture,** [S. l.], p.

219–225, 2020. DOI: 10.4324/9780203449127-31.

KILOMBA, Grada;; QUIANGALA(TRANSLUÇÃO), Anne. **Quem pode falar ?** Excerto do livro:

“Plantation Memories”, [S. l.], p. 1–5, 2016. Disponível em: [http://www.pretaenerd.](http://www.pretaenerd.com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-grada-kilomba.html)

com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-grada-kilomba.html.

LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO, FAU/USP; ISA, Instituto Socioambiental. **Impactos**

urbanísticos do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas: Estudo Preliminar. [S. l.], p. 154,

2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade.** 5º ed. São Paulo: Centauro, 2011. Disponível em:

https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf.

LINS, Regina. A **regularização fundiária como reconhecimento dos direitos: os**

empreendimentos residenciais Vila Emater II e Vista Atlântica. In: VALENÇA, Márcio

Moraes (org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Mauad X, 2008. p. 219–241.

MCCLINTOCK, Anne. **O Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial.** In:

Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. Introdução e Cap.1.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole , legislação e desigualdade.** [S. l.], v. 17, n. 48, p. 151–

167, 2003.

MARINO, A.; KLINTOWITZ, D.; BRITO, G.; ROLNIK, R.; SANTORO, P.; MENDONÇA, P.

Circulação para trabalho explica concentração de casos de Covid-19. 2020. Disponível

em: [http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-](http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/)

essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/. Acesso em: 25 jun. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho.** In: Pensamento

Feminista Brasileiro: formação e contexto. São Paulo: Bazar do tempo, 2019. a. p.

259–263.

NASCIMENTO, Débora. **O Prefeito antônio prado e a População negra da Cidade de São**

Paulo. 2019b. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e urbanismo, [S.

l.], 2019.

OSASCO (Cidade) **Lei n. 125, de 03 de agosto de 2004.** Disponível em: [http://www.](http://www.participa.osasco.sp.gov.br/Upload/PlanoDiretor/minuta-projeto-lei-plano-diretor.pdf)

participa.osasco.sp.gov.br/Upload/PlanoDiretor/minuta-projeto-lei-plano-diretor.pdf

PEREIRA, Gabriela. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da**

narrativa de Carolina Maria de Jesus. 2015. Universidade Federal da Bahia, [S. l.],

2015.

QUINTELLA, Sérgio. **Desmatamento ilegal abre espaço para condomínios clandestinos**

nas represas. Veja, São Paulo, 02 de Nov. de 2020. Disponível em: [https://vejasp.abril.](https://vejasp.abril.com.br/cidades/capa-desmatamento-represas/)

com.br/cidades/capa-desmatamento-represas/. Acesso em: 29 de Jun. de 2022

RIBEIRO, Eduardo. Lia, esperança. Uol, São Paulo, [s.d] Disponível em: [https://www.](https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/como-comunidade-na-zona-oeste-de-sp-virou-exemplo-de-bairro-sustentavel/)

uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/como-comunidade-na-zona-oeste-de-sp-

virou-exemplo-de-bairro-sustentavel/. Acesso em: 23 Maio 2022

REPÓRTER ECO, **A comunidade Vila Nova Esperança.** Youtube 14 de Maio de 201.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nyi3LqCl9hA&t=1s>. Acesso em: 29

de Jun. de 2022

ROLNIK, R. (1999).“ **Para além da lei: legislação urbanística e cidadania**”. In: Souza, M. A; Lins, S. C.; Santos, M. P. C.; Santos, M. C.; Metrópole e Globalização: Conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo, CEDESP.

ROLNIK, Raquel.**Territórios Negros nas cidades brasileiras? etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro.** In: SANTOS, Renato Emerson dos (org. .. (org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: ONergro naGeografia do Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. p. 75–90.

SANTOS, Paulo R. **A concepção de poder em Michel Foucault.** Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas, [S. l.], v. 16, n. 28, p. 261–280, 2016.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei n. 16.050, de 22 de março de 2016. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE).**Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei n. 16.402, de 31 de julho de 2014. Aprova a política de desenvolvimento urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.** Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16402-de-22-de-marco-de-2016>. Acesso em: 01 abr 2022

SÃO PAULO(Estado) **Secretaria do Meio Ambiente. Plano diretor e diretrizes de projeto para o Parque Tizo.-** - 3ª. ed., São Paulo : SMA, 2012 Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/portalinovomedia/2012/03/plano-diretor.pdf>. Acesso em: Acesso em: 23 Maio 2022.

SILVA, Maria de Lourdes Andrade. **Prêmio Ecoa: Com 6 mil metros, nossa horta comunitária produz uma tonelada por mês.** 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opinioa/2022/04/20/com-6-mil-metros-nossa-horta-comunitaria-produz-uma-tonelada-por-mes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SILVA, Aline. **Estudo de caso: corpo, raça, cidade.** 2020. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, [S. l.], 2020. DOI: 10.1088/1751-8113/44/8/085201.

SIMÕES, JÚLIO ASSIS; ALMEIDA, H. B. ; MOUTINHO, L. ; SCHWARCZ, L. M. .. Numas.

Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: G. Saggese; M. Marini; R. A. Lorenzo; J. A. Simões; C.D. Cancela. (Org.), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9–30, 2018.

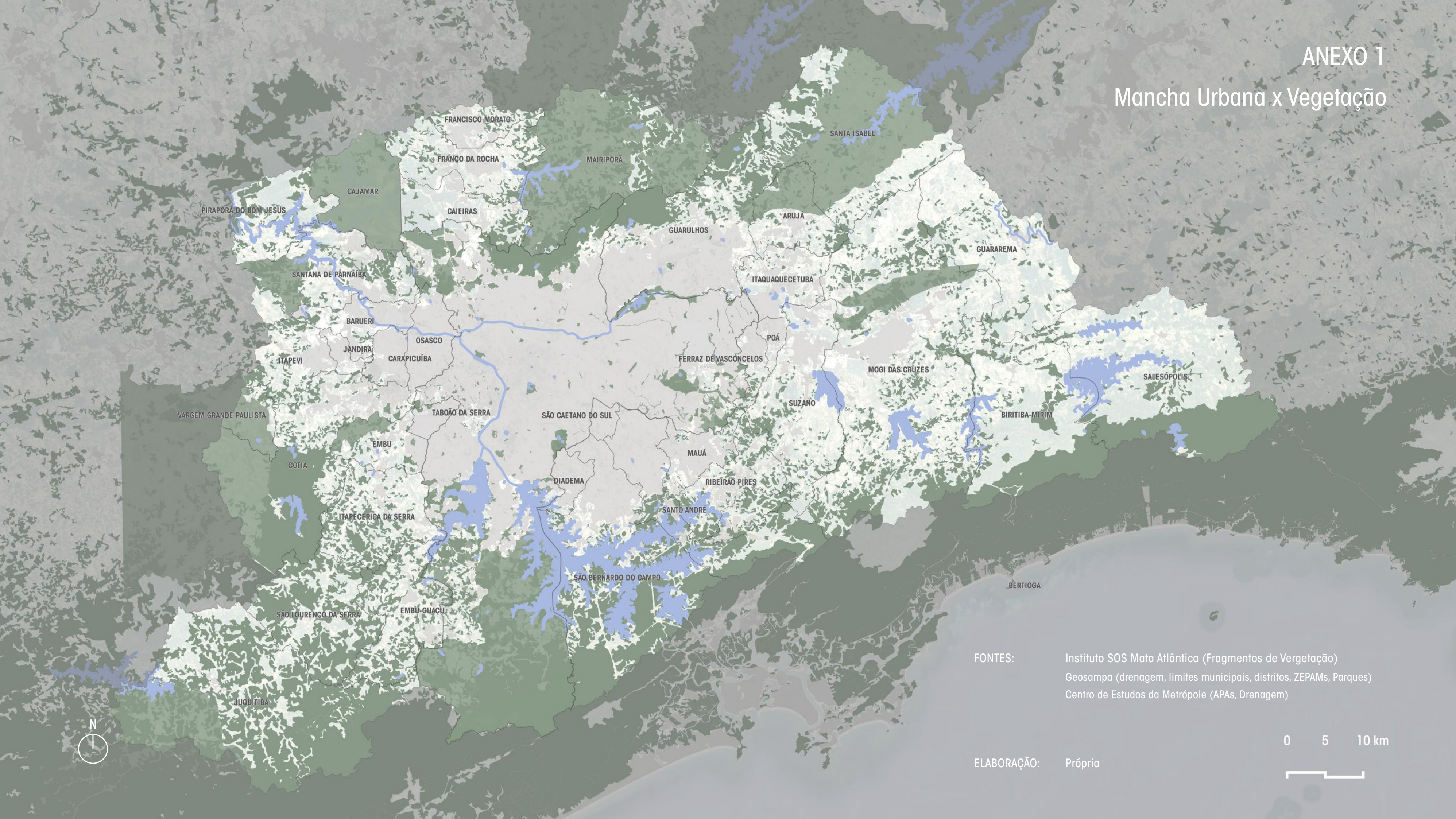
TABOÃO DA SERRA (Cidade). **Lei n. 132 de 26 de dezembro de 2006.** Disponível em: https://ts.sp.gov.br/sites/default/files/leis-e-normas/LC%20PDP%20CONSOLIDADA_290_2012.pdf. Acesso em: 23 Maio 2022.

TORRES, H. G., MARQUES, E.; FERREIRA, M. P. e BITAR, S. “**Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**”. In: TORRES DA GAMA TORRES et al. “ESTUDOS AVANÇADOS” 17 (47), 2003

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** In: Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Fapesp/Lincoln Institute/Nobel, 2000. p. 1–135.

VILLAÇA, Flávio. **Segregação urbana e Desigualdade. Estudos Avançados,** [S. l.], v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.

Mancha Urbana x Vegetação



PIRAPORA DO BOM JESUS

CAJAMAR

FRANCISCO MORATO

FRANÇO DA ROCHA

MAIRIPORÁ

SANTA ISABEL

CAIEIRAS

GUARULHOS

ARUJÁ

GUARAREMA

SANTANA DE PARNÁIBA

BARUERI

JANDIRA

OSASCO

CARAPICUÍBA

ITAPEVI

VARGEM GRANDE PAULISTA

TABOÃO DA SERRA

SÃO CAETANO DO SUL

FERRAZ DE VASCONCELOS

POÁ

SUZANO

MOGI DAS CRUZES

SABESPÓPOLIS

BIRITIBA-MIRIM

COTIA

EMBU

ITAPECERICA DA SERRA

DIADEMA

MAUÁ

RIBEIRÃO PIRES

SANTO ANDRÉ

SÃO BERNARDO DO CAMPO

SÃO LOURENÇO DA SERRA

EMBU-GUAÇU

JUQUITIBA

BERTIOGA

FONTES:

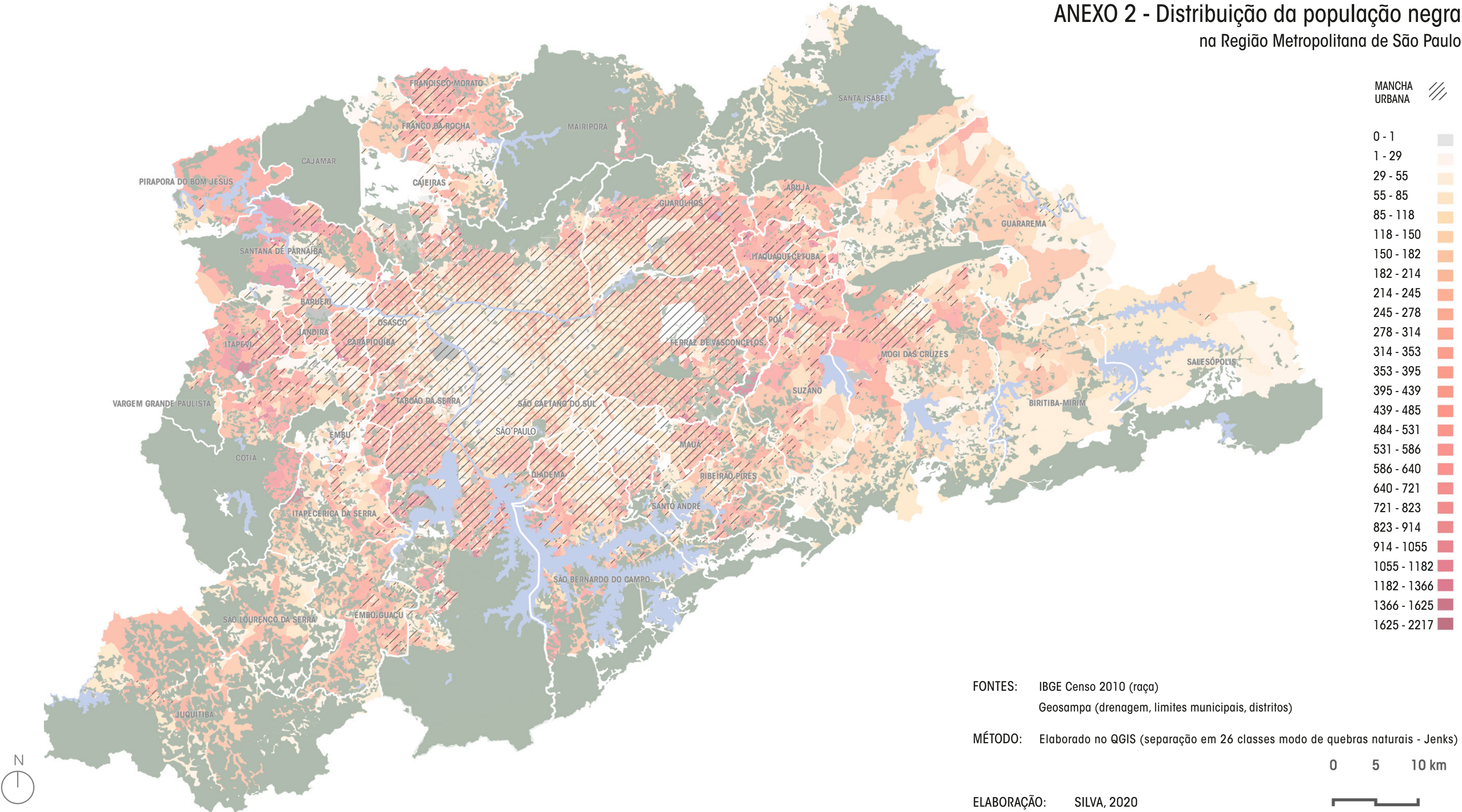
Instituto SOS Mata Atlântica (Fragmentos de Vegetação)
Geosampa (drenagem, limites municipais, distritos, ZEPAMs, Parques)
Centro de Estudos da Metrópole (APAs, Drenagem)

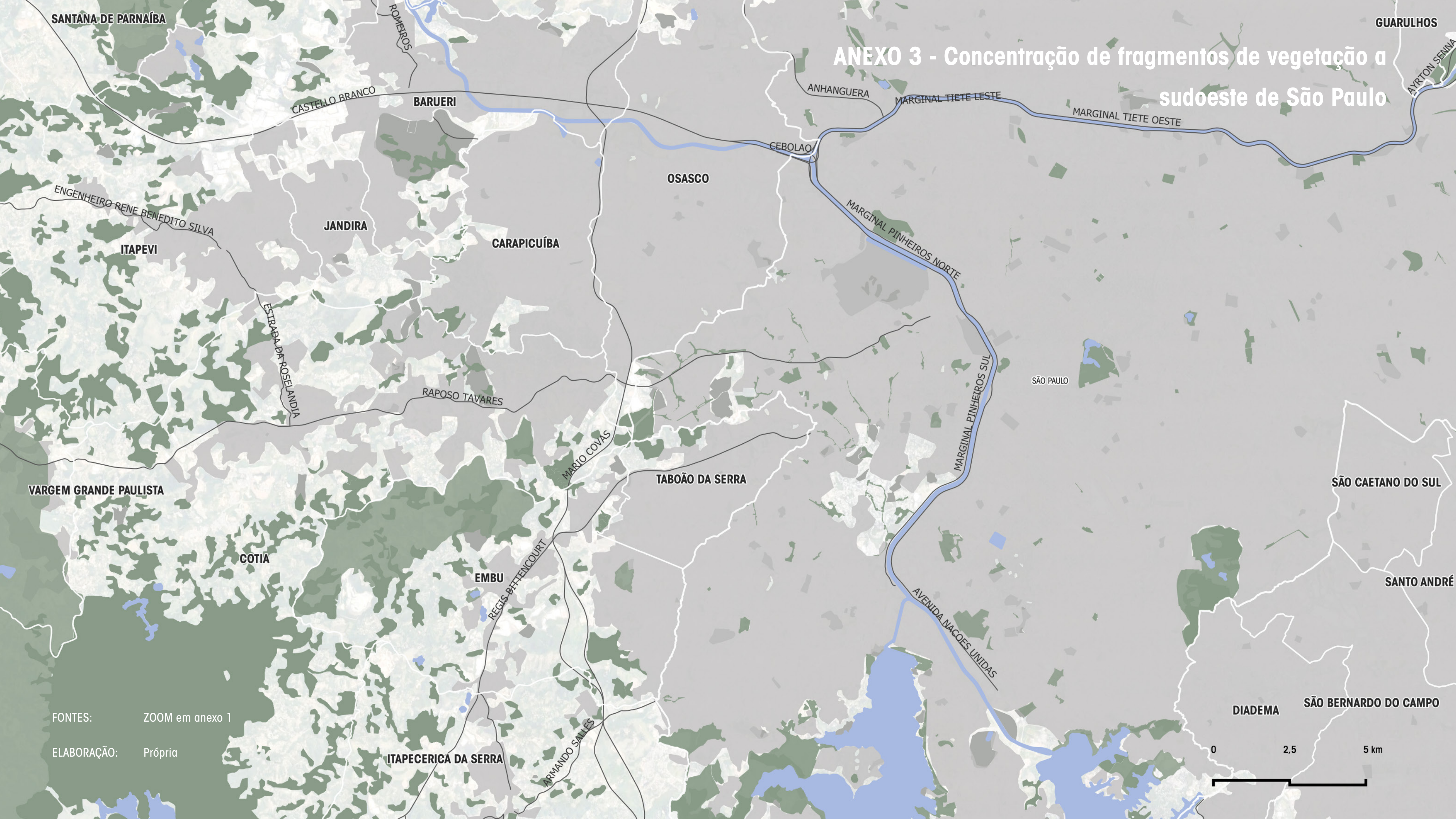
ELABORAÇÃO:

Própria

0 5 10 km

ANEXO 2 - Distribuição da população negra
na Região Metropolitana de São Paulo





ANEXO 3 - Concentração de fragmentos de vegetação a sudoeste de São Paulo

FONTES: ZOOM em anexo 1
ELABORAÇÃO: Própria

0 2,5 5 km



ANEXO 4 - Síntese das dinâmicas urbanas



Área Heterogênea com urbanização precária, e baixo-médio padrão

Projeto de corredor verde

Áreas verdes remanescentes da Mata Atlântica

São Paulo

Taboão da Serra

Vetores de expansão de usos industriais e logística



Área de preservação mais consolidada e estruturada

Av. Eng. Melhor A. Elias Garcia

Frentes de expansão de assentamentos precários

Instituto e Horta Comunitária Criando Esperança

R. Dezaio de Julho

Rod. Régis Bittencourt BR-116

Rod. Mário Covas SP-21



Área Homogênea de urbanização precária

FONTES: BASE anexo 2, Google Satellite

ELABORAÇÃO: Própria



Concentração de remanescentes da Mata Atlântica

Expansão de Áreas Residenciais

Expansão de Áreas Residenciais

Concentração de Condomínios Alto Padrão

Rod. Raposo Tavares SP-270

Cotia

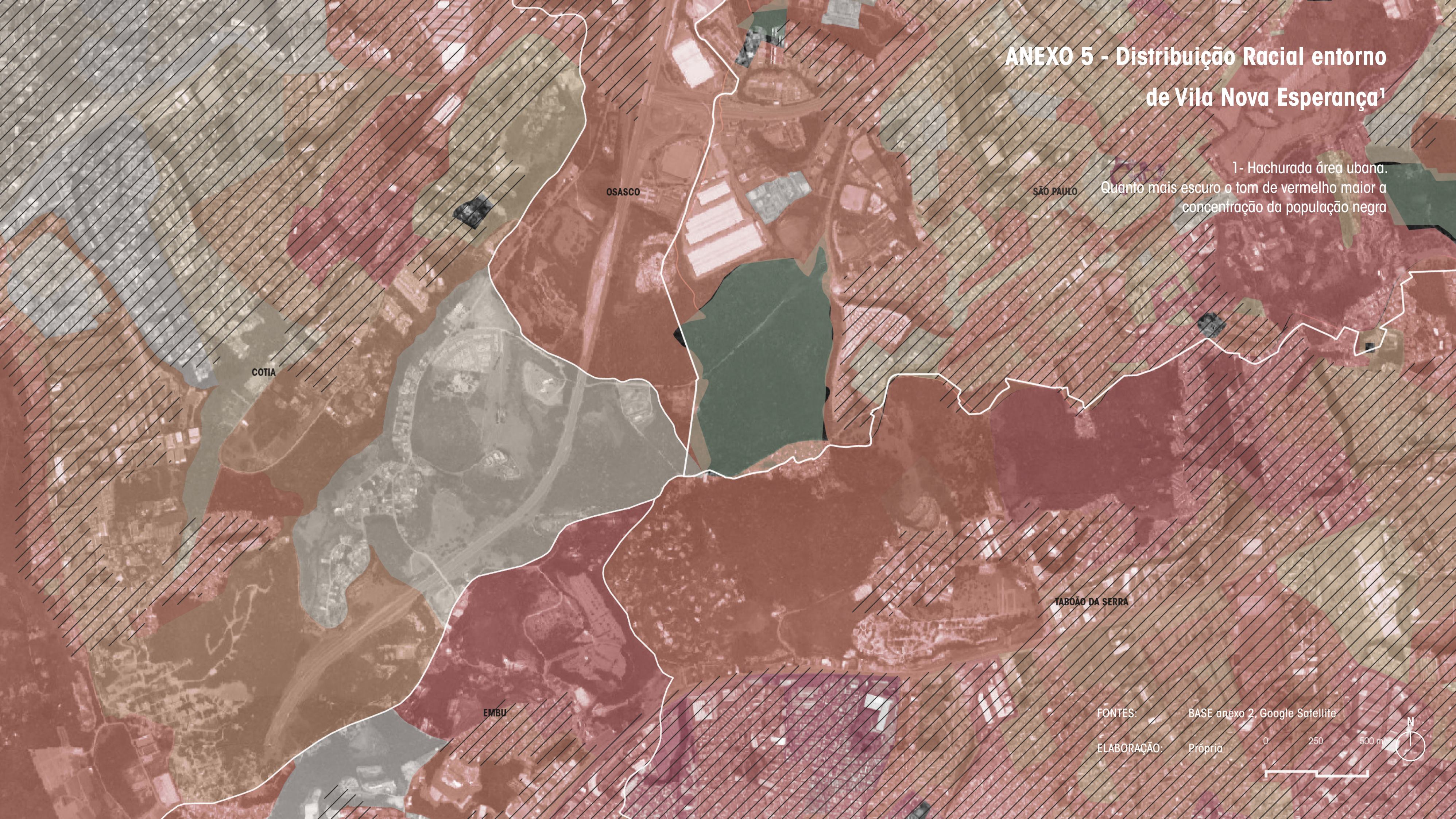
Embu das Artes

Osasco

Granja Viana

ANEXO 5 - Distribuição Racial entorno de Vila Nova Esperança¹

1- Hachurada área urbana.
Quanto mais escuro o tom de vermelho maior a
concentração da população negra



FONTES: BASE anexo 2, Google Satellite

ELABORAÇÃO: Própria

0 250 500 m



Vila Nova Esperança

as margens e a construção do enraizamento

estudo de corpo, território, entorno e intersecções

